

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Edilson Pereira Brito

A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870).

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo curso de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

FLORIANÓPOLIS
2011

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brito, Edilson Pereira

A serviço da pátria: o recrutamento militar na
Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-
1870). / Edilson Pereira Brito ; orientadora, Beatriz
Gallotti Mamigonian - Florianópolis, SC, 2011.

183 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Recrutamento militar. 3. Guerra do
Paraguai. 4. Paraná provincial. 5. escravidão e liberdade.
I. Mamigonian, Beatriz Gallotti . II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

À Rosalina dos Santos Brito

Agradecimentos

Se fosse possível faria uma roda de agradecimentos para não ter que de alguma forma elencar todos aqueles que me ajudaram durante essa jornada, cheia de percalços e conquistas. Como isso seria no mínimo estranho, passo agora a tentar descrever o que não é possível passar para o papel: sentimentos.

Primeiro a minha mãe, Rosa, uma pessoa muito importante, aliás, aquela que mais admiro na vida e que sempre me apoiou em todas as minhas decisões. Seu incentivo e dedicação para “estudar todos os filhos” foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. A ela dedico esse trabalho.

Durante a redação desta pesquisa alguns professores contribuíram de várias maneiras. Luiz Geraldo Silva indicou fontes, leu o projeto inicial e me incentivou a pesquisar o tema. Espero que o resultado final o agrade. Carlos Alberto Medeiros Lima sempre se interessou pelo tema, indicou fontes importantes e sugeriu abordagens. André Átila Fertig, Adriana Barreto de Souza, Mauro César da Silveira e Francisca Ferrer foram extremamente solícitos no momento em que bati em suas respectivas portas em busca de material bibliográfico esgotado, ou inédito. Vitor Izecksohn quando de minha estadia no Rio de Janeiro abriu as portas de seu Laboratório de estudo sobre o recrutamento militar para que eu participasse de importantes discussões sobre a historiografia envolvendo o recrutamento militar. Adriano Luiz Duarte, Paulo Pinheiro Machado e Henrique Espada – professores da linha de pesquisa em que me inseri – apresentaram-me uma nova e inspiradora historiografia, as discussões dos projetos foram de profunda valia para eu repensar o tema. Paulo também apontou questões importantes em uma versão anterior desse texto. Henrique Espada e Mauro Silveira quando do exame de qualificação trouxeram contribuições fundamentais que busquei incluir agora.

À Beatriz Mamigonian, orientadora, durante esses mais de dois anos sempre se mostrou extremamente comprometida e interessada em minha pesquisa. O espaço que me abriu em disciplinas de graduação assim como de pós foram fundamentais para uma maior atualização bibliográfica sobre a historiografia do Brasil império. Suas atentas leituras, aliadas a uma bem-vinda e necessária liberdade de produção também são dignas de menção. Obrigado professora!

Ao longo dessa pesquisa aprendi uma frase muito verdadeira, que sempre levarei pra toda minha vida: “quem tem amigos não perece”. Em momentos difíceis em que eu pensei que havia sido derrotado, que nada

parecia dar certo foram eles que me ajudaram de forma irrestrita e incondicional. Em Cianorte: Jordana e Victor Hugo Davanço, amigos de longa data e pessoas fantásticas. Maurício Rosa me forneceu muitos conselhos, aliás, esta frase é dele, além de conselhos me forneceu moradia, quando me deslocava de Florianópolis para Curitiba. Marlus Vandelao e Priscilla Hidalgo também me ajudaram em momentos distintos, a superar problemas logísticos. A toda a turma de Mestrado, sobretudo aos amigos que ganhei: Thiago Rodrigo e Edson Lucas, mestres e pessoas formidáveis. Os cafezinhos no CFH no intervalo e após as aulas além de divertidos tornaram-se um hábito frutífero. Em Florianópolis fiz muitos amigos “catarinos”, Fábio Garcia, Juliana, Elke, Aline, Gabriela, Clayton, Vitor e Sandra a eles meu muito obrigado. Com Eric desenvolvi uma amizade especial, quando eu estava me mudando pra Floripa e necessitava de uma pousada inicial ele simplesmente me respondeu: “cola lá em casa mano”. Após isso sempre que possível estávamos juntos conversando sobre os mais diversos assuntos, tudo regado a cervejas bem geladas. Na seleção conheci Vinicius Oliveira, que (in) felizmente optou por estudar nos pampas. Vini tornou-se um amigo ao longo desses anos, lendo também partes desse trabalho, sempre com observações pontuais e pertinentes, valeu mano!

Ao Jorge Kibanazambi devo uma gratidão toda especial. Quando passei por sérios problemas pessoais ele literalmente cuidou de minha cabeça e me deu vários conselhos, sempre com seu alto-astral e alegria. Sua vida dedicada à população negra e a preservação da religiosidade é um exemplo: *Adupé Babá!*

Não poderia deixar de agradecer ao CNPq, órgão que financiou esta pesquisa durante 24 meses, sem esta bolsa o trabalho apresentado não teria sido possível.

Por fim, reitero novamente, a todos e todas meu muito obrigado, esse trabalho também é de vocês. Mas lembro que as imperfeições, incorreções e erros que devem estar escondidos ou mesmo explícitos nas páginas que seguem são de minha inteira e única responsabilidade.

*Salve! Bravos titãs paranaenses,
Erguei bem alto as fontes denegridas
Ao fumo das batalhas,
As bênçãos recebei que a Pátria lança
A vós e àqueles, que por lá ficaram
Da glória das mortalhas*

*Voluntários Paranaenses!
Mil louvores sejam dados;
Pelos feitos do heroísmo,
Do Brasil sereis lembrados!*

*Poesia anônima publicada após a volta de alguns
voluntários do Paraná, em 04 de junho de 1870,
no jornal O Dezenove de Dezembro.*

“Não chegara a conhecer o pai, recruta levado a pulso para a Guerra do Paraguai, deixando Nocá de barriga do primeiro filho pois tinham se amigado há pouco. Desencarnou na travessia dos pântanos do Chaco, sem saber sequer do nascimento do menino. Saiu Archanjo a conhecer o mundo”.

Jorge Amado. Tenda dos Milagres.

Resumo

O presente trabalho busca estudar o processo de recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai. A pesquisa se baseou na análise de um grande corpus documental: notícias em periódicos relacionadas ao recrutamento e à Guerra, ofícios enviados por particulares e diversas autoridades locais ao Presidente da Província, Relatórios do Presidente da Província apresentados à Assembléia Legislativa Provincial, Relatórios do Ministério de Guerra e da Marinha, ofícios enviados pelo Presidente da Província do Paraná ao Ministério do Império e da Guerra, obras de literatura produzidas no período relativas à guerra. O recorte temporal inicia-se no ano de 1865 e termina em 1870. O Paraná tornou-se foco de estudo por sua importância e especificidade diante do quadro geral brasileiro. Ao contrário das pesquisas realizadas por historiadores dedicados à história militar positivista, esta pesquisa buscou acessar o universo das pessoas comuns. Neste sentido focamos nossa análise na experiência de indígenas, homens pobres livres e libertos recrutados para o maior confronto sul-americano. Exatamente por isso também buscou-se analisar o recrutamento sob o prisma da história do trabalho, tendo em vista o fato do recrutamento e o posterior serviço no Exército ou Armada serem associados a trabalho forçado.

Palavras-chave: Recrutamento militar, Guerra do Paraguai, Paraná provincial, escravidão e liberdade.

Abstract

This Master's thesis analyzes the process of military recruitment for the War of the Triple Alliance in the province of Paraná, Brazil. It is based on a wide range of historical sources: news on the recruitment and the war in the press, correspondence sent by local authorities and private individuals to the president of the province, reports presented by the president to the provincial assembly, ministerial reports (Navy and War ministries), and works of literature. It covers the period from 1865 to 1870 and focuses on Paraná because of the province's importance and specificity in Brazil.

Unlike previous research in military history this work aims at studying the experience of the common people. The chapters discuss the recruitment of the free poor, freedpersons and indigenous people for what became the most important south-American conflict. Recruitment is here seen through the perspective of labor history, since recruitment and service in the Army or Navy can often be associated to forced labor.

Keywords: military recruitment, War of the Triple Alliance, Paraná province, slavery and freedom.

SIGLAS

DEAP-PR – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

BPPR- Biblioteca Pública do Paraná.

CLIP – Coleção das Leis do Império do Brasil.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de habitantes da província do Paraná por cor.....	33
Tabela 2 - Número de soldados enviados pelo Paraná para a Guerra do Paraguai conforme forma de incorporação no Exército	96
Tabela 3 - Dados do recrutamento na Província 1860-1864	98
Tabela 4 - Guardas Nacionais designados na Província do Paraná....	102

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa Geral da Província do Paraná - 1876.....	35
-----------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 01 – HISTORIOGRAFIA: GUERRA DO PARAGUAI E RECRUTAMENTO	39
1.1 A HISTORIOGRAFIA EM TORNO DO CONFLITO	39
1.2 A HISTORIOGRAFIA DO RECRUTAMENTO MILITAR	62
CAPÍTULO 02 – O RECRUTAMENTO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ	75
2.1 A PROMULGAÇÃO DO DECRETO 3.371	75
2.2 A PROVÍNCIA E A MOBILIZAÇÃO INICIAL	80
2.3. O RECRUTAMENTO NA PROVÍNCIA	90
2.4 RECRUTANDO MEMBROS DA GUARDA NACIONAL	98
2.5 RECRUTANDO INDÍGENAS	109
2.6 RESISTÊNCIAS ARMADAS FRENTE AO RECRUTAMENTO	118
CAPÍTULO 03 – O RECRUTAMENTO DE LIBERTOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ	129
3.1 GENOCÍDIO OU OPORTUNIDADE: OS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS	129
3.2 OS DEBATES NA CÂMARA	134
3.3 OS DEBATES NO CONSELHO DE ESTADO E SEUS REFLEXOS	138
3.4 SOBRE OS LIBERTOS	150
3.5 SOBRE OS PROPRIETÁRIOS	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
FONTES	169
DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ	169
CÍRCULO DE ESTUDO BANDEIRANTES	170
ARQUIVO NACIONAL	170
ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR	170
COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL	170
ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	171
BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ	171
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

Um personagem célebre da cidade da Bahia eternizado por Jorge Amado, em seu livro *Tenda dos milagres* passou por um grande sofrimento antes mesmo de vir ao mundo.¹ Pedro Archanjo, conhecido também como *Olubajé*, revolucionou a aristocrática faculdade de medicina da Bahia, sediada no Terreiro de Jesus, com suas teses a respeito da miscigenação no Brasil. Ao desafiar um professor catedrático e racista, Archanjo acabou expulso de seu emprego. Algumas décadas após sua morte a memória e a história deste bedel passou por uma redescoberta, e foi recontada e celebrada por importantes políticos, jornalistas, filósofos e letrados. Mas o que importa realmente e o que quero destacar não é a história deste homem e sim sua trágica experiência na infância.

Archanjo perdeu seu pai, recrutado coercitivamente para a Guerra do Paraguai², conflito onde posteriormente veio a falecer. Tal história, mesmo sendo fictícia, poderia muito bem ter sido real. Poderia inclusive o pai de Archanjo ter servido juntamente com Cândido da Fonseca Galvão, também conhecido como Dom Obá II, personagem real descrito brilhantemente pelo historiador Eduardo Silva.³ Galvão serviu pela província da Bahia no batalhão dos Zuavos - tropa formada apenas por negros - e alcançou várias condecorações por sua bravura. Ao final do conflito Galvão transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a exercer uma forte influência na população livre de cor e escrava que habitava a região da pequena África. Esta influência se estendeu também aos redutos do poder imperial, fazendo com que ele fosse frequentemente recebido em audiências com o imperador D. Pedro II.

O exemplo do pai de Archanjo mostra como a Guerra do Paraguai e o processo de recrutamento forçado continuam arraigados na sociedade baiana, a ponto de ressurgir na literatura. A província forneceu um grande contingente humano para o confronto, entre eles

¹ AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

² Neste trabalho utilizo o termo Guerra do Paraguai, tendo como justificativa o fato da maioria dos combates ter sido travado em solo paraguaio e ser esse o termo mais usado na literatura. Além disso, em todo momento que a palavra guerra aparecer com a letra maiúscula indica referência a Guerra do Paraguai.

³ SILVA, Eduardo. *D. Obá II D'África o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 41-54.

Candido da Fonseca Galvão. O caso baiano pode ser estendido às demais províncias do norte que também alistaram muitas pessoas para a Guerra. Trago esses exemplos da província baiana para fazer uma indagação a respeito do processo de recrutamento para a Guerra: mas e as províncias do sul? Como ocorreu nessas regiões o processo de recrutamento? Quais as forças políticas envolvidas nestas províncias? Qual foi a experiência dos grupos sociais recrutados coercitivamente e dos voluntários?

Essas são as perguntas que tenciono responder no decorrer do presente trabalho, usando como espaço geográfico a Província do Paraná.

A escolha do tema para esta pesquisa surgiu em 2008. Naquela oportunidade eu realizava uma disciplina teórica como aluno não regular junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ministrada pelo professor Luiz Geraldo Silva, quando ele me apresentou parte das fontes e me incentivou a montar um projeto ligado a essa temática. Inicialmente o objetivo dessa pesquisa era estudar somente os escravos recrutados para a Guerra do Paraguai. Tal empreitada parecia viável, principalmente pelo excelente trabalho realizado pela equipe do Departamento de Estado do Arquivo Público do Paraná, que publicou em 2005 um catálogo seletivo de documentos referentes à escravidão depositados naquela instituição.

O que ocorreu posteriormente, depois que ingressei no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) gerou uma maravilhosa surpresa em minha primeira empreitada como pesquisador. Ao cotejar outros documentos notei a diversidade de sujeitos envolvidos no recrutamento, assim acabei percebendo que eles não poderiam de forma alguma ficar de fora deste estudo, tanto pela própria diversidade quanto pela importância de discutir cada grupo no conjunto de indivíduos envolvidos no processo.

Desta forma, homens comuns, chamados também pela historiografia de pobres livres, membros dos comandos da Guarda Nacional tiveram suas respectivas experiências reconstituídas, ou no mínimo recontadas. Juntamente a estes pobres livres a pesquisa caminhou na direção de escrutinar a participação dos indígenas do território paranaense na Guerra, visto ter eu encontrado alguns documentos a respeito desta prática.

Apesar da riqueza, a documentação privilegiada para esta pesquisa possui uma particularidade. No DEAP-PR consegui localizar apenas a documentação enviada por autoridades locais ao presidente da província. Entre essas autoridades locais estou considerando Delegados,

Oficiais da Guarda Nacional, Chefes de Polícia, Subdelegados, e Inspetores de quartelão. Ainda encontrei várias cartas de particulares ao presidente da província. No entanto, não encontrei nenhuma carta trocada entre agentes subalternos do governo como subdelegados escrevendo ao inspetor de quartelão, ou ordens do Chefe de Política ao Delegado. Tal limitação frente aos documentos me causou certo desconforto quanto à análise, pois não foi possível ter acesso a este material, tampouco àquelas enviadas pelo próprio presidente para tais autoridades. Para preencher esta lacuna procurei realizar um cruzamento destas fontes com outras disponíveis, assim Relatórios de Presidente da Província e periódicos, especialmente O *Dezenove de Dezembro* se tornaram relevantes.

Entre outubro e novembro de 2010 tive a possibilidade de buscar novas fontes, entre as quais surgiram aquelas produzidas pelos representantes do governo central. Neste período tive a valiosa oportunidade de realizar um estágio na UFRRJ, graças a um convênio PROCAD, realizado entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a própria Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro consultei diversos arquivos à procura de documentos sobre a participação do Paraná na Guerra do Paraguai, com grande ênfase na correspondência enviada dessa província para os representantes do governo central. Dentro de meus objetivos a instituição que me forneceu resultados mais importantes foi o Arquivo Nacional. Nesta instituição consultei diversos fundos referentes ao contexto paranaense durante a Guerra contra o Paraguai, tais contribuições foram incorporadas ao texto, sempre que julguei pertinente.

Depois de apresentar os dados referentes à gestação da pesquisa julgo ser necessário apresentar aspectos referentes à região escolhida para o estudo.

A província do Paraná obteve sua emancipação política tardiamente, somente em 1853, quando deixou de integrar a Província de São Paulo. O projeto de emancipação, porém esteve no centro das discussões da elite política local desde 1821. Depois de algumas tentativas, em 1843 o deputado paulista Carneiro de Campos apresentou na Câmara do Império o projeto de emancipação política. Tal projeto acabou endossado pelo Ministro da Marinha, que, de acordo com estudiosos do tema, levantou “o argumento das fronteiras que a

Comarca mantinha com o Paraguai e a Argentina”.⁴ O caminho no sentido da emancipação estava neste momento caminhando, mas por conta da grande morosidade imperial e da resistência de deputados paulistas a emancipação paranaense frente a São Paulo somente se concretizou em 1853.

Portanto essa província ao lado do Amazonas possuiu uma distinção em relação às outras: sua vida política independente era muito recente no momento da Guerra. Após a emancipação política, a província se dividiu em quatro comarcas: Castro, Guarapuava, Capital (Curitiba) e Paranaguá; tal divisão perduraria, com poucas ressalvas durante todo o regime monárquico. Quando o primeiro presidente da província chegou, o baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos, ainda membro do partido conservador, ele lamentou em seu primeiro relatório a pouca produção industrial e apontou a necessidade de diversificar a produção, concentrada principalmente na produção de erva-mate.⁵

Os engenhos de erva-mate se localizavam principalmente no litoral da Província, nas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes, e haviam alguns poucos funcionando na capital, Curitiba. A economia do mate gerou grandes fortunas para a província e criou vários Barões do Mate, a exemplo dos grandes cafeicultores das fazendas do oeste paulista e do Vale do Paraíba. As folhas para a produção de erva-mate e o seu beneficiamento provinham do próprio engenho e o maior mercado consumidor do mate paranaense eram as repúblicas do Prata. O viajante Robert Avé Lallemand ao narrar sua passagem pelo Paraná, por volta de 1858 assim define a produção e a importância da erva-mate, principalmente em Curitiba e no caminho para o litoral:

Mate, mate e mais mate. Essa a senha do planalto a senha das terras baixas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraccia o dia com o mate e com o mate dorme. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tema de resguardo sorvendo o mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. (...) E se

⁴ BALHANA, Altina P, et. All. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 107.

⁵ *Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typhografia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854.

lançarmos um olhar sobre os caminhos do Paraná, especialmente sobre a estrada que, saindo do interior da Província, conduz, via Morretes, a Paranaguá, podemos dizer, com alguma certeza, que uns dois terços dos burros que passam pela estrada vão carregados de mate e levam muitos milhares de arrobas da estranha erva para a costa.⁶

De acordo com as pesquisas do historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos, entre os anos de 1842 e 1861 mais de 85% do mate produzido na província era exportado via porto de Paranaguá.⁷ Depois do início da Guerra do Paraguai a exportação aumentou ainda mais, o país guarani havia deixado de exportar para se concentrar no conflito deixando assim o caminho livre para a produção paranaense. Mesmo depois da Guerra, “e mesmo 2 anos mais tarde, as exportações paranaenses continuam a aumentar sem que a concorrência do mate paraguaio se faça sentir”.⁸ No entanto, tal produção passou por uma crise e acabou agonizando, a partir da década de 1880, causada pela falta de atualização tecnológica e do fechamento do mercado consumidor argentino, que criou barreiras alfandegárias ao produto paranaense.⁹

Ainda dentro deste mundo da erva-mate é necessário apresentar uma discussão importante a respeito do trabalho escravo nessa indústria. Em 1962, quando publicou *As metamorfoses do escravo*, o cientista social Octavio Ianni defendia a tese de que o incremento da indústria do mate com máquinas a vapor seria incompatível com o trabalho escravo, o que explicava a necessidade de se trazer imigrantes.¹⁰ Este raciocínio acabou adotado por destacados membros da historiografia da escravidão na província, como Carlos Roberto Antunes dos Santos e Márcia Graf.¹¹

⁶ LALLEMANT, Robert Avé. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. São Paulo: Editora da USP, 1980, pp. 251-252.

⁷ SANTOS, Carlos Roberto A. *Vida material e vida econômica*. Curitiba: SEESC, 2001, p. 45.

⁸ Idem, p. 53.

⁹ Idem, ibidem, p. 54.

¹⁰ IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1962.

¹¹ GRAF, Márcia. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1881; SANTOS, Carlos Roberto A. *L'économie et la société esclavagistes au Parana (Brésil) de 1854 e 1887*. Paris, Université de Paris X. 1976. (Tese de Doutorado).

Tais resultados foram enfaticamente questionados, principalmente a partir dos anos 80 do século XX, quando emergiu uma nova historiografia sobre a escravidão no Brasil, inspirada em grande medida pelas comemorações do centenário da abolição e associada à emergência de movimentos sociais e a redemocratização do país. Membro desta nessa nova historiografia, Eduardo Spiller Pena publicou um livro, baseado em sua dissertação de Mestrado cujo objetivo era esmiúçar as estratégias de resistência dos escravos da Comarca da Capital (Curitiba) através de um conjunto de fontes diversificadas e até então pouco exploradas, como as cartoriais. O autor assim classifica esta escola historiográfica inspirada em Ianni:

Ambos os estudos [Graff e Santos] adotam posições similares às de Ianni, mas, como ele não procuraram desenvolvê-las tentando comprová-las por evidências ou fontes documentais. Caberia alertar, antes de se referendar a expulsão total dos escravos da “economia do mate”, que este tipo de economia não se caracterizava somente pelo seu setor de beneficiamento ou “industrial”, mas também por um amplo setor agrário responsável pela colheita e o preparo (“sapeco” e “cancheamento”) da erva bruta e que nesta última atividade os escravos foram utilizados em grande número. A evolução técnica do setor de beneficiamento reduziu certamente o número de trabalhadores do interior dos engenhos, entre eles, os escravos; não se pode esquecer aqui que a diminuição ocorreu igualmente entre os trabalhadores livres. Mas nem por isso podemos afirmar, sem reticências, que houve um enfraquecimento do regime escravista na região, pois, como disse Santos, uma boa parte dos escravos libertados foi transferida para outros setores da economia, continuando submetidos a relações escravistas de produção. O próprio setor de colheita e preparo da erva pode ter se beneficiado desse aperfeiçoamento tecnológico dos engenhos, assimilando escravos afastados de seu interior.¹²

¹² PENNA, Eduardo S. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999, p. 65.

Este tipo de crítica à análise simplista da escravidão representa uma tendência consolidada nas últimas décadas, em que a historiografia passou a explorar a experiência e o protagonismo dos escravos, incorporando-os na análise das transformações da escravidão e tenta dirimir a reinante dicotomia que busca separar a experiência do trabalho livre e do trabalho escravo no Brasil.¹³

Paralelo ao desenvolvimento da economia do mate existiu outra no Paraná também importante, a pecuária dos Campos Gerais. Esta atividade era desenvolvida principalmente nas Comarcas de Castro e Guarapuava, localizadas no segundo planalto, geralmente em fazendas de grande extensão cujas terras serviam como pontos de invernagem do gado que saía da província do Rio Grande do Sul, conduzido pelos tropeiros com destino ao comércio na feira de Sorocaba, na Província de São Paulo.¹⁴ A invernagem consistia em um aluguel de terras para que o gado fizesse a engorda. Desta forma, arrendando terras para a passagem de gado, os fazendeiros da região alcançaram uma riqueza considerável. Estima-se que apenas no ano de 1860 cerca de 30.000 cabeças de gado foram “invernadas” na região, com destino à feira de Sorocaba.¹⁵

Alguns destes fazendeiros situados em Guarapuava e Palmas chegaram a exportar gado para o Rio Grande do Sul, quando as charqueadas absorveram grande parte dos rebanhos gaúchos.¹⁶ As fazendas consistiam em verdadeiros redutos, onde uma sociedade própria se formava sob o comando do proprietário; nela conviviam agregados, camaradas, libertos e escravos. Muitas vezes estes fazendeiros exerciam cargos políticos importantes, além de cargos no alto oficialato da Guarda Nacional, tendo a sua disposição um verdadeiro exército particular.¹⁷

¹³ LARA, Sílvia Hunold. . “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.

¹⁴ Sobre esse tema, ver: GIL, Tiago. “Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)”. Tese (Doutorado em História Social), UFRJ, 2009, pp. 45-51.

¹⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação e estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, vol. 03, pp. 18.

¹⁶ BALHANA, et. All. *História do Paraná*. . . p. 91.

¹⁷ Para consultar a biografia histórica de um destes líderes locais, ver: SANTOS, Zelo M. *Visconde de Guarapuava: um personagem histórico*. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2007, pp. 63-89.

Ao contrário do seu efeito sobre a economia do mate, a Guerra do Paraguai causou prejuízo aos fazendeiros da região. Durante o conflito as tropas oriundas do Rio Grande do Sul deixaram de enviar seus rebanhos deixando assim “uma crise de ofertas, que só foi restabelecida após o final da Guerra.”¹⁸ Esta economia pecuária, acompanhou a tendência brasileira e foi perdendo importância e rentabilidade a partir do início do século XX.

Outra característica importante da região dos Campos Gerais era a marcante presença indígena. Habitantes da região desde ao menos o século XVI, os Guaranis, Xetás, Kaingang e Xokleng tinham relações de colaboração e confronto com os colonizadores brancos.¹⁹ Durante todo o século XIX, especialmente na segunda metade os habitantes desta região envolveram-se em conflitos com essa população, em especial aqueles conhecidos no período como Coroados, pertencentes à etnia dos Kayngang. Para colonizar uma grande área o governo imperial criou vários aldeamentos. Contudo os Kayngang não aceitavam a ingerência do Estado em suas terras, o que causava guerras constantes. Apesar do confronto frequente alguns indígenas, por sua vontade própria, ou talvez recrutados forçosamente chegaram a servir no conflito contra o Paraguai e realizavam o trabalho de guarnição, substituindo alguns guardas nacionais designados.²⁰

Em relação à Guarda Nacional, tão logo houve a criação da Província, unidades destas forças foram criadas nas Comarcas. Em 1866 o número total de guardas era de 12.298 homens, pertencendo à classe da reserva 1852 deles, totalizando 10.446 membros regulares da ativa.²¹ Geralmente os membros da guarda nacional, ou os guardas nacionais qualificados eram lavradores pobres, que prejudicavam a economia da agricultura servindo na guarnição da província, prática agravada no período da Guerra contra o Paraguai.²²

¹⁸ SANTOS, Carlos Roberto A. *Vida econômica . . .* op. cit, p. 61.

¹⁹ MOTA, Lúcio T. *As guerras dos Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 2009, p. 77.

²⁰ Este tema será discutido no segundo capítulo.

²¹ *Relatório dirigido a Assembléia Legislativa do Paraná na primeira sessão da oitava legislatura. A 15 de novembro de 1866 pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury*. Curitiba: Typhografia de Cândido Martins Lopes, 1866, p. 12.

²² *Relatório apresentado ao excellentíssimo senhor presidente Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa pelo Ex. Sr. Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná*. Curitiba: Typhografia Candido Martins Lopes, 1871, pp.05-06.

De acordo com o censo de 1872 – o único que abrangeu todo o Império – a população da província do Paraná era composta por 64.810 homens e 61.912 mulheres e a população completa somava 172.522 pessoas. Destes, cerca de aproximadamente 10.560 eram escravos (8,9%). Este número não significa necessariamente que o número de não brancos na região fosse pequeno. Muito pelo contrário, ao se observar outra tabela referente à categoria identificada como “cor”, pode-se constatar a presença majoritária de pretos e pardos na província.

Tabela 1 - Número de habitantes da província do Paraná por cor.

Número de pessoas por cor.	
Branços	67.288
Pardos	84.207
Pretos	12.698
Caboclos	8.062
Total	172.522

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brazil – 1872 (IBGE).

Inclusive esta forte presença de não brancos havia sido apontada pelo viajante alemão Robert Avé-Lallemant, na cidade de Curitiba, “quanto ao que se vê na população, parece ser bastante mestiçada e em toda parte aparecem linhas nítidas da genealogia indígena e africana na multidão, se se pode chamar de multidão os poucos milhares de habitantes de Curitiba.”²³

Ao observarmos os números referentes à província do Paraná notamos uma grande quantidade de pessoas pardas na província. Mesmo com o incremento da imigração estrangeira, especialmente do leste europeu na região, a partir de meados da década de 1850, o que se nota é que a maioria dos habitantes da região no início da década de 1870 era de não brancos, como observamos na tabela acima.²⁴

Mesmo diante da dificuldade de se definir o termo pardo, dada sua grandeneralidade eu acredito que neste contexto esta denominação

²³ LALLEMANT, Robert, Avé. *Op. cit.*; p. 274.

²⁴ Sobre a imigração estrangeira no Paraná, ver: ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das Delícias. Um estudo da imigração ucraniana*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999; BOSCHILIA, Roseli. (Org.) *Reconstruindo memórias: os poloneses do Santo Inácio*. Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.

se remetia em grande medida a libertos e descendentes de ex-escravos. Tal hipótese se sustenta por dois pontos. O primeiro pelo próprio formato do recenseamento, na parte em que eram apresentadas as cores dos escravos a própria divisão se dava entre pretos e pardos, o que leva a crer que os agentes do estado compreendiam pardos também por descendentes de africanos. O segundo ponto, este sim, mais concreto refere-se a uma característica da comunidade escrava na província do Paraná. Segundo as pesquisas de Horácio Gutierrez os primeiros cativos da província foram adquiridos em grandes centros e vendidos por tropeiros que passavam pelos Campos Gerais e por Curitiba desde o final do século XVIII.

Esta formação antiga de uma comunidade local, aliada a um número compatível de homens e mulheres teria gerado uma alta taxa de reprodução, gerando uma grande população crioula – escravos de segunda geração – alcançando na década de 1830 o patamar de 85% deles em algumas localidades.²⁵ Não podemos desconsiderar também a possibilidade da existência de alguns indígenas entre os pardos, tendo em vista que alguns deles possuíam a pele mais escura e poderiam também ser chamados de “cabras”.

Ao referir-se a caboclos a tabela também deve estar retratando a quantidade de indígenas existentes na região, provavelmente aqueles que viviam em alguns dos aldeamentos espalhados pela província, alguns eram administrados pelos religiosos capuchinhos, sob tutela do Ministério da Agricultura do governo imperial.²⁶ Percebemos desse modo a heterogeneidade da população do Paraná durante o século XIX, com uma população composta majoritariamente pela presença de não brancos e também com a presença de indígenas, classificados no quadro como cablocos.

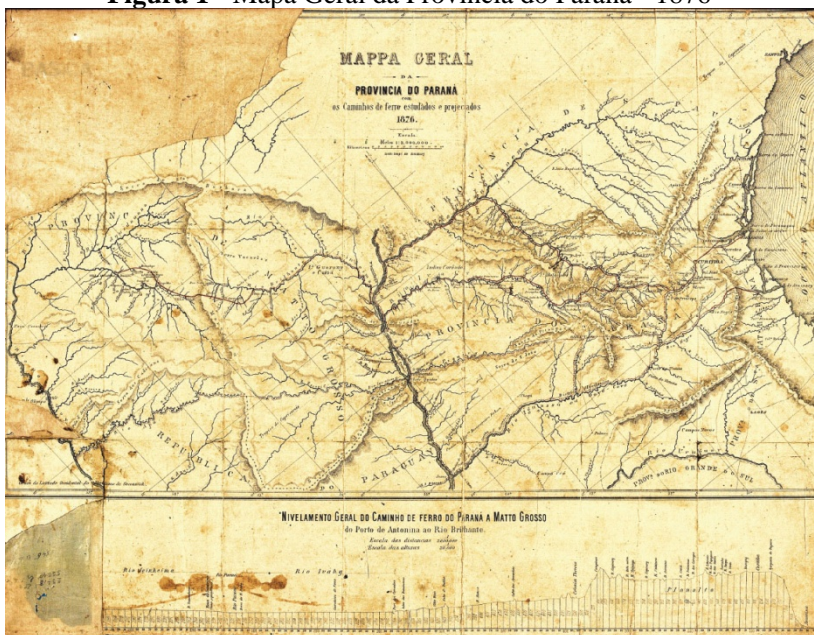
Ademais a província paranaense era de grande importância para a manutenção da ordem e da integridade do império do Brasil no século XIX. Quando houve sua emancipação em 1853, a construção da ordem, lema e obsessão dos políticos do período, em especial os conservadores, também conhecidos como saquaremas estava em certa medida

²⁵ GUTIÉRREZ, Horacio. “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 8 (16): 161-188, mar./ago. 1988.

²⁶ Sobre esse tema, ver: MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

concretizada, no tocante à ordem interna.²⁷ Neste sentido uma província que fazia fronteira com a Confederação Argentina no sudoeste e o Paraguai no oeste era sem dúvida estratégica. Na década de 1850 houve investimento na abertura de estradas para a província do Mato Grosso, passando pelo norte do Paraná.

Figura 1 - Mapa Geral da Província do Paraná - 1876



Fonte: Instituto de Terras, Ciências e Cartografias do Paraná, disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/mapa12.jpg>

O receio se concretizou e o Mato Grosso foi a única região do país ao lado do Rio Grande do Sul que sofreu ataques das forças paraguaias durante a Guerra. Desta forma percebemos a grande importância da província do Paraná para a Guerra do Paraguai.

A historiografia sobre o Paraná ainda não se interessou sobre o tema da guerra do Paraguai, tampouco o recrutamento militar. O único livro encontrado sobre o tema foi publicado pelo memorialista, autor de

²⁷ A respeito da formação do partido conservador no Império, ver: MATTOS, Ilmar R. *Tempo Saquarema*. 5. Edição. São Paulo: Hucitec, 2004, especialmente o segundo capítulo.

vasta obra sobre a história do Paraná, David Carneiro. No texto, o autor tencionou exaltar os feitos dos filhos do Paraná e os acontecimentos ocorridos na província durante o confronto. A todo o momento o heroísmo e patriotismo dos habitantes da província eram exaltados. Utilizando unicamente como fonte as notícias veiculadas no jornal *O Dezenove de Dezembro*, Carneiro diminuiu e muito a participação escrava e indígena no conflito, mesmo sabendo desta participação, como mostra em sua introdução: “À nossa casa, na casa de meu avô, o cel. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva havia um, *um preto velho*, seu Arlindo a quem pedia freqüentemente que me contasse coisas da guerra, sem prestar grande atenção nelas.”²⁸ Mais adiante, ao falar dos oferecimentos dos cidadãos paranaenses para a guerra mostra-se extremamente complacente ao tecer o seguinte comentário acerca dos escravos no conflito:

Também a oferta de escravos, libertados para o serviço da guerra, foi freqüente, **e o Paraná tinha muitos poucos**, e os **seus fazendeiros eram muito pobres**. O mesmo Antônio de Sá Camargo a quem atrás nos referimos, alistou o primeiro em dezembro de 1866, o segundo em novembro de 1867, chamado Felipe, e outro em janeiro de 1868. O gesto embora deficiente tinha sua nobreza, porque o ingresso à fileira era precedido pela alforria.²⁹

Daí percebemos como Carneiro reforça algumas bases da historiografia sobre a região, ao narrar o número pequeno de escravos. O autor também deixou de trabalhar o processo de venda dos escravos para o estado imperial. Trabalhando com o jornal provincial ele provavelmente teve acesso a informações acerca deste tema, que será analisado mais adiante, utilizando em alguns casos estas mesmas fontes.

Assim, este trabalho busca analisar o processo de recrutamento também como uma forma de preencher essa lacuna envolvendo a participação do Paraná na Guerra do Paraguai. Esse estudo não busca, contudo, ser uma narrativa militar, mas está inserido numa corrente histórica que vem se desenvolvendo nos últimos anos, a nova história militar. Assim, as histórias épicas, os feitos dos grandes oficiais e as

²⁸ CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Farol do Saber, 1939, p. 24.

²⁹ *Idem*, p. 179.

estratégias de batalha não são o foco privilegiado de análise, mas sim a história dos soldados, suas experiências e os significados da sua inserção no mundo militar. Esta historiografia busca mostrar como libertos, escravos e homens pobres livres se utilizaram da instituição do exército a fim de alcançar melhorias em suas vidas, por meio de projetos pessoais; busca também apontar as redes de sociabilidades e forma de resistência dessas pessoas. Em resumo, trata-se de uma história social do mundo militar. Concomitante a esta história social militar, busquei trazer uma discussão até então pouco abordada, mesmo dentro desta historiografia: a história do trabalho. Poucos pesquisadores que trabalham nessa nova história militar compreendem que estas pessoas engajadas a força ou voluntariamente eram empregadas pelo estado imperial, assim este ângulo não deve ser descartado. Nesse trabalho procuro articular a análise do recrutamento a um campo mais amplo de trabalhos que estudam as peculiaridades do trabalho para a nação.³⁰

Mesmo dedicada à história da província paranaense e aos indivíduos subalternos, aqueles que algumas décadas atrás não mereciam ter suas histórias recontadas, a dissertação não deixa de lado o contexto mais amplo. Por isso, recorri ao que Revel chamou de jogos de escalas, articulando o macro e micro.³¹ Assim, o contexto político do império, e as decisões tomadas pelos dirigentes imperiais também foram fruto de análise, assim como o impacto delas nos indivíduos comuns, e as estratégias destes indivíduos diante de tais decisões.

Após apresentar os objetivos, a forma como esta pesquisa foi construída em relação às fontes, apresentar o local estudado e apontar balizas teóricas cabe agora apontar a divisão do trabalho.

No primeiro capítulo me dediquei a analisar a ampla literatura sobre a Guerra contra o Paraguai. Esta análise foi dividida cronologicamente, assim procurei mostrar como em determinados momentos da história brasileira a historiografia tratou do conflito. Também busquei inserir alguns pontos referentes à produção dos estudiosos paraguaios e a ênfase dada por eles em seus estudos sobre a Guerra. Após analisar a historiografia sobre a Guerra, meu objetivo pautou-se em apontar temas centrais à historiografia sobre o

³⁰ Para um trabalho nesta perspectiva, ver: BEATIE, Peter. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2009.

³¹ REVEL, Jaques. "Microanálise e construção do social". In: REVEL, Jaques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 32.

recrutamento militar no Brasil. Trouxe para a discussão os principais autores assim como as novas pesquisas que têm surgido nos programas de pós-graduação no país.

O segundo capítulo analisa a repercussão da guerra na província e a ação dos membros da elite local nesse primeiro momento, desde a coleta de doações financeiras e a organização de prestações de serviço, passando pela formação dos primeiros batalhões de voluntários da pátria, até o arrefecimento desse patriotismo. Neste sentido destaco que a Guerra do Paraguai foi vista pela elite local como uma oportunidade de angariar mais prestígios junto ao governo imperial. Juntamente a isso trato do recrutamento de uma forma mais ampla, tanto voluntário quanto forçado. Dentro desses grupos destaco a participação de trabalhadores comuns, indígenas e membros da guarda nacional neste processo dando ênfase às formas violentas de recrutamento.

O terceiro e último capítulo trata exclusivamente do recrutamento de escravos. O número de cativos alforriados com destino à guerra levantados no decorrer da pesquisa é confrontado com os números oficiais e trato também de estratégias de fuga dos escravos, assim como das expectativas mediante um momento belicoso.

CAPÍTULO 01 – HISTORIOGRAFIA: GUERRA DO PARAGUAI E RECRUTAMENTO

Este capítulo tem como objetivo analisar a historiografia sobre a Guerra do Paraguai e sobre o recrutamento militar no Brasil. Mediante a grande produção deste campo buscou-se apontar as tendências de cada período e analisar brevemente como se deu a produção no Paraguai sobre o mesmo fato. No tocante à historiografia sobre o recrutamento militar no Brasil, a análise centrou-se nas obras pioneiras sobre o tema, além daquelas que vêm se desenvolvendo em diversos programas de pós-graduação. A temática envolvendo o recrutamento militar limitou-se ao século XIX brasileiro.

1.1 A HISTORIOGRAFIA EM TORNO DO CONFLITO

A Guerra do Paraguai tem sido objeto de um grande número de pesquisas desenvolvidas por historiadores e demais profissionais da área de ciências humanas nos últimos anos. Mas o interesse não é novo. Mesmo antes da morte do presidente paraguaio Francisco Solano López ser anunciada oficialmente, publicações sobre a campanha já haviam sido editadas. Em vários momentos da história brasileira aspectos ligados ao conflito foram revividos e reinventados, servindo, de acordo com o contexto, a objetivos distintos. Os primeiros autores a se debruçarem sobre a história da guerra foram aqueles personagens diretamente envolvidos no conflito, testemunhas de batalhas e do cotidiano da campanha. Notadamente produzida por oficiais das forças armadas e diplomatas estes trabalhos eram publicados em forma de memórias, diários e reminiscências, nomenclatura em moda na época. Este tipo de literatura de cunho memorialista obteve ampla divulgação, alguns autores inclusive receberam subsídios do governo imperial brasileiro para a publicação de suas obras.

Esta primeira produção estava vinculada ao imaginário aliado sobre o conflito. A guerra era apresentada como uma luta entre o bem e o mal, envolvendo de um lado a civilização, representada pelo Império Brasileiro e seus aliados, e do outro a barbárie, personificada no povo paraguaio, falante do idioma guarani, vítima das mais terríveis sevícias por parte de seu “sanguinolento ditador”, Francisco Solano López. Tal paradoxo: civilização contra barbárie estava em voga na América do Sul, ao menos a partir da segunda metade do século XIX. Os países da região buscavam a todo custo importar um modelo de sociedade semelhante ao europeu, deste modo era preciso estigmatizar aquilo que

para eles parecia rústico e incompatível com o mundo civilizado, tal como o idioma guarani, e a cultura regionalista de cada país.³²

Outro ponto importante nesta historiografia dizia respeito às origens da guerra. Para estes autores, o culpado, incentivador e causador do conflito era também o “ditador” paraguaio Francisco Solano López. Levado pela sua ambição e pela vontade de conquistar novos territórios ele teria simplesmente decidido atacar e apreender o navio brasileiro Marquês de Olinda, ultrajando desta forma o brio do império do Brasil e ativando o patriotismo de seus “filhos”. Neste sentido, outras motivações plausíveis foram escamoteadas, como a intervenção militar brasileira no Uruguai e a enorme necessidade paraguaia de uma rota de navegação pelo Rio da Prata.

Dentre os textos editados no período alguns merecem atenção especial pela sua representatividade, além de constituírem fontes inestimáveis de informações para historiadores interessados no tema, seja de cunho geográfico, político ou social. Entre os principais representantes desta historiografia pode-se destacar Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay. Nascido em 1843, em uma família abastada, era neto do famoso pintor francês Nicolas Antoine Taunay, fundador da Academia de Belas Artes no Rio Janeiro, e filho do também pintor Félix Emilio Taunay que atuou como preceptor de Pedro II. Alfredo Taunay recebeu uma excelente educação, obtendo o bacharelado pelo Colégio Pedro II em literatura, para em seguida bacharelar-se novamente em 1863, agora em Ciências Naturais e Matemática pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro. Após a guerra tornou-se professor do Colégio Militar, seguindo também a carreira política, militando nas fileiras do partido conservador. Destacou-se ainda no campo da literatura, produzindo vários romances, livros históricos e músicas, além de suas memórias, publicadas a seu pedido somente meio século após seu falecimento. Atuando como engenheiro militar na Guerra do Paraguai escreveu a partir dessa experiência o livro *A Retirada da Laguna*, em 1868. Publicada originalmente em francês,

³² Um exemplo cabal deste pensamento pode ser encontrado no livro de Domingos Sarmiento, *Facundo, civilización y barbárie*, em que o autor traça o perfil do caudilho de La Rioja, Facundo e critica seus hábitos rústicos, não somente dele, mas de várias províncias do interior de Buenos Aires. Com isso Sarmiento procurava atingir Juan Manoel Rosas, político argentino ligado aos caudilhos do interior. Ver também SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: História de uma idéia*. Trad. Sérgio Bath e Maria Higa. São Paulo: EDUSP; Brasília: EDUNB, 2008, pp. 182-194.

língua culta e internacional no período, de conhecimento do autor, o texto possuía pouco mais de 50 páginas. Foi reformulado e ampliado em 1871 teve sua publicação em português no ano de 1874. O livro narra as dificuldades dos soldados brasileiros em operações no sul da província do Mato Grosso e seus confrontos contra as forças paraguaias. Taunay destaca não apenas o soldado paraguaio como obstáculo para a vitória, mas também a natureza. Exuberante e inspiradora ela é narrada minuciosamente em várias passagens, como, por exemplo, a retirada diante do ataque das tropas paraguaias pelo rio Apa:

Alcançando nesta tarde a margem de um ribeirão que os espanhóis chamam de Sombrero, acampamos no triângulo que ele forma ao confluir com o Apa. Limite dos dois países admiramos este belo rio, cujo aspecto, com sua mata espessa, tanto nos havia emocionado quando o avistamos de longe. Um grande futuro lhe está reservado após a Guerra. As três nascentes do Apa, que logo se reúnem, ficam na serra de Dourados, situada um pouco abaixo da colônia militar de mesmo nome, a doze léguas a este-sudeste da de Miranda. Suas águas correm primeiro para oeste, dez graus ao norte, até o forte de Bela Vista, que se acha abaixo do paralelo 22, e de lá se voltam para oeste, dez graus ao sul, com curso ligeiramente sinuoso, banhando Santa Margarida, Rinconada e outros pontos fortificados, perdendo-se então no leito do Rio Paraguai.³³

Porém o íntimo contato com a natureza não gerava apenas admiração:

Ademais, apenas acampamos e demo-nos conta de que o dia não se encerrara; ainda nos aguardava uma grande provação. Os compridos trechos alagadiços que, como dissemos, cortam esta planície haviam impedido a macega de queimar inteiramente, restavam porções consideráveis,

³³ TAUNAY, Alfredo d’Esgagnolle. [1874] *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. trad. Sergio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 88-89.

principalmente em torno do lugar onde agora nos encontrávamos.³⁴

Estas são algumas características do elegante texto de Alfredo Taunay, no qual o autor buscou associar a natureza ao contexto das operações.

Outro autor com uma linha de interpretação próxima a de Taunay foi Dionísio Cerqueira. Natural da província da Bahia o autor ocupou vários postos durante a Guerra, iniciando como voluntário para depois de cinco anos terminar na patente de Alferes. Mas o apogeu da carreira de Cerqueira ocorreu com a proclamação da república. Neste novo regime ele ocupou vários cargos políticos importantes tais como: deputado federal pela Bahia, Ministro da Guerra, Viação e Relações Exteriores. Suas memórias e experiências envolvendo a Guerra do Paraguai foram registradas no livro *Reminiscências da Campanha contra o Paraguai*, publicado em 1948. Houve desta forma uma grande diferença desde o término da Guerra, até a publicação da obra do autor. Talvez a sua ascensão profissional tenha influenciado a forma como Cerqueira concebeu o confronto em suas memórias. Neste texto o autor explora com grande riqueza o cotidiano da campanha, conduzindo o leitor aos bastidores das operações. Cerqueira conta com maestria o dia-dia dos soldados, com seus divertimentos, agruras e mazelas e principalmente destaca as grandes dificuldades sofridas tanto por conta das doenças, como a cólera e varíola, quanto pela dificuldade nos transportes e na alimentação dos soldados. Mas como diz o velho ditado árabe, eternizado no célebre livro do historiador francês Marc Bloch: “os homens são mais filhos do seu tempo do que de seus pais”, e Cerqueira não era diferente.

Ao narrar, por exemplo, as motivações paraguaias para o conflito, aproveitando também para alfinetar o presidente do Mato Grosso, o autor assume seu papel de contemporâneo, assim comungava com a mentalidade sobre o conflito do período:

O ditador Paraguai, que se preparava, desde muito, para a realização dos seus projetos de expansão e supremacia na América meridional, aproveitou a invasão, como pretexto, para rompimento; e, em plena paz, aprisionou no dia 11 de novembro de 1864, o vapor brasileiro

³⁴ Idem, p. 177.

Marquês de Olinda que conduzia para Mato Grosso o malogrado presidente e comandante de armas da província, coronel de engenheiros Frederico Carneiro Campos, que pouco tempo antes afirmava na Câmara dos Deputados, de que era conspícuo membro, que não precisávamos de tanto Exército. Dias depois estava declarada a Guerra.³⁵

Não foram apenas brasileiros os difusores desta escola de interpretação. Alguns estrangeiros também registraram interpretações semelhantes sobre o conflito, como o alemão Louis Schneider, correspondente do império prussiano, em sua obra publicada em dois volumes intitulada *História da Guerra da Tríplice Aliança*. Visivelmente simpático ao Império Brasileiro, possivelmente por representar o mesmo sistema de governo de seu país, no seu livro apresenta uma espécie de senso comum da época sobre o confronto e pouco se adiciona na historiografia, reproduzindo opiniões oficiais relacionadas ao Império.³⁶ Tal simpatia pelo Brasil despertou admiração de notórios políticos imperiais. Assim, sob o patrocínio do governo brasileiro, apoiado também pelo Barão do Rio Branco, considerado o maior especialista em Relações Internacionais do período o texto de Schneider acabou traduzido e publicado rapidamente em 1875. Apesar de não trazer dados interessantes ou novos o texto nos deu a oportunidade de conhecer mais sobre o pensamento de Rio Branco acerca das Relações Exteriores do Império, haja visto que ele escreveu todas as notas explicativas do livro.

Richard Burton, diplomata da coroa inglesa também deixou seu registro sobre o confronto. Intelectual, poliglota e estudioso, o autor mesmo não acompanhando nenhuma batalha diretamente escreveu seu livro baseado em conversas com soldados e oficiais a respeito da Guerra. Dedicado ao presidente argentino Domingos Faustino Sarmiento a primeira publicação surgiu na Inglaterra em 1870 para somente ser traduzida e publicada tardiamente no Brasil em 1997.³⁷ A contribuição de Burton, ao meu entender foi traçar um panorama

³⁵ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

³⁶ SCHNEIDER, Louis. *A guerra da tríplice aliança*, v.01. trad. Manoel Thomaz Alves Nogueira.. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875, p.22.

³⁷ BURTON, Richard F. *Cartas dos campos de Batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

histórico e etnográfico sobre as repúblicas platinas no período, com forte destaque para as províncias argentinas, em especial Buenos Aires, região que o autor admirava muito.

Outro estrangeiro a escrever sua história da Guerra do Paraguai foi George Thompson, contudo desta vez tratava-se de um inglês que servia como engenheiro militar nas tropas de López. Portanto seu texto nos dá a oportunidade de saber o discurso que o Paraguai mantinha a respeito da Guerra, discurso este que culpava o atrasado e escravista império brasileiro pelos problemas entre as repúblicas do Prata. No Brasil o texto de Thompson acarretou uma resposta do oficial do exército Sena Madureira, também em forma de livro.³⁸

Além do campo memorialístico, a iconografia também construiu representações da Guerra do Paraguai. Momentos épicos do confronto foram retratados pelos mais destacados e importantes pintores do período, sob encomenda e financiamento do governo imperial. Nestes quadros a bravura dos soldados brasileiros era reforçada, assim como a figura de oficiais supervalorizadas, como líderes natos, conduzindo seus comandados rumo à vitória.

Victor Meirelles, pintor catarinense, partiu para o Paraguai em 1868 com um único objetivo: pintar dois quadros que o governo imperial, mais especificamente o Ministério da Marinha, comandado por Afonso Celso de Assis Figueiredo havia encomendado ao diretor da Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro. Deste pedido surgiram: *a Batalha Naval de Riachuelo* (1872); e *Passagem de Humaitá* (1886).³⁹

Outro intérprete do Brasil também utilizou seu talento a serviço do Império do Brasil: Pedro Américo, considerado juntamente com Meirelles um dos maiores pintores do Brasil entre as décadas de 1860 e 1880, especialista em retratar momentos cruciais da monarquia, não poderia deixar a Guerra de lado, tanto que a partir de outra encomenda ele retratou o conflito em sua obra *A Batalha do Avaí*.⁴⁰ Dezenas de outros artistas também pintaram cenas da campanha, no entanto,

³⁸ MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: Resposta ao Sr. George Thompson*. Brasília Ed. Universidade de Brasília, 1982; THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Campo Grande: Editora Conquista, 1968.

³⁹ SILVA, Luiz Carlos. Representações em tempos de Guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate naval de Riachuelo de Victor Meirelles (1868-1872). Dissertação (Mestrado História). Universidade Federal do Paraná, 2009, pp. 35-44.

⁴⁰ CARDOSO, Rafael. Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 191-233, 1999.

buscamos mostrar com estes dois exemplos, como o Império também buscou construir uma memória oficial e positiva sobre a guerra, utilizando como uma das “armas” a pintura e seus mais talentosos pintores.

Voltando a produção bibliográfica notamos com o passar dos anos a memória sobre a Guerra do Paraguai dentro do país mudou de forma sutil, porém significativa. Setores das forças militares reivindicavam um maior reconhecimento por suas respectivas atuações durante a Guerra do Paraguai. Ademais, alguns destes veteranos, aliados a novos oficiais sem vínculos sanguíneos ou de dependência com a elite política imperial envolveram-se em confrontos com o governo monarquista, provocando aquilo que ficou conhecido como a Questão Militar. Celso Castro assim define a questão:

No Brasil, a Questão Militar foi um momento-chave desse processo. Pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente e com força a existência de uma “classe militar” opondo-se aos atos do governo. A questão de honra tão acionada pelos militares, revela as contradições de status que eles acreditavam viver no Império: louvados em um plano por sua honra social específica – o sacrifício nos campos de batalha – discriminados e inferiorizados em outro – a vida normal, cotidiana – através da pouca importância atribuída pelo governo a instituição.⁴¹

O resultado dessas disputas, como sabemos, foi a deposição do imperador e a instalação da república, tendo inicialmente os militares no poder. No Brasil a Monarquia caiu por um golpe militar, orquestrado por vários veteranos da Guerra do Paraguai.

A partir do regime republicano a luta sobre a memória da Guerra intensificou-se. Intelectuais positivistas – doutrina ligada ao ideal de república – buscavam colocar em dúvida a validade do conflito, tentando associar as causas da Guerra e as perdas humanas aos caprichos do imperador D. Pedro II, como forma de atacar sua figura, pois mesmo na República esta ainda atraía muita simpatia. Uma briga intelectual se instalou entre positivistas republicanos de um lado e

⁴¹ CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 97.

defensores e simpatizantes do regime monárquico por outro. Para termos idéia de quão grande foi esta peleja, vale lembrar que em 1891 intelectuais ligados ao partido positivista organizaram a *Comissão Benjamin Constant*, com a finalidade de perdoar as dívidas de guerra do Paraguai e enaltecer a figura de Solano López.

Dentro do campo monarquista estavam pessoas destacadas e importantes como o Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco.⁴²

A partir do início do século XX o tema acabou adormecido, pelo menos em suas primeiras décadas. Isso aconteceu por conta de dois motivos: a morte de todos os militares e oficiais participantes do conflito; e o declínio da doutrina positivista. Por conta deste último ponto o caminho acabou sendo o retorno do conservadorismo, dessa vez patrocinado pelos militares que tinham posição de destaque nos governos republicanos. Assim uma visão conservadora se transformou durante muito tempo em “verdade histórica” sobre a Guerra.

A obra que acredito ser a representante máxima desta nova visão conservadora foi escrita pelo General do Exército Augusto de Tasso Fragoso, intitulada *História da Guerra da Tríplice Aliança*. Publicada em cinco volumes em 1935, o texto serviu como base para muitos historiadores, principalmente pela sua qualidade. Amplamente ilustrado por mapas e documentos, fruto de uma pesquisa bibliográfica cuidadosa, o texto de Fragoso transformou-se no período em última palavra sobre a Guerra do Paraguai, desde sua publicação. Nesse texto o autor isentava o Império de qualquer culpa, atribuindo a causa à república do Paraguai, dirigida por um tirano megalomaniaco.⁴³

Contudo mesmo com o trabalho de Fragoso este período pode ser classificado como um momento em que o tema passou por um período de ostracismo, principalmente pelo contexto vivido pela sociedade brasileira. Era tempo de tentativa de industrialização, investimento na vinda de imigrantes estrangeiros, ademais o país buscava esquecer o passado imperial, associado ao mundo rural e arcaico para tentar transformar-se em uma potência respeitável. Portanto uma Guerra que não trouxe benesses deveria ser esquecida pela história oficial.

⁴² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo, sua vida suas opiniões, sua época. Tomo II. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1897, p. 191.

⁴³ FRAGOSO, Augusto de Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 05 vol. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

Em 1964 o país sofreu outro golpe militar que instaurou uma ditadura que duraria até 1985. Neste momento, os estudos envolvendo a Guerra do Paraguai passaram a ser alçada quase exclusiva das academias militares. O interesse pelo tema passava longe das universidades.

Todavia, este regime gerou fortes contestações civis, reprimidas em geral com brutalidade. Mas existiam também contestações veladas, baseadas em idéias, e a partir delas alguns críticos do regime passaram a escrever uma história revisionista sobre a Guerra do Paraguai.

O primeiro livro no Brasil e sem dúvida mais importante, por conta de sua iniciativa e de seu sucesso foi *Genocídio Americano* do jornalista brasileiro Julio Chiavenato.⁴⁴ Possuidor de grandes méritos por sua iniciativa e coragem e também merecedor de críticas por falhas metodológicas, Chiavenato inaugurou por aqui uma nova forma de interpretação da Guerra do Paraguai, que fez grande sucesso e influenciou várias gerações. Esse tipo de literatura revisionista começou nos países de língua espanhola, na Argentina e no Uruguai, que também viveram sob o jugo de regimes militares, fenômeno espalhado por todo o cone-sul do continente no período.

No Uruguai, o também jornalista Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, obra de estrondoso sucesso mundial dedicada à história da região, diz o seguinte sobre a Guerra envolvendo os três países:

Os paraguaios sofrem a herança de uma guerra de extermínio que se incorporou à história da América Latina como seu capítulo mais infame. Chamou-se a Guerra da Tríplice Aliança, Brasil, Argentina e Uruguai tiveram a seu cargo o genocídio. Não deixaram pedra sobre pedra nem habitantes varões entre os escombros. Embora a Inglaterra não tenha participado diretamente na horrorosa façanha, foram seus mercadores, seus banqueiros e seus industriais que se beneficiaram com o crime do Paraguai. A invasão foi financiada, do começo ao fim, pelo Banco de Londres, a casa Baring Brothers e banco Rothschild, em empréstimos com juros leoninos

⁴⁴ Tratarei com mais vagar deste e de outros livros do autor no terceiro capítulo, por conta de sua discussão sobre o engajamento de escravos.

que hipotecaram o destino dos países vencedores.⁴⁵

Nestas linhas encontramos a base da escola revisionista, que culpa em grande parte a Inglaterra pela Guerra, e mostra muita simpatia pela república do Paraguai:

Até sua destruição, o Paraguai se erguia como uma exceção na América Latina: a única nação que o capital estrangeiro não tinha deformado. O longo governo, de mão-de-ferro do ditador Gaspar Rodrigues de Francia (1814-1890) incubaram, a matriz do isolamento, um desenvolvimento econômico autônomo e sustentado. O estado, onipresente, paternalista, ocupava o lugar de uma burguesia nacional que não existia, na tarefa de organizar a nação e orientar seus recursos e seu destino. Francia tinha-se apoiado nas massas camponesas para esmagar a oligarquia paraguaia e conquistado a paz interior estendendo um rigoroso cordão sanitário frente aos restantes países do antigo vice-reinado do rio da Prata. As expropriações, os desterros, as prisões, as perseguições e as multas não serviram de instrumentos da consolidação do domínio interno dos fazendeiros e comerciantes, senão que, pelo contrário, foram utilizados para sua destruição. Não existiam, nem existiram mais tarde, as liberdades políticas e o direito de oposição, porém naquela etapa histórica só os nostálgicos dos privilégios perdidos sofriam a falta de democracia. Não havia grandes fortunas privadas quando Francia morreu, e o Paraguai era o único país da América Latina que não tinha mendigos, famintos, nem ladrões, os viajantes da época encontravam ali um oásis de tranqüilidade, em meio às demais comarcas convulsionadas pelas guerras contínuas.⁴⁶

⁴⁵ A primeira edição em espanhol data de 1971. Consultei a primeira tradução para o português : GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 204.

⁴⁶ Idem, p. 206.

Mesmo narrando a ditadura de Francia, o autor destaca o sucesso do Estado Paraguaio por conta de seu isolamento, fazendo com que o país não tivesse criado uma classe dirigente parasitária. Cabe agora voltar ao contexto. A partir da leitura deste trecho percebemos analogias principalmente com a Ilha de Cuba, onde se instalou um governo de cunho socialista em 1959. Este governo promoveu o isolamento internacional do país assim como o Paraguai de Francia, e tanto em Cuba como no Paraguai de Francia os índices de analfabetismo eram baixos, quiçá inexistentes. Assim para qualquer leitor minimamente informado relacionar estes dois países pareceria óbvio. No lugar da Inglaterra do século XIX, as conexões para os leitores da década de 1960 eram com os Estados Unidos, potência imperialista a ser combatida naquele contexto. Este segundo exemplo, o estadunidense aparece de forma mais subjetiva que o cubano/paraguaio, mas acredito que tais analogias não fossem apenas meras coincidências, e sim uma resposta aos anseios políticos daquele momento por parte dos que resistiam às ditaduras.

Léon Pomer, historiador argentino, difundiu as idéias revisionistas entre os portenhos. Em 1968 era lançado seu livro *La Guerra del Paraguay: gran negocio*, traduzida para o português somente em 1981.⁴⁷ Este livro inspirou em larga medida as idéias de *Genocídio Americano* de Chiavenatto. No entanto, Pomer utilizou uma base empírica e conceitual sólida, e por meio de um arcabouço teórico marxista buscou mostrar ao leitor o papel que a Inglaterra teria desempenhado na condução da Guerra, indicado no título: grande negócio.

Estes estudos tiveram grande força até a última década do século XX. Verdade que um pouco antes, em 1985, surgia um estudo inovador, mesmo não tratando diretamente da guerra, mas encarando a questão de forma menos maniqueísta. Em *O expansionismo brasileiro e o papel do Rio da Prata*, o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira esmiuçou os diversos projetos do nascente império para a região platina, lugar de tensões políticas, considerado ponto fulcral de manutenção do território que viria a ser o Brasil.⁴⁸

⁴⁷ POMER, Léon. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1981.

⁴⁸ BANDEIRA Moniz, Luiz Alberto. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da UnB, 1995.

Com o fim do regime militar, em 1985, e a fundação de muitos cursos de pós-graduação no Brasil, em paralelo à renovação historiográfica que deu base ao surgimento de novos temas, novos problemas e novas abordagens, os estudos sobre a Guerra do Paraguai passaram por uma revolução. Questões nunca antes pensadas e documentos pouco utilizados passaram a ser material privilegiado para a análise de novos pesquisadores. No tocante aos pesquisadores desta nova geração pós-regime militar, alguns pontos em comum merecem ser apontados, mesmo não implicando em qualquer tipo de homogeneidade, tendo em vista a inexistência de qualquer vínculo institucional ou ideológico entre os autores. Em primeiro lugar, a já citada profissionalização. Todos os novos trabalhos são frutos de dissertações de mestrado, teses de doutorado e/ou artigos e comunicações em congressos, simpósios, seminários nacionais e internacionais. Assim, observamos que todos de alguma forma passaram por avaliações, sejam em bancas de defesa e qualificações, no debate entre pares. Tais arguições e escrutínios são responsáveis por conferir um caráter “científico” as hipóteses e aos resultados apresentados. Outra característica geral destes novos intérpretes foram as críticas tecidas aos revisionistas: especialmente as teses de Chiavenatto foram refutadas e objeto de críticas por parte destes estudiosos. Ainda dentro dos vários pontos discutidos nesta escola estava a preocupação em entender a guerra em sua dinâmica interna, além da preocupação em buscar as origens do intervencionismo militar na sociedade civil⁴⁹.

Também vale destacar algumas lacunas nestes estudos: em primeiro lugar a pouca atenção dada à atuação da Inglaterra, grande potência, durante o momento bélico. Em segundo lugar, outra pauta de pesquisa inexplorada e que mereceria uma análise mais acurada diz respeito à participação do próprio Paraguai na Guerra. A historiografia brasileira interessou-se pouco em trabalhar com as fontes daquele país, e o intercâmbio entre profissionais dos dois países ainda é pequeno. Presumo que seria muito bem-vinda uma história da Guerra contra Paraguai a partir de fontes depositadas nos arquivos de Assunção. Agora depois destes comentários gerais sobre a historiografia, vamos à análise das obras.

O primeiro texto a inaugurar esta nova “escola” é de autoria do historiador Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania*

⁴⁹ Um excelente resumo deste novo tipo de fazer história pode ser encontrado na coletânea: IZECKSOHN, Vitor; Castro, Celso; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

na formação do exército, foi publicado em 1990. Tendo como foco as repercussões políticas e sociais da Guerra o texto de Salles tornou-se um dos livros de maior importância para a compreensão da inserção militar na sociedade brasileira, por articular a guerra do Paraguai a questões mais amplas, como o término da escravidão e a busca pela cidadania nas últimas décadas do Império.

Logo no início Salles busca desmontar as hipóteses revisionistas. Cotejando documentos, o autor chega à conclusão de que o Paraguai não era um país tão desenvolvido assim naquele momento. Questiona os revisionistas que creditam à Inglaterra a manobra da Guerra, para emprestar dinheiro aos países envolvidos. Segundo Salles, “os empréstimos são decorrentes da guerra e não o contrário”.⁵⁰ Ainda a respeito do diálogo envolvendo os revisionistas, o autor acredita que “a crítica principal que se pode fazer a essa versão do conflito é a respeito de seu reducionismo que superdimensiona a influência inglesa na região e ignora as motivações específicas dos países diretamente envolvidos”.⁵¹ Por fim, Salles demonstra como a guerra do Paraguai atuou como um verdadeiro marco na história brasileira, acelerando a abolição da escravidão e a queda da monarquia. Concomitante a estes importantes acontecimentos, a partir de seu término ocorreu a entronização da categoria militar na vida política da nação, como destaca no seguinte trecho:

A partir da guerra do Paraguai, o exército passou a estar indissolvelmente ligado à nossa história política, e o próprio fim da monarquia, significativamente, teve nos militares os atores imediatos de seu desfecho. Desde então com pesos e conotações políticas distintos, o exército desempenhou importante papel em diversos períodos e conjuntura de nossa vida política: na consolidação do regime republicano, na candidatura Hermes da Fonseca, no movimento tenentista da década de 20, na revolução de 30, no levante comunista de 35, no golpe do Estado Novo, na redemocratização pós Segunda Guerra e, finalmente, no golpe de 64 e nos governos

⁵⁰ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 35.

⁵¹ Idem, p. 22.

militares que se seguiram por mais de vinte anos.⁵²

Como fica evidente nesta citação o objetivo do autor foi regressivo, buscar as raízes do enraizamento militar na sociedade brasileira. Portanto, o trabalho de Salles também conta com ideologias e analogias com um passado recente. Todavia isso não desabona seu trabalho que possui um forte rigor teórico e metodológico, apesar de não ter sido fruto de trabalho acadêmico.

No ano seguinte, em 1991, o historiador Francisco Monteoliva Doratioto também publicava um pequeno texto de divulgação baseado em sua dissertação de Mestrado em História, defendida na Universidade de Brasília, que em seu título demonstrava suas motivações: *Guerra do Paraguai 2ª Visão*. Nele Doratioto procurou compreender o conflito a partir das realidades locais, ou seja, a configuração geopolítica que se constituía no Prata do século XIX. Dialogando principalmente com a documentação diplomática brasileira, o autor traça um perfil das principais lideranças políticas do período, no Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina e discute também a delicada questão das disputas entre estancieiros gaúchos, donos de várias propriedades do outro lado da fronteira – Uruguai – e os membros do partido Blanco daquele país. Tais contendidas repercutiam muito mal na Corte brasileira, pois lembravam a Revolução Farroupilha (1835-1845), esta que por sua vez remetia à possibilidade de perda de territórios, tudo que os dirigentes menos queriam naquele momento. Sobre as interpretações revisionistas, Doratioto também emite sua opinião, neste longo trecho, extraído de suas considerações finais:

Explicar a Guerra do Paraguai como tendo sido resultado da ação do imperialismo inglês carece de base documental. É, antes, resultado de bandeiras das lutas políticas dos anos 60 e 70 – como o antiamericanismo e o terceiro-mundismo –, projetados na análise do passado, em busca de fundamento histórico. A explicação carece, também, de lógica, pois se afirma que a Inglaterra induziu à guerra para ter acesso ao mercado paraguaio, como explica que Londres tenha permitido a destruição desse mercado pela própria guerra? Mesmo a premissa é falsa, pois a

⁵² Idem, op. cit; p. 152.

modernização tecnológica paraguaia, sob Carlos López e Francisco Solano, usou técnicas e equipamentos ingleses. Ademais a questão “factual” foi esquecida pela explicação imperialista: no início da guerra em dezembro de 1864 e, ainda no estabelecimento da Tríplice Aliança, em maio de 1865, o Império brasileiro estava de relações diplomáticas rompidas com a Inglaterra. O revisionismo, que critica corretamente a falta de objetividade e a construção de mitos por parte da historiografia conservadora, acaba dele mesma sendo vítima da falta de objetividade e a construção de mitos. Destes, o maior talvez seja o de representar Solano López quase como um líder antiimperialista, arrojado e decidido na busca do desenvolvimento autônomo e da justiça social do Paraguai. Solano López foi sim, um ditador, sem projeto econômico autônomo, mas com a aspiração de transformar o Paraguai em potência no Prata. Estava à frente de um país no qual também havia escravidão e tratava o Estado como um assunto de família, a ponto de sua companheira, a francesa Madame Lynch, ter um imenso patrimônio imobiliário, resultado da “compra” de enormes extensões de terras públicas.⁵³

Esta pode ser considerada a síntese das críticas dedicadas aos revisionistas. Doravante deixarei de lado o diálogo da historiografia com estes autores e me deterei mais nas idéias e abordagens destas novas pesquisas.

Fruto de uma tese de Doutorado, defendida na área de Sociologia da USP (Universidade de São Paulo) e publicada sob forma de livro em 1995, *A espada de Dâmocles: o exército a guerra do Paraguai e a crise do império* também trouxe contribuições fundamentais. Utilizando um arcabouço teórico weberiano a autora não estava necessariamente interessada em agregar mais dados sobre o conflito, e sim entender como a guerra desencadeou o fim da monarquia e o começo da república. Logo, de uma forma interessante e original Costa mostrou os

⁵³ DORATIOTO, Francisco M. *A Guerra do Paraguai: 2. Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 79-80.

dilemas de uma sociedade onde o Estado não possuía o monopólio legítimo da violência, em virtude da escravidão e do direito de propriedade dos senhores e se viu diante da necessidade de recrutar e cooptar a maior parte da população para um objetivo comum. Para tanto, foram escrutadas as disputas políticas entre conservadores e liberais, no período denominado “Liga”, ponto marcante neste ocaso do Império.⁵⁴ Destas querelas resultou a queda do Gabinete Zacarias, que segundo Costa “acabou por se tornar a primeira vítima, embora involuntária, da colisão entre a racionalidade da guerra e do sistema político”.⁵⁵ Depois da queda de Zacarias motivada (também) pela preferência do imperador pelo Marquês de Caxias no comando das operações, alguns liberais passaram a criticar com maior veemência o sistema político do Império. Costa também atribuiu em grande medida a criação da lei de 1871, mais dura legislação contra os senhores antes da abolição, ao contexto de guerra.⁵⁶

No mesmo ano da publicação do livro de Wilma Costa (1995), a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro organizou um colóquio com importantes historiadores, escritores e jornalistas de diversas nacionalidades, especialistas no conflito para uma cuidadosa reflexão sobre o impacto e o legado da Guerra do Paraguai. Estas comunicações transformaram-se em uma coletânea.⁵⁷ O grande mérito desta coletânea acabou sendo a possibilidade de diálogo entre as diferentes concepções da guerra, principalmente incluindo pesquisadores e estudiosos do Uruguai e Argentina.

Retomando o campo das produções monográficas, as ciências sociais, desta vez a Ciência Política também se ocupou do assunto. Vítor Izecksohn publicou sua dissertação defendida no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) no ano de 1996, republicada posteriormente em 2002.⁵⁸ Partindo da mesma premissa de

⁵⁴ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 243.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶ COSTA, Wilma P. *A espada de dâmocles*. . . op. cit.; p. 184.

⁵⁷ MARQUES, Maria Eduarda C. (Org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Publicaram na coletânea: Alberto da Costa e Silva; Carlos Guilherme Mota; Eduardo Silva; Enrique Amayo; Fernando Novais; Francisco Alambert; Léon Pomer; Leslie Bethell; Max Justo Guedes; Ticio Escobar.

⁵⁸ Após sérias discordâncias entre o autor e a primeira editora o texto acabou republicado no ano de 2002. Escolhi, contudo analisar este texto como parte dos debates da década de 1990, pois após uma revisão o conteúdo manteve-se fiel a

Salles e Costa de entender a formação do exército brasileiro, a pesquisa do autor desdobra-se de forma interessante. Izecksohn estuda o exército dentro do exército. O autor traça um perfil coletivo dos oficiais do exército, mapeando suas correspondências particulares e militares para reconstituir as disputas e os dilemas envolvendo tais oficiais. No tocante ao recorte temporal o autor diminuiu seu foco num contexto importante, a entrada de Caxias como comandante em chefe, correspondendo a um período de 13 meses, entre setembro de 1866 a outubro de 1867, quando as operações estiveram interrompidas.⁵⁹ Este momento acabou por tornar-se significativo para a formação do Exército brasileiro, pois evidenciou dois grupos distintos entre os oficiais:

Enquanto o primeiro grupo tinha sua atuação pautada pela manutenção das hierarquias que configuravam o sistema político, o segundo estava interessado em erigir um ideal de pátria consistente o suficiente para neutralizar as circunstâncias que impediam a organização de um Exército de características nacionais, ou seja, que pudesse contar com a totalidade da nação na hipótese de conflito no exterior. Entre essas situações destacavam-se a escravidão impedindo o alistamento de uma parcela significativa de homens adultos e criando uma retaguarda instável no interior do país.⁶⁰

Desta forma, esta profissionalização gerou um grupo de oficiais sem comprometimento com o regime monárquico, fazendo com que demandas unicamente militares se amalgamassem com demandas civis, atingindo em cheio a política imperial após o término da Guerra. Logo, Izecksohn contribuiu para elucidar este processo de mudança dentro do exército com a formação de um núcleo profissional durante a campanha contra o Paraguai.

Também no ano de 1996 aparecia a primeira edição do livro do jornalista Mauro César da Silveira, chamado: *A Batalha de papel: a*

primeira versão. IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

⁵⁹ IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002, pp. 23-25.

⁶⁰ Idem, Ibidem. p. 24.

guerra do Paraguai através da caricatura.⁶¹ Originalmente concebida como dissertação de Mestrado na área de História, o autor trouxe uma contribuição original ao destrinchar as formas de combate ocorridas no campo jornalístico, especialmente por meio das charges, fontes privilegiadas pelo autor. Utilizando um cabedal teórico da história cultural francesa, Silveira analisou 202 caricaturas e buscou, sobretudo, analisar estas imagens como forma de propagandear a validade da guerra. Para ele, “os caricaturistas brasileiros, de modo geral, abraçaram a posição de D. Pedro II e trabalharam ferozmente a imagem paraguaia, personalizada na figura deformada de Solano López ou reduzida ao microscópio ponto do mapa mundi”.⁶² Ademais o autor não analisou somente a produção do lado brasileiro, mas também do lado paraguaio, assim como as técnicas de produção daquele período. O livro de Silveira em certa medida foge das temáticas anteriores e abre uma nova perspectiva de compreensão da guerra por utilizar como fontes documentos que só agora despertam mais atenção dos historiadores: as charges.

Seguindo nossa análise, agora no final do século XX, passo a outro livro, este mais de divulgação do que propriamente acadêmico de Alfredo da Mota Menezes, professor titular de História da América da UFMT e especialista em história do Paraguai. Menezes publicou em 1998 mais uma contribuição ao debate.⁶³ Mergulhando profundamente na história política dos países platinos envolvidos no conflito ele buscou em sua pesquisa dar um panorama dos confrontos políticos e ideológicos que confluíram para a eclosão da guerra. Desta forma, Menezes destaca a luta entre dois grandes blocos, o primeiro composto por blancos e colorados no Uruguai e o segundo de unitários e federalistas na Argentina concomitante ao interesse de estancieiros brasileiros donos de uma boa parcela das fazendas uruguaias. Quanto ao caso paraguaio existia a eterna rivalidade com a Argentina, principalmente por conta do velho medo da recriação do vice-reinado da Prata e a conseqüente anexação do Paraguai. Menezes também se deteve no estudo das vicissitudes políticas do Paraguai demonstrando sua posição *sui generis* no contexto sul-americano e rebatendo por meio

⁶¹ SILVEIRA, Mauro César . *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

⁶² Idem, p. 50.

⁶³ MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai : como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

de pesquisa nos arquivos ingleses a tese imperialista, de que a Inglaterra estaria incomodada com possível desenvolvimento paraguaio. Enfim, Menezes fecha um quadro importante, ao esmiuçar as relações políticas desta fervilhante região, durante o século XIX.

Alguns historiadores também contribuíram ao publicar fontes sobre a Guerra. Renato Lemos e Paulo Roberto Staudt Moreira lançaram livros contendo cartas de oficiais atuantes no conflito. O primeiro trouxe a correspondência de Benjamin Constant, e o segundo o diário do coronel Manuel Lucas, os dois contemporâneos no Exército brasileiro durante o confronto.⁶⁴

A partir do início do século XXI a temática continuou viva e os trabalhos continuaram a ter desdobramentos interessantíssimos. Houve um alargamento ainda maior de questões que envolviam o conflito, dessa vez com mais ênfase na participação e nos impactos da guerra nas províncias brasileiras.

André Toral, cartunista e historiador publicou em 2001 baseado em sua tese de Doutorado em História Social, defendida na USP em 1998 o livro: *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*.⁶⁵ Neste trabalho a ênfase é dada às formas através das quais a guerra foi retratada; pinturas e fotografias são a base documental do autor. As análises também não se baseiam somente em materiais encomendados, mas também naqueles voltados para o gosto popular.⁶⁶ Toral além da compreensão da representação do conflito, por meio da arte nos ensina muito sobre o desenvolvimento destas técnicas, ligadas ao propalado conceito de civilização que estas nações almejavam.

Neste mesmo ano Divalte Garcia Ferreira analisa magistralmente os efeitos da Guerra nas finanças do país, haja visto que mesmo com as pequenas tensões envolvendo o Paraguai desde a década de 1850, não havia uma preparação financeira do império para os gastos que a guerra acarretaria.⁶⁷

⁶⁴ LEMOS, Renato (Org.) . Cartas da Guerra - Benjamin Constant na Campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999; MOREIRA, P. R. S. (Org.) . Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira (1864/1865). 1. ed. Porto Alegre: EST / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1997.

⁶⁵ TORAL, André A. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

⁶⁶ Idem, pp. 82-99.

⁶⁷ GARCIA, Divalte Ferreira Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

No ano de 2002 surgiu um marco para a historiografia da Guerra do Paraguai. O já citado historiador Francisco Doratioto lança seu *Maldita Guerra*, livro de leitura obrigatória para todos os interessados e estudiosos do tema desde então.⁶⁸ Munido de grande documentação o autor buscou escrever uma história social militar de boa parte dos aspectos do conflito, dialogando com a maioria dos novos estudos acerca do confronto, e utilizando fontes cotejadas nos quatro países envolvidos, além daquelas encontradas na Inglaterra. *Maldita Guerra* ao longo de suas quase 600 páginas busca narrar todos os pormenores do conflito, trabalhando com a hipótese de a guerra ter sido desencadeada por problemas envolvendo os próprios países do Prata, afastando portanto a tese imperialista.⁶⁹ Mesmo com sua inaudita qualidade o trabalho de Doratioto tem recebido críticas por conta de algumas passagens em que se mostra conservador, contudo nada disso traz nenhum tipo de demérito a sua cuidadosa pesquisa.⁷⁰

No mesmo ano do lançamento do texto clássico de Doratioto a historiadora Ana Paula Squinelo, lançou um livro baseado na sua dissertação de Mestrado em História defendida na UFMS. Squinelo abordou a memória da guerra no Mato Grosso, por meio da historiografia regionalista – lembrando que somente esta província e a do Rio Grande do Sul foram palco de batalhas – e estudou como ocorreu a interpretação deste conflito em manuais didáticos dos países de língua espanhola envolvidos: Uruguai, Paraguai e Argentina. Assim, Squinelo mostra como a memória em diferentes momentos selecionou e/ou esqueceu partes deste episódio tão importante para a América do Sul, e identificou o que cada país decidiu privilegiar.⁷¹

Mauro César da Silveira publicou outro livro em 2003, agora os resultados de sua tese de doutoramento. Sua pesquisa constituiu uma acurada análise sobre as relações entre Brasil e Portugal no período que

⁶⁸ DORATIOTO, Francisco M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁹ Idem, pp.46-60.

⁷⁰ Para uma crítica ao trabalho de Doratioto, ver: MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica riográfica : 1871-2002 [III Parte]. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 94, 2009, p. 94.

⁷¹ SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande: UCDB,2002, especialmente cap. 01.

compreende a década da guerra (1860-1870).⁷² Tendo por base autores teóricos da diplomacia, como Renouvin e Douroselle e trabalhando com documentos de arquivos platinos e lusitanos Silveira mostrou como o Império articulava sua diplomacia para manter uma visão positiva na Europa durante a vigência da Guerra. Silveira também narrou as táticas do governo imperial para atrair imigrantes lusitanos para enviá-los diretamente ao *front* de batalha.⁷³

Estes trabalhos constituem ao nosso ver a historiografia mais relevante envolvendo a Guerra do Paraguai. Porém, a produção monográfica sobre o tema tem crescido substancialmente, principalmente por conta da descoberta dos arquivos estaduais, ricos em fontes sobre o período, por isso a produção recente desloca-se da campanha e se debruça cada vez mais sobre o impacto da Guerra nas Províncias.

Destaco nesse campo os trabalhos envolvendo a memória sobre a Guerra, e as comemorações, como a tese de Marcelo dos Santos Rodrigues em que, tendo como recorte temporal a volta dos voluntários em 1870, e como fonte privilegiada os jornais da Corte demonstrou os problemas que os dirigentes imperiais tiveram com os veteranos. Afinal, pós-1870 o governo teria que acertar a conta com esses trabalhadores: premiações em dinheiro, terras, condecorações, manutenção da liberdade de ex-escravos, tratamento aos doentes enfim, as promessas de outrora teriam que ser cumpridas e custeadas. Daí o dilema no trato com tais voluntários, entre eles: esquecer ou comemorar o resultado e a volta desses ex-combatentes.⁷⁴ Outro trabalho sobre a volta de veteranos e o tratamento recebido por eles do Estado encontra-se na tese de Marcelo Augusto de Moraes Gomes, na qual estuda o tratamento, as formas de financiamento e a visão que se fazia de ex-veteranos, confinados na Ilha do Bom Jesus, na Baía de Guanabara. Neste lugar ficava o asilo que recebia os homens mutilados pela Guerra, também conhecidos como inválidos da pátria.⁷⁵

⁷² SILVEIRA, Mauro César da. *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

⁷³ Idem, pp. 208-217.

⁷⁴ RODRIGUES, Marcelo Santos. “Guerra do Paraguai: os caminhos da memória e do esquecimento”. Tese de Doutorado em História Social (USP), 2009, pp. 83-88; 183-185.

⁷⁵ GOMES, Marcelo Augusto Moraes “A espuma das províncias. Um estudo sobre os Inválidos da Pátria”. Tese Doutorado em História Social – (USP), 2007.

A participação feminina no confronto também tem seus historiadores e historiadoras.⁷⁶ Trabalhos especificam as formas de engajamento, assim como a representação feminina escrita por intelectuais durante a guerra. Outro apontamento importante dessa nova historiografia tem sido a participação indígena, muitas vezes esquecida, mas que agora tem sido resgatada.⁷⁷

Infelizmente não tive acesso à produção historiográfica paraguaia, mas julgo necessário apontar, mesmo que de forma sucinta, algumas de suas contribuições recentes. Para a historiadora argentina Liliana Brezzo, especializada na história da Guerra do Paraguai, a historiografia daquele país a respeito da *guerra de la triple alianza* pode ser dividida em três momentos. De acordo com a autora num primeiro momento a produção ligava-se aos membros do governo, no caso paraguaio aos clérigos. Estes trabalhos, “distorsionan la realidad, siendo elaboradas desde las instancias del poder político e religioso para servir de propaganda a la resistencia y se repiete por doquier”.⁷⁸ Ao lado desses trabalhos houve ainda a produção de alguns estrangeiros, como o trabalho, já citado, de George Thompson.

Depois da virada do século, quando o Paraguai estava se organizando e buscando reconstruir sua identidade nacional alguns intelectuais do país debruçaram-se sobre a história da guerra. Este grupo denominado *Novocentismo* tinha como líder Cecilio Baez, autor de três livros sobre a Guerra do Paraguai. Em seus textos ficava claro o alinhamento com as produções de países vizinhos, que defendiam a tese na qual o Paraguai havia perdido sua nacionalidade por conta de Solano López.

Nesse mesmo momento era editado em Assunción o jornal *La Patria* por Enrique Solano López, filho de Francisco Solano López. Em seu periódico a figura de seu pai era exaltada, e em seu apoio fundou-se outro periódico *El Tiempo*. Nele colaboravam intelectuais ligados ao

⁷⁶ DOURADO, Maria Teresa Garritano. “Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai”. Mestrado em História – (UFMS), 2003; ORTOLÁN, Fernando Lóris. Dócil, elegante e caridosa. “Representação das mulheres paraguaias na imprensa do pós-guerra (1869-1904)”. Tese de Doutorado em História – (UFPR), 2010.

⁷⁷ CORRADINO, Cirlene Moreno. Os Guaikuru-kadiwéu no contexto da guerra do Paraguai: fronteiras, relações interétnicas e territorialidade. Dissertação de Mestrado em História - (UEM), 2007.

⁷⁸ As informações referentes à produção paraguaia foram extraídas de BREZZO, Liliana. La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de mediterraneidad. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 7. p. 157-175, 2003.

grupo de Baez, só que agora escrevendo em prol da memória paraguaia. Ignacio Pane, Juan O'Leary e Manuel Domínguez articulavam a exaltação do povo paraguaio, personificada na figura do Mariscal, Solano López. Tal grupo obteve ampla aceitação no partido colorado daquele país, formando aquilo que ficou denominado lopizmo. Vários atos e decretos governamentais enaltecendo a figura de López se sucederam, esta forma de interpretar a guerra para fortalecer a nação durou longo tempo:

El *lopizmo*, que había buscado transformar la figura de Solano López de dictador, responsable de una guerra desastrosa para su país en héroe, víctima de la agresión de la Triple Alianza y sinónimo de coraje y patriotismo, se consolidó definitivamente en los años que siguieron y su construcción historiográfica se hizo aun más rígida durante el *stronato* y el consiguiente ascenso al poder del partido Colorado. En la segunda mitad del siglo XX.⁷⁹

Com suaves mudanças, esta historiografia, perdurou aproximadamente até os últimos anos da década de 1980. A partir de 1989 com a abertura dos arquivos para a pesquisa, até então fechados, os historiadores do país contestaram a tese do imperialismo inglês e passaram a efetuar pesquisas originais, sobre a música dos soldados, as trocas culturais, a participação feminina e os simpatizantes paraguaios em países como a Argentina. Com isso percebemos uma grande semelhança entre o desenvolvimento da historiografia paraguaia e brasileira. Depois de apontar aspectos referentes à historiografia sobre a guerra me voltarei para a produção acerca do recrutamento militar no Brasil.

⁷⁹ Idem, p.170.

1.2 A HISTORIOGRAFIA DO RECRUTAMENTO MILITAR

O estudo do setor militar na sociedade brasileira do século XIX constitui-se um dos campos mais férteis da historiografia brasileira atual. Ao se consultar os variados arquivos contendo a documentação do período são visíveis as conexões entre a sociedade e as instituições responsáveis pela manutenção da segurança. Esta ligação intrínseca esteve mais presente lá, no século XIX, do que hoje no século XXI. Exceto raríssimas exceções, os fazendeiros e proprietários do século XIX ocupavam cargos no Exército, Marinha e principalmente na Guarda Nacional. Os dois partidos políticos na época: liberal e conservador também possuíam juizes, promotores e delegados em seus respectivos quadros. Raro era o homem livre que não possuía ligação com o mundo militar. Para estes livres, ou homens pobres livres – termo consagrado na historiografia – a carreira das armas significava em alguns casos uma forma de ascensão social e proteção, e em outros a prisão, difamação e também opressão. Tais significados em alguns momentos podiam ser estendidos também para libertos e escravos.

Quando houve conflitos internos em que o Império precisou restabelecer sua ordem interna eram essas pessoas menos favorecidas que arriscavam – e muito – suas vidas, representando os interesses dos “casacas” da Corte, e algumas vezes os seus próprios evidentemente. Revoltas de escravos e movimentos sociais eram combatidos por homens pobres livres, alistados na Guarda Nacional ou recrutados à força. Notórios políticos ocupavam altos cargos militares, isso quando não se ligavam a oficiais do Exército ou da Guarda Nacional, por laços consanguíneos ou matrimoniais.

Exatamente por conta desta relação próxima entre as forças da ordem e a política é preciso compreender as formas com que o Estado, no caso o Império do Brasil fazia para recrutar os homens que garantiam a ordem. Busca nas linhas que se seguem mostrar como a historiografia tem trabalhado esse tema para o Brasil, mais especificamente sobre o recrutamento militar no período.

Este tema tem se tornando objeto privilegiado de estudo apenas recentemente. Tanto que o caminho a reconstituir até chegarmos a este período de grande interesse não significa necessariamente a análise de uma ampla literatura. Na verdade ela é até curta e seu desenvolvimento pode ser visto de forma muito linear.

O primeiro a pesquisar diretamente o tema foi o historiador da Unicamp, Enrique Peregalli. Seu objeto de estudo centrou-se na administração do Morgado de Mateus (1765-1775), na capitania de São

Paulo.⁸⁰ Neste período a coroa lusitana estava sedenta por homens, para consolidar seu espaço territorial, além de combater os bandeirantes paulistas, que naquele período representavam ameaça a metrópole. Ainda existia a necessidade de proteger a porta de entrada no Sul, pois os espanhóis estavam de olho em regiões próximas à capitania, como a ilha de Santa Catarina, por exemplo. Utilizando como fonte as correspondências trocadas entre autoridades, relatórios do Marques de Lavradio e livros publicados por viajantes, o autor chegou à conclusão de que no período estudado o recrutamento era uma arma opressora contra os pobres da sociedade, e que “Estado e violência iam de mãos dadas”.⁸¹ Seu estudo demonstrou como os poderes locais, e depois o Estado eram responsáveis por compelir a população pobre ao serviço das armas. Neste sentido, pardos e pretos não deixaram de servir a um Estado que os tinha como a escória da sociedade.⁸² O autor, porém, não deixou de narrar as resistências coletivas, iniciadas pelo alto grau de violência praticado pelos agentes recrutadores, que ameaçavam a família dos soldados, “como o recrutamento caiu sobre a população que pouco ou nada tinha, as famílias dos soldados passaram a sofrer o castigo pela deserção. E não eram somente ameaças”.⁸³

Por fim, Peregalli buscou demonstrar em seu texto seminal sobre o recrutamento militar, como o Estado agia diante da população. Para ele o recrutamento militar constituía uma arma para oprimir os mais humildes:

A partir da análise dos meios utilizados pelo Estado para integrar uma região aparentemente marginal ou isolada como a capitania de São Paulo, ficou claro como ela foi atrelada ao movimento de acumulação de capital, ao custo de afogar sua economia e destruir sua mão-de-obra através de um mecanismo operacional utilizado pelo Estado, o recrutamento, fenômeno pouco estudado pela historiografia.

(...) o custo humano desse empreendimento provocou o esvaziamento dos homens produtivos da capitania – 20% estavam arrolados no serviço a

⁸⁰ PEREGALLI, Enrique. *O recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

⁸¹ Idem, p. 112.

⁸² Idem, pp. 114-115.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 133.

El-Rei, em 1777. O impacto da formação e de sustentação desse exército sobre o processo produtivo foi uma das causas das epidemias que explodiram em São Paulo. A desestruturação do abastecimento às populações debilitou os organismos humanos.⁸⁴

Tal síntese demonstra claramente o objetivo do autor de mostrar como o recrutamento militar consistia única e exclusivamente em um sistema opressor do Estado colonial. Nessa análise as revoltas tiveram pouco efeito, justamente pela força do poder central em acuar seus súditos, principalmente os considerados desclassificados.

Algum tempo depois da publicação do texto de Peregalli uma nova e importantíssima contribuição aos estudos acerca do recrutamento militar no Brasil.

Em 1992 a historiadora estadunidense Joan Meznar publicou um pequeno e excelente artigo sobre o recrutamento no norte do Império brasileiro, com ênfase na Paraíba do Sul e em Pernambuco. A autora estuda as formas de distinção e hierarquias entre os homens pobres livres da região, pessoas que se encontravam na linha de frente do recrutamento. Mas seu texto nos mostra que na prática o funcionamento deste mecanismo era diferente, e bem menos rígido e mecânico que nos resultados de Peregalli. Trocando em miúdos Meznar mostra que se todos os pobres eram iguais, alguns pobres eram mais iguais que os outros.

No próprio título a autora demonstra sua intenção. Existia para ela uma hierarquia, uma “fila” envolvendo o recrutamento dos pobres livres. O final era ocupado por aqueles que estavam isentos, classificados como “pobres honrados”. Estes eram bem vistos, pois trabalhavam, cumpriam suas obrigações na Guarda Nacional, constituíam famílias, não eram dados a vícios, jogos e vadiagens. Tais pessoas, provavelmente ficavam felizes com o recrutamento de indesejáveis e isso, de acordo com Meznar representava uma forma de distinção social para elas, realçando prestígios, confirmando alianças, e porque não, protegendo seus familiares:

Neste contexto social alguns dos pobres descaradamente usaram as leis que regem o recrutamento para separar entre eles honrosos e desonrosos. Embora a vagabundagem tenha

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 163.

fornecido a principal justificativa para o recrutamento do Exército, o recrutamento era freqüentemente usado para punir criminosos de todos os tipos. Ademais, foram muitas vezes vistos para o recrutamento aqueles homens que não possuíam trabalho fixo, que tinham que recorrer ao roubo muitas vezes como forma de sustento e conseguiam práticas sexuais com as mulheres locais. Ao garantir que estes homens fossem recrutados os pobres honrados defendiam o valor de sua comunidade. De uma forma mais prática também protegiam seus escassos bens e suas mulheres.⁸⁵

Percebemos desta forma a existência de uma “tipo ideal” no processo de recrutamento. Neste sentido, a contribuição da autora torna-se fundamental e inspiradora por mostrar a necessidade de compreensão do mundo destes pobres livres, e de suas estratégias de sobrevivência, para realmente conseguirmos compreender o recrutamento militar em minúcias.

Peter Beattie, professor da Universidade do Estado de Michigan vem também contribuindo e desenvolvendo pesquisas a respeito do recrutamento militar no Brasil. O autor trabalha analisando várias regiões do país, no entanto, sua ênfase maior recai no Rio de Janeiro e seu recorte temporal de forma geral abrange o período de 1864-1945.

Utilizando diversas fontes, como relatórios ministeriais, correspondências trocadas entre diversas autoridades, processos-crime e a literatura do período Beattie confere ao exército e ao recrutamento a responsabilidade por redistribuir a população indesejável no amplo território nacional. Assim, a polícia e o exército atuavam lado a lado, tornando-se instituições complementares, tal assevera esta citação, extraída de um artigo do autor:

Na maioria dos casos, a polícia entregava ao exército uma pequena parte dos vagabundos, “defloradores”, ladrões, crianças abandonadas, maridos fugitivos, migrantes, posseiros e infelizes transeuntes apreendidos. Esta prática aliviava o sistema judicial, liberava espaço prisional, e

⁸⁵ MEZNAR, Joan E. The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. *Hispanic American Historical Review*, n. 72, v. 3.ago. 1992. , p, 341-342. Tradução minha.

também removiam rapidamente os indesejáveis da rua. O recrutamento forçado permitia às autoridades policiarem a moralidade da família, segregando alguns criminosos não-conformistas em quartéis e buscando vigiá-los”.⁸⁶

As teses de Beattie também focam as relações de gênero, no tocante ao papel do Exército na formação do conceito de masculinidade e de honra. Estes estudos mais acurados estão inseridos no livro do autor, recentemente traduzido para o português.⁸⁷ Contudo, em relação ao recrutamento, a análise de Beattie é bem objetiva. Para o autor o Exército constituía uma instituição protopenal, responsável por restringir a mobilidade dos indesejáveis na sociedade imperial e até mesmo na república e redistribuir esta população nos lugares mais longínquos daquele amplo território.⁸⁸

Hendrik Kraay, professor da Universidade de Calgary no Canadá também desenvolveu pesquisas ligadas ao recrutamento militar no Brasil. Tendo como foco a província da Bahia, o autor centrou suas análises na participação da população de origem africana, formada por escravos, libertos e mestiços nas forças armadas em tempos belicosos, mais especificamente nas guerras de independência da Bahia e na Guerra do Paraguai.⁸⁹

Ao realizar um balanço crítico sobre o recrutamento militar no Brasil imperial o autor aponta uma nova forma de interpretação para a questão. De acordo com Kraay o ato de recrutar não era simplesmente uma atribuição do Estado forte e opressor contra a população fraca e indefesa, ou mesmo uma distinção entre os pobres livres. Segundo o autor tal ato envolvia outros pontos importantes e cruciais como o clientelismo, por exemplo. Havia um jogo de interesses, em que “complexas regras não escritas governavam a prática do

⁸⁶ BEATTIE, Peter. “Conscription versus Penal servitude: Army Reform’s Influence on the Brazilian State’s Management of Social Control, 1870-1930”. *Journal of Social History*, 1999, p. 853. Tradução minha.

⁸⁷ BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: Exército, Honra, Raça e Nação do Brasil*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁸⁸ Idem, *Ibid.* pp. 43-109.

⁸⁹ KRAAY, Hendrik. *Race, State, And Armed Forces In Independence – Era Brazil. Bahia, 1790-1840*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

recrutamento”.⁹⁰ Senhores necessitavam de seus clientes para proteger e demonstrar prestígio e influência, criando uma rede de sociabilidades e de colaboradores, enquanto aos pobres livres era essencial a proteção destes proprietários para fugir do recrutamento, considerado um castigo no período. Escravos e libertos também não escapavam desta fantástica teia de interesses, tirando proveito em prol de suas respectivas liberdades, quando possível:

“(...) sustento que foi um sistema no qual contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, e da qual cada participante tirou benefícios significativos. Uma densa rede de ligações entre patronos e clientes nos três grupos guiou e constrangeu o sistema de recrutamento “legítimo” em tempo de paz. O que suscitou pouco mais do que oposição retórica, senão claro, dos poucos infelizes alistados nas Forças Armadas. Tempo de guerra requeria expansão militar, trazendo dúvidas sobre quem deveria servir, e forçava patrões e clientes a abandonar seus deveres habituais. Quando o número de recrutas elevou-se durante as duas guerras externas do Império, a Cisplatina dos anos 1820 e a do Paraguai dos anos 1860, também elevaram-se as reclamações de todos os cantos, um alarido cujo sentido reside na revelação do sistema normal do recrutamento em tempo de paz”⁹¹.

Assim para Kraay o recrutamento funcionava como uma espécie de triângulo social, onde cada um, de acordo com seus interesses buscava tirar algum tipo de proveito. Se formos considerar a argumentação do autor, quando não havia guerra, somente eram recrutados homens que não tinham vínculos com chefes locais. Mas quando surgiam conflitos esse arranjo tornava-se impossível, mesmo para tais chefes garantir a liberdade de seus agregados, tendo em vista a pressão do Estado por homens. A contribuição de Kraay tem sido importante no sentido de mostrar que o recrutamento envolvia todos os setores da sociedade imperial, de forma interdependente. Por isso a

⁹⁰ KRAAY, Hendrik. “Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial”. *Diálogos*: Maringá, vol. 03, n. 03, pp. 115.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

necessidade de estudar esse procedimento não apenas sob a ótica do Estado, ou dos pobres, libertos e escravos, mas sim de todos os envolvidos.

O recrutamento passou por diversas interpretações: a) uma forma de opressão por parte do Estado; b) espécie de distinção entre homens pobres honrados; c) arma de redistribuição territorial de indesejáveis, atuando lado a lado como punição extra-legal; d) oportunidade para pobres e livres, Estado e senhores dentro de uma refinada rede clientelar.

Nos últimos anos no Brasil diversos estudos monográficos utilizaram as idéias dos autores acima descritos e centram-se no período colonial, e também no Brasil imperial, detalhando o recrutamento nas províncias. O período de guerra é o preferido, por conta do volume de documentos gerado em tempos belicosos.

Entre os principais podemos citar os trabalhos do cientista político Fábio Faria Mendes.⁹² Tendo como foco de análise o século XIX, Mendes se vale de um refinado arcabouço teórico para compreender a necessidade do Estado de buscar braços para o trabalho no Exército. Em um de seus principais artigos, intitulado: *A economia moral do recrutamento* o autor chama atenção para a incapacidade burocrática do Estado imperial de ter controle e registro de seus habitantes, pois a política pública, se é que podemos usar tal termo era extremamente precária e amadora, por conta da forte hierarquia, dominante na sociedade imperial. Esta precariedade na administração abria espaço para que o recrutamento envolvesse questões pessoais invadindo desta forma uma esfera, ao menos teoricamente de responsabilidade do governo:

Na economia moral do recrutamento, por exemplo, distinguir-se-ão entre casados e "mal casados", filhos bons e maus, artífices industriais e vadios etc. Em Campanha, por exemplo, justifica-se o recrutamento de certo indivíduo pelo fato de, embora sendo casado, não

⁹² Durante a redação deste trabalho tomei conhecimento do lançamento de seu livro sobre o recrutamento militar no Estado imperial. Por conta dos curtos prazos iremos utilizar somente os artigos do autor a que tivemos acesso, pois a leitura e inclusão desse texto demandaria tempo indisponível. De qualquer forma segue a indicação: MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e a construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

viver com a mulher, e sim em "[...] amizade ilícita com uma viúva de boa família no distrito de Santa Catarina, lugar em que foi preso dilapidando os bens da mesma, e que já hia se passando para os dos orphãos”⁹³

O texto de Mendes assim contribui ao mostrar, tal como o de Meznar, que existia no recrutamento uma “moral”, envolvendo os possíveis recrutados. Contudo o autor atribui este problema à incapacidade do Estado imperial em controlar, ou ao menos classificar os seus moradores.

Vitor Izecksohn também vem trazendo perspectivas novas sobre o recrutamento. Em artigo publicado em 2001, o autor analisou em perspectiva comparada o recrutamento na Guerra civil e na Guerra do Paraguai. Mesmo com a disparidade de desenvolvimento que tiveram os dois países o autor mostra que vários problemas envolvendo o recrutamento foram semelhantes. Resistências armadas em vários territórios do Brasil e tropas anti-recrutamento nos Estados Unidos representaram perigo para o Estado. Tanto que nos dois países o agravamento das questões levou os governos a coagir seus habitantes, aumentando o número de recrutáveis. No Brasil os interesses das elites locais foram feridos gravemente quando o recrutamento aumentou, principalmente a partir do final de 1866. Eleições foram canceladas, e até um gabinete político caiu por conta destes impasses. Nos Estados Unidos, contudo, mesmo com os interesses privados o poder central valeu-se de uma rede de patronagem entre os oficiais, além de promulgar uma legislação específica e detalhada para o recrutamento. Segundo Izecksohn o resultado dessas intervenções estatais foi diferente nos dois países. Enquanto no Brasil após o fim da era de recrutamento e da própria guerra, as decisões políticas ainda passavam pelo crivo e pela vontade pessoal do Imperador, ao menos em tese, nos Estados Unidos a guerra serviu para aprimorar alguns instrumentos democráticos:

Houve mudanças profundas no que concerne às concepções acerca dos direitos dos estados, às leis de liberdade individual, à centralização do poder e da estrutura do recrutamento militar. O esforço de guerra reforçou o papel do governo federal como

⁹³ MENDES, Fábio Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar No Brasil Imperial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 81-96, 1998.

principal agência recrutadora para as forças armadas. A ênfase nos direitos estaduais foi progressivamente substituída por uma crescente centralização, com o governo federal assumindo o papel principal nos assuntos militares, na política fiscal e no desenvolvimento econômico.⁹⁴

Izecksohn mostra desta forma, como a história comparada pode nos ajudar a compreender aspectos importantes do recrutamento militar. O autor também estudou o recrutamento na província do Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. Neste trabalho seu objetivo foi reconstituir as conexões entre o Estado imperial e os poderes locais na tentativa de institucionalizar uma cooperação entre elite e Estado. Tendo como fontes os Relatórios de Presidente da Província e os Relatórios dos Ministérios da Justiça e da Guerra, o autor mostra as dificuldades em cooptar a elite fluminense quando foi preciso recrutar a Guarda Nacional, uma força especial comandada pelos chefes locais. Ao comentar as formas de cooperação da elite fluminense o autor destaca

No Rio de Janeiro, as demandas para a guerra contra o Paraguai criaram a oportunidade para a inovação e a adaptação, mas o esforço de guerra não levou ao enfraquecimento das lealdades locais. Nem criou, a longo prazo, ligações emocionais mais fortes entre a sociedade provincial e um conjunto de estruturas estatais. (...) Não se trata de mera questão de força, baseada somente na relação direta entre coerção e acumulação de capital, mas do potencial da sociedade para receber bem a instrução do Estado em expansão e colaborar com ele, criando as bases de uma cidadania ampliada; da concepção de que parte considerável da população poderia se beneficiar da adesão da lealdade mais ampla.⁹⁵

⁹⁴ IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860”. *Estudos Históricos*, v. 27, 2001, p. 104.

⁹⁵ IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: Vitor Izecksohn, Celso Castro, Hendrik Kraay. (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom texto, 2004, p.205.

Logo ficam claras as diferenças. Nos Estados Unidos, durante a Guerra o Estado conseguiu criar uma coesão em prol de um objetivo comum. Em relação ao Brasil, no caso específico do Rio de Janeiro percebemos uma forte resistência, provocada pela forte hierarquização da sociedade local.

Vários historiadores têm se dedicado a discutir as condições do recrutamento. Não era apenas no exército que o recrutamento era aviltante. Álvaro Pereira do Nascimento mostrou que na Marinha, ou Armada, como era conhecida a instituição no período, os castigos corporais, e a legislação eram ainda mais severos que no Exército. Tendo como foco compreender o quadro que iria gerar a revolta dos marinheiros de 1910, Nascimento estudou minuciosamente o contexto da Marinha entre os anos de 1880-1910 na então capital, Rio de Janeiro. Trabalhando com relatórios ministeriais, correspondências da marinha, literatura e processos-crime, o autor mostrou, entre outros pontos, como se dava o recrutamento para a Marinha:

O engajamento voluntário e o recrutamento forçado foram as duas formas de incorporação de homens considerados adultos na Marinha de Guerra. Até 1910, pelo menos, a falta de indivíduos que se alistassem por vontade própria na Marinha era um problema antigo e difícil de resolver. Quando a falta de marinheiros ameaçava o funcionamento dos navios da Armada, aí sim, havia interesse por parte dos oficiais da Marinha em receber os condenados. Todavia como o problema da falta de voluntários era crônico, durante quase todo o século XIX, o recrutamento forçado de homens pobres negros era o que realmente abastecia de marinheiros os navios e quartéis da Armada.⁹⁶

Nascimento nos mostra como havia semelhanças entre a Armada e o Exército. Percebemos desta forma, que nenhuma instituição estava imune ao recrutamento forçado.

Além destes trabalhos, existem outros abordando a mobilização e o recrutamento em outras províncias do Império. Cabe mencionar que

⁹⁶ NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 47.

esta pesquisa junta-se a este esforço de estudar a mobilização para a Guerra em diferentes regiões.

Para a Bahia, província que mais forneceu recrutas teve um excelente estudo de Marcelo dos Santos Rodrigues, em que analisou o processo de recrutamento dos voluntários da pátria durante a Guerra do Paraguai. Pode até parecer estranho, mas na província ocorreu o fenômeno em que vários ditos voluntários foram recrutados a força, ou alistados por senhores locais, recebendo esta nomenclatura, deixando de ser contabilizados entre aqueles obrigados ao serviço da pátria.⁹⁷ A mobilização no Piauí foi objeto da tese defendida por Jhony Araújo. O autor centrou sua análise no papel que a imprensa desempenhou no recrutamento de soldados. Neste sentido o autor mostra a colaboração tácita entre imprensa, governo local e governo central, no sentido de criar um imaginário propício para o envio do maior número de soldados possíveis para o combate.⁹⁸ O trabalho do autor é interessante, pois estuda os mecanismos de arregimentação da maior propagadora de notícias da Guerra: a imprensa. Vale lembrar que Araújo em sua dissertação estudou um tema semelhante, com o mesmo recorte temporal, mas em outro espaço: estudou a formação dos corpos de voluntários da pátria no Maranhão.⁹⁹

Seguindo nossa cobertura das províncias temos ainda os trabalhos de Xislei Araújo e Márcia Regina Santos. A primeira pesquisou as formas de recrutamento na província do Ceará, entre anos de 1850 até 1875. Ao realizar uma pesquisa ampla, infelizmente a autora não tocou em pontos fundamentais, como as lutas entre elite local e central, e tampouco analisou de forma detalhada a ruptura que a Guerra do Paraguai representou nas leis costumeiras do recrutamento.¹⁰⁰ A segunda buscou traçar o impacto da Guerra na província cearense. Utilizando a documentação local a autora faz uma excelente análise das

⁹⁷ RODRIGUES, Marcelo Santos. “Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito”. UFBA, (Mestrado em História), 2001, pp. 70-90.

⁹⁸ ARAÚJO, Jhony Santana de. Bravos do Piauí orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai, (1865-1866), tese UFF, 2009, pp. 86-115.

⁹⁹ ARAÚJO, Jhony Santana de. Um grande dever nos chama: a arregimentação de voluntários para a Guerra do Paraguai no Maranhão, 1865-1866. UFPI, 2001.

¹⁰⁰ RAMOS, Xislei Araújo. Por trás de toda fuga nem sempre há um crime: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875), UFC (Mestrado em História), 2003.

várias facetas envolvendo a Guerra do Paraguai na província, com ênfase no recrutamento. Desta forma, além de tratar da resistência, tema corrente, a autora veio preencher uma grande lacuna ao traçar um perfil da família dos recrutas.¹⁰¹

Recentemente César Eugenio Martins Soares fez um estudo envolvendo o recrutamento na província de Minas Gerais, província mais refratária no tocante ao recrutamento. Soares utilizou a vasta documentação depositada nos arquivos mineiros para mostrar a dinâmica do processo de recrutamento e os jogos de poder envolvendo autoridades locais e centrais. No entanto, o autor ainda não conseguiu responder, ou apontar possíveis hipóteses a respeito da resistência da população mineira ao recrutamento.¹⁰²

A guarda nacional no Rio de Janeiro foi detalhadamente estudada na dissertação de Mestrado de Aline Cordeiro Goldoni no ano de 2010.¹⁰³ A autora utilizou uma série variada de documentos para compreender o processo de recrutamento dos membros dessa instituição na província fluminense. Apurou que o período da guerra representou uma ruptura entre os poderes locais e centrais pois os comandantes superiores não aceitavam enviar para o *front* um número excedente de soldados além daquele comumente aceito.¹⁰⁴ Infelizmente o recrutamento no sul do Brasil ainda carece de mais estudos. No Rio Grande do Sul, estado beligerante durante todo o século XIX existe apenas um trabalho sobre o recrutamento propriamente dito durante a Guerra do Paraguai, de autoria de Francisca Ferrer. No caso de Santa Catarina, não encontramos nenhum trabalho de fôlego sobre o tema, já para o Paraná, o trabalho apresentado no momento encontra-se isolado na lista de contribuições.

Até o momento procurei apresentar ao leitor uma lista das produções envolvendo a Guerra do Paraguai e o recrutamento militar no Brasil. Todas estas obras em certo sentido, servem como ponto de inspiração de nosso trabalho. Buscamos assim, mostrar como o

¹⁰¹ SOUZA, Márcia Regina Santos de. Impactos da Guerra do Paraguai na Província do Ceará, (1865-1870). (UFC), 2007, especialmente o capítulo 03.

¹⁰² SOARES, César Eugênio Martins. “A dinâmica do recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)”. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2009, pp. 71-86.

¹⁰³ GOLDONI, Aline Cordeiro. “Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai”. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado – UFRJ, 2010.

¹⁰⁴ *Idem*, pp. 106-122.

recrutamento militar envolveu as várias categorias da população na província do Paraná, e trazer ao centro das discussões as experiências, resistências e solidariedades forjadas entre os pobres livres neste processo. Ter em conta, este grande volume de produções historiográficas, nos ajuda a pensar os mecanismos que nos fizeram chegar a esta problemática de pesquisa. Depois deste quadro a respeito da produção cabe agora conduzir o leitor à minha contribuição sobre o tema. Assim, irei me deter nos capítulos subseqüentes sobre o processo de recrutamento na província do Paraná.

CAPÍTULO 02 – O RECRUTAMENTO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de recrutamento na província do Paraná, após o início do conflito contra o Paraguai. Para tal utilizaremos como fontes principais os relatórios elaborados pelos presidentes da província e os ofícios trocados entre as diversas autoridades, além do principal jornal em circulação na província: *Dezenove de Dezembro*. Além disso, procuraremos situar a província do Paraná no cenário imperial através da comparação com outras províncias. Abordaremos as formas de engajamento levadas a cabo pelo governo central e como elas repercutiram na província, além das formas de recrutamento de guardas nacionais designados e indígenas. Por último, enfocaremos as diversas formas de resistência da população diante do recrutamento.

2.1 A PROMULGAÇÃO DO DECRETO 3.371

Em dezembro de 1864, o navio brasileiro Marquês de Olinda foi capturado pelo Exército paraguaio, quando navegava no rio Paraguai; esse foi o episódio que deflagrou o início do conflito que ficou marcado na história e memória dos países envolvidos. A Guerra do Paraguai para os brasileiros, *La Guerra Grande* ou *Guerra de La Triple Alianza*, para os países de língua espanhola viria a ser o maior conflito armado da América do Sul. A guerra estava se desenhando há muito tempo: quando o império brasileiro ocupou militarmente o Uruguai em 1864 o governo paraguaio protestou formalmente contra a ingerência brasileira nos países da região platina. Contudo, os enviados diplomáticos do império ao país platino duvidavam que o Paraguai fosse realmente atacar, coisa que acabou acontecendo, a partir, da prisão do navio brasileiro.¹⁰⁵

O Império brasileiro pela primeira vez viu-se obrigado a organizar um exército rapidamente e em larga escala. Neste período, tanto o Exército quanto a Armada (Marinha) sofriam um forte desprestígio popular, motivado em grande parte pela precariedade e violência do tratamento destinado aos soldados. Com o soldo estagnado desde 1825, o soldado em serviço alimentava-se apenas uma vez ao dia, o armamento era extremamente obsoleto, o tempo de serviço prestado

¹⁰⁵ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Op. cit., p. 60.

era muito longo.¹⁰⁶ Paralelo a isso havia uma draconiana legislação que incluía severos castigos corporais por menores que fossem suas falhas ou delitos.¹⁰⁷ A profissão de soldado sofria assim uma enorme rejeição, exceto evidentemente os postos do alto oficialato. A literatura do período demonstrou muito bem tal condição, Manoel Antônio de Almeida em um romance publicado no início da década de 1850, ambientado no primeiro reinado afirmou, nas vozes de um personagem que: “ser soldado naquela época era o que de pior poderia acontecer a um homem”.¹⁰⁸ Outro que notou a triste condição de soldado em sua época foi Machado de Assis. Em um conto publicado em junho de 1864 o autor descreve o caso de um rico fazendeiro que contratou um advogado para defender seu agregado, Julião. Até aqui nada demais, o que impressiona no conto são os diálogos, e a construção desta narrativa: Julião havia matado sua própria filha para salvá-la de um estupro, que seria praticado pelo filho do rico fazendeiro. Este por sua vez teve um fim descrito pelo seu pai como trágico: tornou-se soldado.¹⁰⁹

Mesmo com todas estas adversidades envolvendo a profissão de soldado tão bem descritas pela literatura do período, o que ocorreu após a prisão do navio Marquês de Olinda e a invasão do território nacional por um inimigo estrangeiro impressionou. Houve uma grande comoção e o patriotismo tomou conta da sociedade. Vitor Izecksohn, nomeou essa primeira onda, de dezembro de 1864 a maio de 1865, como uma “corrente de fogo elétrico”.¹¹⁰

Aproveitando-se de tal configuração, a primeira medida tomada pelo governo imperial foi mobilizar a população, principalmente homens aptos a pegar em armas para defender a nação. A imagem propagada pela imprensa tratava o Paraguai como o “bárbaro” inimigo

¹⁰⁶ *Idem*, p.111.

¹⁰⁷ Legislação vigente ao menos até a primeira década do século XX, sobre esse tema, ver: NASCIMENTO, Álvaro P. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008, especialmente o capítulo 03.

¹⁰⁸ ALMEIDA, Manuel Antonio de. [1854] *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Martin Claret, 1999.

¹⁰⁹ ASSIS, Machado. “Virgínius (Narrativa de um advogado)”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.) *Contos de Machado de Assis: política e escravidão*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 15-33.

¹¹⁰ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) v. 27, 2001, 84-109.

guarani, agressor do Império brasileiro, que por sua vez considerava-se paladino da civilização e da alta cultura nas Américas.¹¹¹ Para atrair a população indignada e com rompantes de patriotismo promulgou-se no dia 07 de janeiro de 1865 o decreto 3.371 criando os Corpos de Voluntários da Pátria. Nele previa-se um aumento substancial no soldo dos voluntários, um plano de acesso a terras, juntamente com uma pensão vitalícia após seu retorno, a garantia de baixa tão logo o voluntário retornasse ao país, ou uma indenização para a família caso o voluntário fosse morto em combate.¹¹² Para Doratioto: “as condições vantajosas oferecidas aos Voluntários da Pátria demonstravam a gravidade da carência de soldados no Brasil, onde os cidadãos, no geral, relutavam em ir para o Exército”.¹¹³ Ao encontro desta afirmativa o historiador Peter Beattie afirma que ao criar esta tropa, “com privilégios e status especiais, o governo reconheceu e confirmou o desdenho popular pelo serviço regular”.¹¹⁴ Portanto a criação destes corpos abrangia dois pontos principais: primeiro o alistamento de soldados para a guerra; segundo, a tentativa de tornar o serviço no Exército mais aceitável. Esse segundo argumento é também citado pelo historiador Ricardo Salles:

(...) o decreto era uma tentativa de efetivamente motivar o povo a participar do esforço da guerra, seja através do incentivo ao voluntariado, seja através de recompensas àqueles que viessem a participar do conflito. Ao criar uma nova forma de organização militar em detrimento dos corpos da Guarda Nacional e dos batalhões de linha do

¹¹¹ SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: A Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: LP&M, 1996, p.55.

¹¹² Decreto 3371 de, 07 de janeiro de 1865. Cria o corpo de voluntários da pátria, estabelece as condições e fixa as vantagens. BRASIL, *Colleção das Leis do Império (Doravante CLIP) de 1865*. Rio de Janeiro: Thypographia Nacional, 1865, p.336. Para uma análise do retorno de alguns destes voluntários e de outros soldados participantes da Guerra do Paraguai ver, RODRIGUES, Marcelo S. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. Tese de doutorado em História Social, USP, 2009; SILVA, Eduardo. *D. Obá II d'África o Príncipe do povo: Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹¹³ DORATIOTO, *op.cit*, p.116.

¹¹⁴ BEATTIE, Peter, M. *O Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864, 1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009, p. 75.

Exército regular, o governo imperial reconhecera moral e socialmente a necessidade de recorrer às energias populares. Já não era suficiente apenas recrutar compulsoriamente o cidadão pobre, como até então ocorria. Ser soldado do Exército deixava de ser uma humilhação e um castigo para ser um ato de patriotismo.¹¹⁵

Este patriotismo esteve representado inclusive pela principal figura do Império, o monarca d. Pedro II. Durante os cinco anos do conflito o imperador deixou-se fotografar em imagens oficiais utilizando seus trajes militares, apesar de seu propagado desinteresse por assuntos bélicos. Além disso, ele não esmoreceu em nenhum momento quanto ao objetivo final da Guerra, no seu entender: depor o Presidente paraguaio. Para a antropóloga Lilia Schwartz, tal atuação está associada à chamada Questão Christie – série de desentendimentos diplomáticos envolvendo Brasil e Inglaterra –, quando Pedro II passou a assumir cada vez mais o papel de “rei da guerra”.¹¹⁶

Ao se colocar também como um voluntário, no caso do monarca, o número um, D. Pedro II dava o exemplo para aqueles que porventura estivessem recalcitrantes em ir ao combate. O que queremos destacar, portanto refere-se à forte mobilização e o sucesso alcançado nesse primeiro momento do conflito. De acordo com Paulo Queiroz Duarte, o primeiro batalhão do corpo de voluntários da pátria, composto por 743 homens saídos da província do Rio de Janeiro embarcou com destino ao Rio Grande do Sul no dia 05 de março de 1865, apenas dois meses após a publicação do decreto.¹¹⁷

Estatísticas do Ministério da Guerra calculam o alistamento de aproximadamente 10 mil voluntários no primeiro ano. Muitos eram levados pela “corrente de fogo elétrico” reinante na sociedade. Ou quem sabe estes voluntários também fossem levados por uma possibilidade de melhorar sua própria condição de vida, além do seu status na sociedade, devido às vantagens ofertadas pelo governo.¹¹⁸

¹¹⁵ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 95.

¹¹⁶ SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, cap.11.

¹¹⁷ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai*, tomo I, volume 02. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, p.02. O autor não cita fontes.

¹¹⁸ DORATIOTO, Francisco M. *Maldita Guerra*, *op.cit.*, p.116.

As colaborações davam-se de várias maneiras, e mesmo as províncias mais distantes contribuía para os esforços da guerra. Doações, formação de sociedades patrióticas e alistamentos nos corpos de voluntários, eram as formas mais comuns da mobilização popular. O Relatório do Ministério da Guerra em 1865, aponta em parte o clima do momento:

De todas as classes da sociedade apresentam-se diariamente cidadãos pedindo a honra de alistarem-se nos corpos, que seguem para o Sul e Mato Grosso. Pais de família, empregados públicos, todos procuram concorrer com a desafronta do país, sem olhar para os trabalhos de viagem, e comodidades que abandonam. Enche-nos de ufania tão nobre espetáculo; e quando a Nação em peso ergue-se, como um só homem, no momento da agressão externa, comprova que sabe devidamente apreciar os dons da independência, e liberdade, mantendo, com o próprio sangue, a integridade do Império, e instituições, de que gozamos.¹¹⁹

Apenas algumas semanas após a criação dos corpos de voluntários – e sem saber o sucesso que ele alcançaria – o governo promulgou outro decreto, dessa vez chamando uma instituição sempre presente nos conflitos nacionais do Império: a Guarda Nacional.¹²⁰

Este chamado em muitas províncias não obteve êxito, fato que será analisado mais adiante. Agora após a apresentação do contexto geral, cabe analisar de que forma repercutiu e como foram realizadas as contribuições neste primeiro momento nos mais diversos segmentos da população da Província do Paraná.

¹¹⁹ *Relatório da repartição dos negócios da Guerra de 1865*. Rio de Janeiro: Typhografia Universal de Lammert, 1865, p.10.

¹²⁰ Para uma análise detalhada da atuação da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai no Rio Grande do Sul, ver: FERTIG, André, A. *Clientelismo político em tempos belicosos. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2010, especialmente capítulo 03.

2.2 A PROVÍNCIA E A MOBILIZAÇÃO INICIAL

Uma possível guerra contra a república do Paraguai não era algo completamente fora da realidade na província do Paraná e do próprio Império. A primeira menção na região do Paraná data de outubro de 1864:

Solicito que ordene ao diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara a não ocupação das canoas do aldeamento para fins pessoais, uma vez que, com a iminência da guerra contra o Paraguai estas serão necessárias para enviar força e trens bélicos para a província do Mato Grosso.¹²¹

O documento acima citado, de caráter confidencial, demonstra que ao menos as autoridades representantes do poder central, neste caso o Presidente da província estavam cientes da iminência de guerra, tendo em vista ser ele o destinatário da correspondência. Após sua saída no ano seguinte, seu sucessor procurou rapidamente mobilizar a população, quando a iminência transformou-se em realidade.

Depois da promulgação do decreto criando os Corpos de Voluntários o então Presidente da Província, André Augusto de Pádua Fleury tratou de mobilizar a elite provincial a fim de dar o maior número possível de voluntários. Em seu relatório do ano seguinte ele apontou as formas de mobilização e o sucesso que conseguiu alcançar:

Em execução desse decreto que é um apelo de honra dirigido ao país ordenei paradas da Guarda Nacional em todas as paróquias, e invoquei o patriotismo dos membros desta assembléia, das câmaras municipais, comandantes superiores, juizes de direito e todos os cidadãos que por seu prestígio e influencia pudessem auxiliar-me em tão nobre empenho.

Folgo declarar-vos que graças ao civismo dos briosos Paranaenses já desembarcou na corte a primeira companhia organizada nesta capital com

¹²¹ Carta de Emílio Nunes Correa Menezes, delegado substituto da repartição das terras públicas e colonização na Província do Paraná ao Presidente da Província do Paraná. Cuririba, 11/10/1864, DEAP-PR. AP.196.2. 141.

75 oficiais de pret e 3 oficiais; e atualmente posso dizer que se acha incorporada a segunda.¹²²

Seguindo a argumentação do Presidente percebemos que a aceitação foi imediata, e as contribuições vieram de diversas maneiras.

No tocante à arrecadação de fundos, vários políticos locais contribuíram com altas quantias neste primeiro momento. Na vila de Príncipe o fazendeiro e chefe do partido liberal na província e oficial da Guarda Nacional, David dos Santos Pacheco ofereceu cem reses de sua fazenda em Passo Fundo para manter as forças no Rio Grande do Sul, e organizou uma companhia de 85 praças de voluntários.¹²³ Manoel Alves de Araújo, primeiro vice-presidente da província e sogro de Pacheco ofereceu um conto de réis para a campanha.¹²⁴ Em Guarapuava, outro fazendeiro, também filiado ao partido liberal, Francisco de Sá Camargo ofereceu 3 contos de réis para a Guerra, e posteriormente mais um conto para ajudar as famílias de alguns voluntários.¹²⁵ Na província da Bahia neste mesmo momento houveram contribuições expressivas e impressionantes. Um proprietário de Santo Amaro deixou para uso do governo a quantia de 20 contos de réis, preferencialmente para a construção de um asilo, enquanto outro dono de engenho ofereceu 9 contos de réis.¹²⁶ No Piauí o então presidente da Província ofereceu um conto de réis para ser deduzido de seus vencimentos, além de vários oferecimentos de profissionais liberais e membros da guarda nacional.¹²⁷ Diante da grande distância do palco dos acontecimentos percebe-se

¹²² *Relatório do presidente da província do Paraná o Doutor André Augusto de Pádua Fleury na abertura da 7 Legislatura em 21 de março de 1865*. Curitiba, Typografia de Cândido Martins Lopes, 1865, p.10.

¹²³ *Relatório com que o Ex. Sr. Presidente da Província André Augusto de Pádua Fleury passou a administração ao Ex. Sr. Vice-presidente Dr. Manoel Alves de Araújo no dia 04 de junho de 1865*. Curitiba: Typografia Cândido Mendes, p. 04.

¹²⁴ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 22 de fevereiro de 1865, p.02.

¹²⁵ NEGRÃO Francisco. *Genealogia Paranaense*, v. 01. Curitiba: Imprensa oficial do Estado, p. 263.

¹²⁶ RODRIGUES, Marcelo Santos. “(In)Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito.” Mestrado em História, UFBA, 2001, p.54.

¹²⁷ ARAÚJO. Johni Santana de. “Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai, 1865-1866.” Tese de Doutorado em História, UFF, 2009, pp. 120-122.

desta maneira a profunda comoção que a Guerra havia provocado, ao menos neste primeiro momento em várias regiões do Império.

Retornando ao caso do Paraná, um outro recurso empregado pelo Presidente alcançou resultados satisfatórios: a mobilização de “cidadãos de prestígio e de força política”. Em resposta ao ofício do governo provincial, a Câmara de Curitiba criou comissões para aumentar o alistamento de voluntários nas seguintes freguesias: Curitiba, Campo Largo, Votuverava e Iguaçú. Em geral os membros destas comissões eram deputados provinciais. Na capital, Curitiba, ela era composta pelo vigário Agostinho Machado Lima, o Tenente coronel Manoel de Oliveira Franco e o bacharel em direito Tertuliano Ferreira de Freitas, este último dois anos antes, em 1863, havia ocupado o importante cargo de chefe de polícia da Província.¹²⁸

Não encontramos nenhum alistamento associado diretamente aos membros destas comissões, contudo em vários casos observamos uma intrínseca ligação entre os voluntários e os membros mais “prestigiosos e influentes da sociedade”. As notícias a respeito destas ligações eram veiculadas no periódico *Dezenove de Dezembro*, fundado em 1862 pelo tipógrafo Cândido Lopes, vereador pelo partido liberal. O jornal era financiado pelo governo provincial, que publicava seu expediente em suas páginas. Ao dar ênfase ao esforço dos moradores da província no primeiro momento da guerra, o periódico nos informa a respeito das relações da elite e seus dependentes no período.¹²⁹ Do litoral exaltava os feitos de grande fazendeiro rural, ervateiro, filiado ao partido conservador e membro de uma das famílias mais tradicionais da sociedade paranaense:

O Sr. Comendador Antonio Alves de Araújo, infatigável em promover o alistamento de voluntários da pátria apresentou a V. Ex o Sr. Presidente da Província mais três distintos paranaenses, que já juraram bandeira, são os Srs. João Antonio, Francisco Antonio da Cruz e Joaquim Antonio da Cruz.¹³⁰

¹²⁸ Atas da Câmara Municipal de Curitiba, volume 13, 1860 a 1888, p.104.

¹²⁹ GRAFF, Márcia Elisa C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1981, pp.23-25

¹³⁰ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 18 de fevereiro de 1865, p.03.

Alguns dias depois narrava os esforços do ex-presidente da Assembléia Provincial, membro do partido liberal. “Sr. Dr. Laurindo Abelardo de Brito e dos principais cidadãos da Comarca de Castro que até o dia 15 de fevereiro haviam apresentado cerca de vinte voluntários da pátria”.¹³¹ O juiz de Direito de Curitiba, ligado ao partido conservador, Luiz Francisco da Câmara Leal, também fez apresentar três voluntários: Dorindo Ferreira, Licínio de Brito Carneiro e Mathias Alves Dias Moreira.¹³² O primeiro, depois do alistamento acabou nomeado oficial.¹³³ Na freguesia de São José dos Pinhais o negociante Francisco de Miranda Chaves apresentou como voluntário da pátria o paisano José Antonio Pereira.¹³⁴ Um dos pontos mais intrigantes sobre estes exemplos nos remete a uma pergunta básica: afinal o que significava alguém oferecer outro como voluntário? O historiador Ricardo Salles analisando este mesmo fenômeno em outras regiões levantou três hipóteses: a primeira delas diz respeito à possibilidade de voluntários espontâneos apresentarem-se por intermédio de sociedades patrióticas ou particulares; a segunda de voluntários escravos ou libertos estarem substituindo seus proprietários e a terceira de tratar-se simplesmente de indivíduos recrutados a força.¹³⁵ Provavelmente na Província do Paraná tivemos os três casos. Especialmente em relação a esta última hipótese, como mostrei há pouco, a guerra tornou-se uma oportunidade para os notáveis locais demonstrarem seu poder, ganhando prestígio por meio do trabalho de outras pessoas, no caso aqueles apresentados como voluntários.

No campo político notamos a contribuição tanto de liberais quanto de conservadores para o esforço neste primeiro momento, o que se coadunava com o fato de que nesse período o governo central estava nas mãos da Liga Progressista.¹³⁶ Este trabalho em conjunto além do

¹³¹ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 01 de março de 1865, p.01.

¹³² BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 25 de fevereiro de 1865, p.03.

¹³³ Cf Relatário do Presidente da Província de 1865, tabela II.

¹³⁴ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 08 de fevereiro de 1865, p.02. O termo paisano para este período significava civil, em suma aquele que não pertencia ao quadro militar. Para sua evolução no século XX, ver: CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

¹³⁵ SALLES, Ricardo, *op.cit.*, p, 101.

¹³⁶ A Liga progressista era constituída por uma dissidência de políticos conservadores também conhecidos como moderados e por alguns liberais históricos, em oposição aos conservadores “duros”. Sobre esse tema, ver:

momento político propício talvez possa ser compreendido, no caso dos políticos do Paraná, como uma possibilidade de afirmação das alianças com os representantes do poder central, provocando assim um acúmulo de prestígio. Afinal a Guerra contra o Paraguai representou uma notável oportunidade de angariar capital político junto ao governo e desta forma conseguir alguma mercê.

O exemplo do fazendeiro David dos Santos Pacheco, citado há pouco, ilustra bem esse intrincado jogo. Em 1880 ao receber o título de Barão dos Campos Gerais, Pacheco foi lembrado por sua atuação durante a Guerra do Paraguai.¹³⁷ Em 1867, durante a campanha outro fazendeiro, este de Guarapuava e membro do partido liberal, Antonio de Sá Camargo recebeu uma condecoração, o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Como uma das causas da congratulação estavam “*os serviços que na província do Paraná e a bem da integridade do Império e a honra nacional tem prestado*”.¹³⁸ Não estamos aqui afirmando que estes personagens teriam uma visão teleológica de suas respectivas trajetórias, mas sim de que tais atitudes faziam parte do sistema de relacionamento político no período. A pessoa colaborava com o seu partido ou com o país hoje, pra amanhã ou depois receber de alguma maneira, mesmo em forma de bens simbólicos o retorno por sua fidelidade e dedicação. Afinal recompensas por serviços dedicados à coroa sempre renderam benefícios, prática esta herdada do Antigo Regime. Este exemplo fica claro na resposta enviada pelo Presidente da Província, no ano de 1871 ao Ministro da Justiça:

Respondendo a carta que V. Ex se dignou de dirigir-me em 24 de março próximo findo para que eu informasse acerca da pretensão do Tenente Coronel Caetano José Munhoz de merecer uma recompensa honorífica da Intendência Imperial pelos seus serviços prestados durante a guerra do

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. II, v. 03, 1976, pp. 09-112.

¹³⁷ OLIVEIRA, Ricardo Costa. *O silêncio das genealogias: classes dominantes no Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. 332.

¹³⁸ ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. Título honorífico a Antonio de Sá e Camargo. Cx.789, Oficialato da Ordem da Rosa – RJ. 30/10/1867, doc.3 anx- 4fls,Doc.1 – Doc. 50. Apud: SANTOS, Zelo, M. *Visconde de Guarapuava um personagem na história do Paraná*. Tese de Doutorado em História, UFPR, 2005, p. 136.

Paraguai, cabe-me declarar a V. Ex. remeto-me e que incluso devolvo as que comprovam haver aquele tem. Coronel, quando assumiu interinamente o comando Superior desta Capital, apresentado 226 guardas nacionais designados. O tenente Coronel Caetano José Munhoz é um abastado proprietário desta cidade, na qual, além de outras propriedades, possui um excelente engenho de erva-mate, sendo a sua fortuna calculada de 50 a 60 contos de reis. O seu comportamento, tanto público como particular é irrepreensível. Considero o mesmo Ten. Coronel em condições de merecer a recompensa que se quer.¹³⁹

O que se seguiu foi uma série de correspondências envolvendo documentos comprobatórios a respeito da participação de Munhoz na guerra. Portanto além do serviço ,outros aspectos acabaram sendo também cruciais, como, por exemplo, ser ele um proprietário com uma fortuna considerável para o período.

Não obstante, para o Estado imperial brasileiro também era extremamente importante distribuir recompensas por serviços prestados. Desta forma contava com uma rede de colaboradores, disposta a ajudar em troca das “dádivas” cedidas pela Coroa. Neste sentido, o Ministério do Império procurava saber em detalhes depois da Guerra como os nomes dos líderes locais que mais ajudaram, para fornecer as devidas recompensas. Assim, no ano de 1866, o presidente Fleury encaminhou uma lista ao Marquês de Olinda, titular da pasta do Império no período, contendo “uma relação dos cidadãos que fizeram oferecimentos para as despesas da Guerra, e já as efetuaram, como foram verificadas por informações passadas pela Tesouraria da Província”.¹⁴⁰ Alguns destes cidadãos como David Pacheco, citado anteriormente estavam nesta lista e acabaram, como já demonstrado, recebendo títulos do governo imperial. Percebemos assim, alianças sendo forjadas e notáveis locais alcançando ainda mais poder e prestígio diante do governo central.

Algumas disputas políticas ocorreram durante a vigência da guerra do Paraguai levando à prisão cidadãos pouco afeitos ao trabalho

¹³⁹ Ofício enviado pelo Presidente da Província do Paraná ao Ministro da Justiça. Curitiba, 22 de abril de 1871. IJJ610 – ANRJ.

¹⁴⁰ Ofício enviado pelo Presidente da Província do Paraná ao Ministro do Império. Curitiba, 15 de março de 1866. IJ1-13 – ANRJ.

da farda. Um destes atos acabou sendo objeto de longas discussões na Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no ano de 1869. Nesta ocasião as diferenças envolvendo liberais e conservadores vieram à tona. O foco da discussão eram as eleições, e um deputado do partido liberal, Generoso Marques, acusava o Presidente da Província, membro do partido conservador naquele período de usar absurdamente a violência policial, e prender como recruta por duas vezes um eleitor suplente da oposição, auxiliado obviamente pelo Chefe de Polícia. Este eleitor acabou oferecendo um liberto para substituto, mas ao fim o Presidente recusou tal oferecimento, alegando que libertos não eram aceitos para a Armada, fato criticado peremptoriamente pelo deputado liberal Generoso Marques.¹⁴¹ Desta forma, percebemos que a Guerra também acabou sendo uma oportunidade para a resolução de algumas disputas envolvendo a política. Deixando um pouco a guerra de lado, o recrutamento forçado de adversários políticos era uma prática comum, principalmente para os membros do gabinete no poder, como bem observou Richard Graham: “os inspetores de quartelão rascunhavam a lista inicial dos recrutáveis, e os subdelegados, juízes de paz e padres paroquiais reuniam-se para concluir a tarefa, dispensando alguns a seu bel-prazer”.¹⁴² O truculento aparato policial durante todo o século XIX esteve a serviço dos membros da elite, construído por uma extensa rede de clientelismo, ligando desde um simples inspetor de quartelão, até o Ministro da Justiça.

Após a eclosão da guerra do Paraguai estas disputas poderiam ser resolvidas, digamos mais facilmente, e algumas pessoas, tal como o batalhão montado por David Pacheco se aproveitaram. Contudo, não era sempre que contribuir para o Estado imperial em tempos de guerra dava certo, como mostra um contemporâneo da província baiana:

No meio daquele grande entusiasmo, dores calaram-se para esconder injustiças. Lembro-me de uma, porque ecoou na minha alma. Um primo carnal, o major da Guarda Nacional, João Evangelista de Castro Tanajura, moço rico, organizou formoso corpo de gente escolhida no sertão, vestiu-o, alimentou-o e transportou-o até a capital, onde foi aquartelado a fim de seguir para o sul. Não pode, porém, o malgrado realizar o

¹⁴¹ ANRJ. *Paraná*, 09 de julho de 1869. pp. 04-08.

¹⁴² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 91.

desejo ardente de sua alma patriótica, porque morreu de uma febre cerebral, causada, decerto, pela decepção amarga de ver seu batalhão dado ao comando de outro, influência política do partido dominante. Há sempre dessas ingratidões, principalmente na política partidária.¹⁴³

A literatura da época também não deixou de notar esta politização dos corpos de voluntários. Em romance publicado em folhetins, a partir de 1878 e ambientado durante a Guerra do Paraguai, Machado de Assis narra a história de Iaiá Garcia, uma jovem, dona de todas as atenções por parte de seu pai o Sr. Luís Garcia. Em determinado momento a Sra. Valéria, mãe de Jorge, um dos protagonistas da história, e viúva de um desembargador pede a ajuda do Sr. Luís, para enviar o rapaz à Guerra. Utilizando como desculpa o seu patriotismo de mãe preocupada com a pátria, a Sra. Valéria tinha como real objetivo afastar o filho de uma mulher; justificando-se para Garcia, ela diz:

Eu creio que é chegado o momento de fazerem todas as mães um grande esforço e darem exemplos de valor, que não serão perdidos. Pela minha parte trabalho com o meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário; podemos arranjar-lhe um posto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel.¹⁴⁴

O que chama nossa atenção nesta pequena frase nos remete ao que o arguto observador não deixou de identificar: a possibilidade de uma família um pouco mais abastada conseguir sem a menor dificuldade um posto de oficial dentro dos corpos de voluntários. Tais corpos eram formados em sua grande maioria pelos segmentos mais pobres e marginalizados da sociedade, como demonstrado no caso da Bahia relatado por Dionísio Cerqueira

Retornando ao caso do Paraná não foram apenas grandes fazendeiros a contribuir com a Guerra. Também tivemos muitas contribuições de profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes e oficiais da Guarda Nacional nessa primeira onda de mobilização. Estas pessoas doavam para a campanha aquilo que na

¹⁴³CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980, p. 56

¹⁴⁴ ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 06.

época denominavam-se oferecimentos. Manoel Silveira Miró, filho do capitão da Guarda Nacional João Silveira de Miranda ofereceu-se para marchar no corpo de guarnição.¹⁴⁵ No dia 25 de janeiro apresentaram-se como voluntários o sargento Bento Luciano da Silva Cordeiro e o cabo Izidoro Gonçalves de Araújo, ambos da Guarda Nacional.¹⁴⁶ O tesoureiro da província Diamiro Ferreira da Mota pediu exoneração de seu cargo para seguir como voluntário e ainda abriu mão da quantia que teria direito a receber pelo trabalho.¹⁴⁷ O médico residente em Curitiba Joaquim Dias Rocha, membro do partido conservador ofereceu medicamentos gratuitos para as famílias dos voluntários. Outro médico, este radicado em Paranaguá, Alexandre Bousquet, ofereceu-se para prestar serviços gratuitamente à família dos voluntários. Apesar de ser francês justificou sua contribuição “por residir no Brasil e ser esposo e pai de brasileiros”.¹⁴⁸ Um exemplo, *sui generis* ocorreu na Comarca de Castro. O cidadão Pedro Nolasco da Silva Fonseca ofereceu-se para servir alegando ser um exímio conhecedor do Paraguai. Sua justificativa pautava-se no fato de que durante o conflito do pão de açúcar em 1851, um pequeno conflito envolvendo o Paraguai e a Província do Mato Grosso, foi preso e levado para Assunção, desse modo conhecia a navegação e a índole dos Guaicurus do Grão Chaco.¹⁴⁹ O professor Luiz Antonio Pinheiro ofereceu 20% do seu soldo para a Guerra e se dispôs a fazer qualquer petição ou requerimento gratuitamente, e ainda no papel de tenente do primeiro corpo da Guarda Nacional afirmou realizar o destacamento gratuitamente.¹⁵⁰ O almoxarife do aldeamento de São Pedro de Alcântara ofereceu 10% de seu soldo ao Exército imperial até o fim da Guerra contra o Paraguai.¹⁵¹ Um português, comerciante de Castro ofereceu 10 fardamentos ao comando superior da comarca, alegando necessidade de ajudar “pois deve tudo ao Brasil e como não pode oferecer seus filhos à nação amiga, ajuda materialmente”.¹⁵² Tal atitude pode também ser interpretada como uma estratégia de livrar os filhos do recrutamento. No Paraná não encontramos nenhum estrangeiro

¹⁴⁵ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 04 de janeiro de 1865, p.04.

¹⁴⁶ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 25 de janeiro de 1865, p.03.

¹⁴⁷ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 01 de fevereiro de 1865, p.03.

¹⁴⁸ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 08 de fevereiro de 1865, p. 02.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ *Idem, Ibidem*.

¹⁵¹ Carta de João Henrique Elliot ao presidente da Província do Paraná. AP213. 17.318. São Pedro de Alcântara, 06/09/1865.DEAP-PR.

¹⁵² BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 15 de fevereiro de 1865, p.03.

que tenha seguido para a campanha, ao contrário da província do Rio Grande do Sul onde o emprego de imigrantes alemães de primeira geração tornou-se uma prática constante.¹⁵³ Se não tivemos imigrantes do Paraná lutando diretamente no conflito, seus filhos estavam presentes. No primeiro batalhão de voluntários, dois membros de uma das primeiras e mais prósperas famílias de imigrantes alemães estiveram na Guerra: os irmãos Francisco e Antônio Pletz.¹⁵⁴ As mulheres da elite ajudaram no conflito de forma indireta. No dia seis de fevereiro de 1865, um grupo de senhoras percorreu a cidade de Curitiba, juntamente com seus maridos pedindo esmolas para as famílias dos soldados.¹⁵⁵

Finalmente depois de todo esse esforço inicial, um corpo com aproximadamente 310 praças estava organizado. O que não estava previsto era o surto de sarampo que ocorreu na província, deixando cerca de 20 destes voluntários retidos na enfermaria militar. Aos restantes coube “a honra de contribuir para o desagravo da honra nacional”, de acordo com as palavras do Presidente Fleury. No dia 02 de junho, aproximadamente 297 praças do corpo de voluntários deixaram o porto de Paranaguá a bordo do vapor Pedro II. O destino destes voluntários era a província de Santa Catarina, onde depois de aquartelados seguiriam rumo à fronteira do Rio Grande do Sul.¹⁵⁶

Ademais, enquanto milhares de pessoas perdiam a vida no sangrento combate, membros da elite provincial ofereciam missas para as almas dos voluntários. Uma delas foi oferecida pelos médicos Teixeira Freitas e Dias Rocha, e pelo tenente coronel Francisco de Paula Guimarães, membro da família Guimarães reduto dos principais líderes do partido conservador na Província.¹⁵⁷

Apesar dos vários exemplos de doações e atos de patriotismo, após aproximadamente seis meses o número de voluntários e de ofertas patrióticas caiu bruscamente. Segundo Izecksohn esta queda ocorreu pela continuidade da guerra e principalmente por conta do destino que

¹⁵³ Sobre esse tema, ver: FERRER, Francisca. *O Recrutamento militar na Guerra do Paraguai: voluntariado e coerção*. Mestrado em História, PUC/RS, 2004, pp. 95-99.

¹⁵⁴ NEGRÃO Francisco, A. *op.cit.*, pp. 399-400.

¹⁵⁵ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 08 de fevereiro de 1865, p.03.

¹⁵⁶ *Relatório com que o Ex. Sr. Presidente da Província André Augusto de Pádua Fleury passou a administração da província ao Ex. Sr. Vice-presidente Dr. Manoel Alves de Araújo no dia 04 de junho de 1865*. Curitiba: Typhografia Nacional, p.04.

¹⁵⁷ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 01 de março de 1865, p. 06.

os recrutas seguiam, uma viagem insalubre e um destino extremamente incerto.¹⁵⁸ Essa queda causou uma reação do governo central, fazendo com que o recrutamento forçado fosse amplamente empregado, a partir de 1866. Depois de apontar como ocorreu o comportamento de membros da sociedade paranaense neste primeiro momento, volto agora para analisar o processo de recrutamento na Província, durante a Guerra.

2.3. O RECRUTAMENTO NA PROVÍNCIA

No Paraná e em outras províncias do Império, o processo de recrutamento funcionava a partir de uma espécie de “encomenda” de soldados emitida pelo Ministério da Guerra. Tanto o Exército quanto a Armada utilizavam deste recurso para preencher suas fileiras. O recrutamento estava a cargo de membros dos corpos policiais e de recrutadores especiais, nomeados pelo Presidente da província.¹⁵⁹

Tais recrutadores trabalhavam em conjunto e muitas vezes o responsável pelo recrutamento pertencia aos quadros da companhia de polícia. Para o ano de 1865 o relatório do chefe de polícia Manoel da Silva Mafra nos fornece algumas informações:

Este serviço está a cargo da polícia e de dous recrutadores especiais nas comarcas da Capital e Paranaguá, sendo daquela o Tenente da força policial, nomeado por aviso de 5 de Abril do anno proximo findo, do Ministério da Guerra, e desta o alferes reformado Jesuino José do Nascimento. Deve esta província, no anno financeiro de 1864-1865 contribuir com 77 recrutas, sendo 47 para o Exército e 30 para a armada.¹⁶⁰

Observamos que neste momento o recrutamento era feito em conjunto. Não temos informações a respeito da remuneração dos praças

¹⁵⁸ IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860” Op. cit. p. 27.

¹⁵⁹ Decreto n. 1591 de 14 de abril de 1855. Manda observar as Instruções por que deve ser feito o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. *CLIP de 1865* tomo XVIII, parte II, seção 24. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1855, pp. 324-326.

¹⁶⁰ *Relatório apresentado pela Secretaria da Polícia da Província do Paraná em fevereiro de 1865*, p.05.

dos corpos policiais para o trabalho do recrutamento; já no caso dos recrutadores especiais o pagamento era de acordo com o número de recrutados oferecidos. O auxílio da companhia de polícia não era regra em toda a província, dependia do ânimo da autoridade policial, ou de sua disponibilidade, como se relata nas partes legíveis do ofício:

Tenho a honra de dar parte a V. Ex que apresentando-me a 02 do corrente ao subdelegado de polícia do Rio Negro entreguei-lhe um ofício do Ex. Sr. Chefe de Polícia, que lhe ordenava lhe fosse prestar-me aos auxílios necessários para a minha entrada mata e então verbalmente lhe pedi 12 homens para que me fossem apresentados, logo que tivesse regressado a escolta. Respondeu-me que na atualidade encontraria dificuldades em aprontar-me esse número de homens.¹⁶¹

Ainda que não demonstre muito, podemos supor a partir deste documento que os membros da companhia de polícia não recebiam quantia alguma pelo trabalho de recrutamento. No tocante aos recrutadores especiais uma correspondência da tesouraria provincial dá conta do pagamento de 3\$520 pelos praças fornecidos para o serviço do Exército, porém, sem indicar o valor pago individualmente por cada pessoa recrutada.¹⁶²

Diante das duras condições no Exército presume-se que poucos apresentavam-se como voluntários.

Mas havia uma nítida distinção entre os que se apresentavam por livre e espontânea vontade e os recrutados à força. No primeiro caso, salvo raras exceções, não havia o emprego da força, enquanto no segundo, este sim, recebia todo o peso da violência exercida pelo Estado. O tempo de serviço prestado também era diferente para voluntários e recrutados. O primeiro, em teoria deveria servir por seis anos antes de obter a baixa, já ao segundo cabia um tempo 50% maior: nove anos. Como já mencionado no primeiro capítulo, o recrutamento recaía sobre as camadas mais pobres da sociedade: pobres, vadios, mendigos, ciganos, enfim os que não estavam ajustados às normas da sociedade imperial eram os que mais sofriam.

¹⁶¹ Carta do chefe de polícia ao presidente da província do Paraná. AP0281, vol 08, p. 163. DEAP-PR

¹⁶² BPPR. *Dezenove de Dezembro*, 11 de janeiro de 1865, p.01.

No entanto, existia um grande número de categorias de isenção do recrutamento militar. A legislação sobre o tema era de 1822, e perdurou até meados da década de 1870, com algumas alterações.¹⁶³ Os artigos referentes à isenção ocupavam boa parte das ordens. A isenção beneficiava os trabalhadores considerados vitais para a manutenção do comércio, os homens casados, os filhos responsáveis pela subsistência de sua família, os lavradores, feitores, administradores de fazendas com mais de seis escravos, tropeiros, boiadeiros, mestres de ofício com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, pescadores, marinheiros embarcados, estudantes e professores.

Hendrik Kraay afirma que esta lista de isenções procurou afastar os recrutadores de cidadãos economicamente ativos. Outro motivo responsável por isentar homens do recrutamento eram as eleições. Durante este período era proibido recrutar 60 dias antes das eleições e 30 dias depois, e dado a frequência que os brasileiros freqüentavam as urnas, isso significava muito tempo¹⁶⁴. Enfim, a lista era grande, e diante de sua grande abrangência, dificilmente uma pessoa não se encaixaria em alguma destas modalidades. Em fins de 1867, por exemplo, o Chefe de Polícia da Província mandou soltar um homem recrutado pelo delegado de Morretes. O homem era isento, por trabalhar na construção da Serra da Graciosa, além disso, aproveitou para recomendar aos policiais da Marinha que não realizassem o efetivo recrutamento entre esses trabalhadores.¹⁶⁵

Mesmo assim, o recrutamento acabava funcionando como uma arma política, e uma forma de punir os “indesejáveis” da sociedade.

Publicado no periódico da capital, em meio ao expediente do governo provincial referente ao mês de setembro de 1864, portanto antes mesmo da primeira menção à Guerra contra o Paraguai na província, o ofício recebido pelo subdelegado de Morretes, sobre o preso Florencio Nunes Ribeiro reflete bem o espírito do recrutamento na época: “não é o recrutamento meio de punição e que caso cometa algum delito, deve por meios legais instaurar-lhe o competente processo”.¹⁶⁶

¹⁶³ Instrução de 10 de julho de 1822. Marca o modo porque se deve fazer o recrutamento. *BRASIL, Coleção das Decisões do governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, pp. 56- 58.

¹⁶⁴ KRAAY, Hendrik. “Repensamento o recrutamento no Brasil Imperial” p. 118.

¹⁶⁵ BPPR. *Dezenove de Dezembro*, 01 de janeiro de 1868, p. 02.

¹⁶⁶ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 02 de setembro de 1864, p.02.

A partir do final da primeira onda de recrutamento, - a partir de julho de 1865-, este processo intensificou-se de tal maneira que qualquer indivíduo passou a ser passível de recrutamento. Para o governo, o recrutamento deixou de ser uma profilaxia social usada para restringir a mobilidade dos pobres livres, ou uma forma de punição como narramos acima. Em relação à população, deixou de ser uma eventualidade, para tornar-se um medo constante.

A responsabilidade do ato também mudou de mãos. Presumo que a força policial não tenha deixado de efetuar o trabalho, mas o Presidente, depois de extinguir a função dos recrutadores especiais apelou para que outro grupo ajudasse a realizar a tarefa a partir de 1866:

Este serviço acha-se a cargo da polícia, pela extinção dos recrutadores especiais. Na deficiência de forças necessárias lembrei-me de obrigar os Inspetores de Quarteirão a dar cada hum o seu recruta e passado em prática essa medida no termo da Capital obtive feliz resultado, para o qual muito contribuíram os esforços empregados pelos subdelegados em exercício.¹⁶⁷

Não sabemos ao certo se a experiência de utilização dos inspetores de quarteirão estendeu-se a todas as Comarcas, mas esta atitude demonstra as dificuldades que as autoridades passaram para conseguir homens para o Exército em tempos de guerra. Em 1866 o chefe de polícia expediu uma ordem para que os filhos do tenente-coronel reformado José Pedrosa de Almeida, residente na cidade de Ponta Grossa não fossem apresentados como recrutas, pois eram isentos legalmente. Pela origem dessa ordem podemos supor o quanto o processo acirrou-se durante o período, quando nem mesmo os filhos de autoridades locais estavam a salvo.¹⁶⁸

Para os inspetores a situação certamente era um tanto complicada. De um lado havia a oportunidade de se vingar de algum desafeto, ou

¹⁶⁷ *Relatório apresentado pela Secretaria da Polícia da Província do Paraná em janeiro de 1866*. AP 0230, p.216. DEAP-PR. Sobre o papel dos inspetores de quarteirão na manutenção da ordem imperial, ver: VELLASCO, Ivan Andrade. “Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais”. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 237-267.

¹⁶⁸ BBPR, *Dezenove de Dezembro*, 11 de abril de 1866, p. 04.

expurgar algum morador mal visto da região sob sua jurisdição. De outro, existia a real possibilidade de enviar para a Guerra um conhecido, alguém próximo, trazendo para si um grande medo e repulsa dos moradores do seu quarteirão. Como exemplo, cito o ocorrido no quarteirão de Capivary, na comarca de Curitiba onde o inspetor de quarteirão colaborou com o seu testemunho para o envio de um Guarda Nacional designado para a Guerra:

Atesto que Theodoro Rodrigues morador do quarteirão de Capivary, de que sou Inspetor, e hoje aquartelado como guarda designado para o destacamento, é casado e tem quatro filhos vivos, atesto mais que o mesmo Theodoro tem abandonado a sua família por algum tempo antes da designação assim como é sujeito mal visto no Bairro por seu gênio truculento, o que de tudo dito afirmo ser verdade debaixo do juramento do meu cargo.¹⁶⁹

Mas estes responsáveis pela manutenção da ordem não apenas enviavam, mas poderiam também livrar algum conhecido do recrutamento. Em 1867 o inspetor do quarteirão de Laranjeiras, termo da Comarca de Guarapuava enviou uma carta ao Presidente da província com o objetivo de livrar um morador de seu quarteirão:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex que foi recrutado José Ribeiro morador neste quarteirão, único amparo de avó septuagenária e uma irmã solteira, acrescento ser ele cidadão quase demente, pelo que se emprega exclusivamente em puxar lenha. Peço, pois a V. Ex que se digne de dar as providências precisas afim de que seja ele posto em liberdade. Não é meu fim proteger preso algum, pois sou verdadeiro cidadão e conheço as circunstâncias atuais do nosso país, e creia V. Ex que se esse moço seguir a miséria baterá as portas de sua família, e quem sabe se o poço da prostituição receberá mais uma vítima. V. Ex, metendo a mão em sua consciência e elevando seu pensamento a

¹⁶⁹ Carta do inspetor do quarteirão de Capivary, ao Presidente da Província, Curitiba, 11 de abril de 1865. AP0230, p.261. DEAP-PR.

Deus, estou bem convencido que não hesitará em praticar um ato de justiça pondo em liberdade esse cidadão, que irá enxugar as lágrimas de uma família a qual elevará suas preces e dignidades a V. Ex.¹⁷⁰

Apesar do tom emocional da correspondência não sabemos a resposta do Presidente; o que fica claro é que apesar das pressões exercidas pelas autoridades superiores, os inspetores não estavam apenas cumprindo a ordem que lhes era imposta, de apresentar recrutas. Mesmo conhecendo as circunstâncias atuais do país, como citado, as redes clientelares, seja de amizade, ou de qualquer gênero que o mesmo possuía com José Ribeiro acabaram falando mais alto.

Os guardas nacionais, mesmo sendo em parte enviados à guerra também realizaram o trabalho de recrutamento. Em 1868 na comarca de Paranaguá o lavrador José Pereira foi vítima de recrutamento forçado a mando do comando da Guarda Nacional da região; após ser enviado para Curitiba acabou sendo dispensado pela junta médica.¹⁷¹ No mesmo ano segundo o chefe de polícia foram presos 228 homens, destes 127 recrutados para a guerra.¹⁷²

Os números relativos ao recrutamento na província durante a guerra do Paraguai foram publicados em 1872 no relatório anual do Ministério da Guerra. Os dados contidos neste documento estão incompletos. No próprio corpo do texto existem observações indicando as províncias que não haviam enviado todos os relatórios, e isso incluía a do Paraná.

¹⁷⁰ Carta do Inspetor de Quarteirão ao Delegado de Polícia da Capital. Laranjeiras, 04/04/1867. AP 0259, pp. 95-96. DEAP-PR.

¹⁷¹ Citado por LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888*. Tese de Doutorado em História, UFSC, 2003, p.298.

¹⁷² Idem, Ibidem.

Tabela 2 - Número de soldados enviados pelo Paraná para a Guerra do Paraguai conforme forma de incorporação no Exército

Voluntários da Pátria	480
Guardas Nacionais designados	1.200
Voluntários e recrutas	230
Substitutos	01
Libertos de particulares	04
Libertos substitutos	11
Total	1.926

Fonte: Relatório do Ministério da Guerra de 1872.

Podemos observar que em relação aos libertos, os dados estão incompletos. De acordo com os dados do Relatório a província do Paraná teria enviado apenas quatro, adquiridos de particulares, juntamente com outros onze enviados como substitutos, somando ao todo 15 libertos. No capítulo seguinte veremos que esta quantia foi muito superior.

Passamos agora ao número total de soldados enviados para a Guerra. Os dados apontam um total de 1.926 homens, representando cerca de 2,2% da população masculina da Província, incluindo livres, escravos e estrangeiros.¹⁷³ Mesmo levando em consideração as lacunas no documento observamos que esta quantia não representa pouca coisa. Ainda se comparado com a média nacional do recrutamento que chegou a atingir 1,5% da população total do país, temos um número significativo. Este número, contudo pode ser subestimado. A precariedade do levantamento destes dados pelo Ministério da Guerra era extremamente penoso, dependia fortemente da boa vontade dos governantes locais em preencher dados, para que a documentação fosse publicada em relatórios anuais.¹⁷⁴

Neste sentido, os dados provinciais são mais confiáveis em relação aos números envolvendo o contingente recrutado. De acordo com o relatório apresentado pelo presidente da província em março de 1867, relativo ao ano de 1866, têm-se a seguinte afirmação sobre os

¹⁷³ A percentagem foi elaborada a partir do Recenseamento geral do Brasil em 1872. (IBGE).

¹⁷⁴ Frequentemente a justificativa pela falha dos números era apontada no corpo do texto do próprio relatório. Neste de 1872, por exemplo, o Ministro relata que algumas províncias ainda não haviam enviado todos os dados.

números da guerra, “somados os diversos contingentes, que, em diferentes ocasiões, marcharam para a guerra, temos lá nos campos do Paraguay 1.513 Paranaenses, pagando seu tributo de sangue.”¹⁷⁵ Se somarmos apenas os dois primeiros anos do conflito a província do Paraná havia enviado quase 80% do número total dos soldados computados pelo Ministério da Guerra. Ficando desta forma apenas 413 soldados para os quatro anos finais do confronto. Este número não é condizendo com o contexto da guerra no período. A partir de 1866, com a expulsão dos paraguaios do território brasileiro, o exército da Triplíce Aliança passou a manter uma atitude ofensiva. Desde fevereiro de 1866 o exército da Triplíce Aliança estava acampado nas margens do Rio Paraná, tramando a invasão do Paraguai, desde as margens do rio Paraná, buscando invadir a fortaleza de Humaitá.¹⁷⁶ Para chegar a esta fortificação era preciso passar por algumas fortificações paraguaias, e isso aconteceu quando o forte de Cúruzu acabou sendo derrotado. Animados por esta vitória as forças aliados seguiram rumo a Curupaiti em setembro de 1866, sendo derrotados exemplarmente.¹⁷⁷ Diante desta adversidade a busca de recrutas aumentou ainda mais no ano de 1867, e o medo do recrutamento também. O que torna pouco provável que de 1867 até 1870 apenas 413 soldados foram recrutados no Paraná.

Provavelmente o número de recrutados foi bem superior ao indicado pelo relatório. Mas mesmo tomando por base este número, se comparado com o quinquênio anterior a diferença é gritante. Tomando por base relatórios de Presidentes da província, elaboramos uma tabela com os dados acerca do recrutamento antes da guerra, entre os anos de 1860 e 1864. Por conta da rotatividade do cargo, relacionei o tempo referente a cada relatório ao número de recrutados em cada intervalo. Em muitas oportunidades o Presidente anterior recebia os dados acerca do recrutamento, mas não informava a sua posição quanto ao recrutamento para o seu sucessor.

¹⁷⁵ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo ilustríssimo e Excellentíssimo Sr. Doutor Polidoro César Burlamarque*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1867, p. 05.

¹⁷⁶ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra* . . . op. cit; pp. 200-202.

¹⁷⁷ Para a descrição desta batalha, ver: Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*, op. cit; pp. 237-255.

Tabela 3 - Dados do recrutamento na Província 1860-1864

Ano	Meses	Número de recrutados	Número de Voluntários	Total
1860	13	57	05	62
1861	12	37	28	65
1862	11	19	20	39
1863	04	12	04	16
1864	12	32	00	14
<i>Total</i>		157	57	196

Fonte: Relatórios de Presidentes da Província entre 1859 e 1865.

A partir destes números, podemos perceber o grande salto alcançado ao longo do quinquênio posterior, mesmo com os dados incompletos da tabela elaborada pelo Ministério da Guerra.

Alguns pontos merecem destaque e análise nos dados apresentados acima. Para o ano de 1862, o número de voluntários foi maior que o número de recrutados, estes últimos as vítimas do recrutamento forçado. Talvez alguns voluntários fossem libertos, ou até mesmo recrutados à força e registrados como voluntários. Ainda para os voluntários o tempo de serviço prestado era três anos menor do que os recrutados à força, como já dito. No ano seguinte, 1863, outro ponto interessante diz respeito ao baixo número de recrutados. Uma explicação plausível talvez fosse o controle político da Província, que durante esse período esteve nas mãos de um político local, talvez mais propenso a não cumprir as “quotas” designadas pelo Ministério da Guerra.

Os dados do Ministério da Guerra também colocam os membros na Guarda Nacional como os mais numerosos contingentes da província com destino à Guerra. Somavam aproximadamente 1.200 homens. Este processo de recrutamento de homens da chamada milícia cidadã será analisado doravante.

2.4 RECRUTANDO MEMBROS DA GUARDA NACIONAL

Criada em 1831 para substituir os corpos de milícias, a Guarda Nacional teve um papel importante durante boa parte do período monárquico. Sua principal função era realizar o trabalho de guarnição e auxiliar as tropas do Exército. Desse modo, a instituição esteve presente na maioria dos conflitos dentro do território brasileiro, seja reprimindo movimentos sociais, sublevação de escravos ou prestando auxílio aos corpos policiais. Em um dos raros estudos sobre o tema a historiadora Jeanne Berrance de Castro dividiu a existência da Guarda Nacional em

três momentos. O primeiro sob inspiração de moderados e liberais dentro do espírito da descentralização, imediatamente após a independência caracterizou-se como um período em que a instituição possuía um funcionamento mais democrático. Todos os oficiais eram nomeados em caráter eletivo. Por isso a autora denominou-a neste momento como uma força cidadã.¹⁷⁸ Com o retorno dos conservadores a partir de 1837, período conhecido como “regresso”, a Guarda submeteu-se às autoridades civis, no caso do município ao juiz criminal e na falta deste ao juiz de paz, período em que a autora a chamou de milícia.¹⁷⁹ O terceiro e último viria em 1850, ano de extrema importância para a consolidação do Estado imperial com a extinção do tráfico transatlântico de escravos pela Lei Eusébio de Queiróz; promulgação da Lei de Terras e a reforma da Guarda Nacional.¹⁸⁰ Neste período de profundas mudanças estruturais a Guarda Nacional tornou-se uma instituição mais centralizada; nos dizeres de Castro transformara-se por fim em uma “milícia eleitoreira”.

Outro importante estudo realizado sobre a Guarda Nacional por Fernando Uricoechea, buscou associar a criação da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, ao processo denominado de “patrimonialização” do Estado, levando ao aumento da burocratização do Estado e a aceitação pública “das corporações militarizadas dos senhores de terras na vida institucional do país durante o início do século XIX”.¹⁸¹

A lei responsável pela centralização foi promulgada em setembro de 1850. As principais inovações em relação à estrutura anterior estavam relacionadas ao alistamento e à escolha dos oficiais. Esses seriam nomeados e não mais eleitos e tal nomeação passou a ser feita exclusivamente pelo poder central. Em relação à hierarquia, o comandante respondia apenas ao Presidente da Província e ao Ministério da Justiça. Além disso, a reforma buscou expurgar dos quadros da Guarda aqueles considerados “socialmente desclassificados”, por meio de uma exigência contida no parágrafo primeiro do artigo 09, que previa o alistamento exclusivamente de homens entre 18 e 60 com renda

¹⁷⁸ CASTRO, Jeanne, B. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional, 1982, p. 175.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ Para uma análise mais detalhada a respeito do avanço do núcleo conservador, ver: MATTOS, Ilmar, H. *O tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004

¹⁸¹ URICOHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, pp. 84-87.

suficiente para o voto na eleição primária.¹⁸² Desta forma a Guarda Nacional viria a se transformar em uma força mais aristocrática e branca, mesmo sem a proibição formal do alistamento de libertos. Outro ponto importante a ser mencionado versa sobre a responsabilidade dos comandantes. Nomeados pelo Ministério da Justiça, cabia-lhes a manutenção das tropas. Aos praças eram reservadas duas formas de serviço. Um primeiro grupo, da ativa, eles teriam que estar em constante prontidão para realizar os trabalhos de guarnição, prestar auxílio ao Exército e aos corpos policiais. Num segundo, chamado de “reserva”, somente em casos de extrema necessidade estes guardas seriam convocados. Cabe lembrar que nenhum trabalho prestado na instituição era remunerado, exceto quando os guardas eram destacados. Apesar de economicamente desestimulante ser membro da Guarda Nacional, tanto no serviço ativo, quanto no da reserva, a função era muito bem vista socialmente. Os soldados possuíam um *status* especial e o mais importante no caso dos lavradores e homens pobres livres em geral era que estavam (ao menos na teoria) livres do recrutamento forçado. Isso ocorria pela forma com que eram alistados. O recrutamento destes soldados dava-se por meio de uma junta de qualificação, que se reunia geralmente na paróquia da comarca onde se localizava o Comando Superior a fim de escolher os guardas do serviço ativo e da reserva. No momento em que o país entrou em guerra tais juntas passaram a reunir-se freqüentemente para escolher os guardas designados. Enquanto às pessoas comuns cabiam apenas duas formas de alistamento (voluntário e recrutado), aos guardas era reservado esse modo. É significativo que na documentação em momento algum os guardas nacionais fossem mencionados como “recrutados” – termo pejorativo na época, mas sim como “designados”.

Machado de Assis, ele novamente, abre uma janela de compreensão sobre a Guarda Nacional na sociedade imperial do tempo da guerra. No conto *O Espelho* o autor narra o diálogo de cinco homens entre quarenta e cinquenta anos a respeito da alma, do universo, enfim, a respeito de alguns temas metafísicos. Dentre eles estava o acabrunhado Jacobina, que provocado por seus companheiros resolve participar da reunião, mas de uma forma diferente, contando sobre a alma humana a partir de sua experiência de vida. Dentre as várias lições que esse texto nos oferece a que importa no momento diz respeito à juventude do

¹⁸² Lei n. 602 de 19 de setembro de 1850. Da nova organização a Guarda Nacional do Império. *CLIP de 1850*, tomo XI, parte 1, seção 24. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 315.

personagem, especificamente após sua nomeação para o posto de alferes da Guarda Nacional:

Tinha vinte e cinco anos era pobre e acabava de ser nomeado alferes da Guarda Nacional. Não imaginam o acontecimento que isso foi em nossa casa. Minha mãe ficou tão orgulhosa! tão contente! Chamava-me o seu alferes. Primos e tios, foi tudo uma alegria sincera e pura. Na vila, note-se bem, houve alguns despeitados; choro e ranger de dentes como na Escritura; e o motivo não foi outro senão que o posto tinha muitos candidatos e que esses perderam. Suponho também que uma parte do desgosto foi inteiramente gratuita: nasceu da simples distinção.¹⁸³

O posto de alferes dentro da hierarquia dos oficiais subalternos estava abaixo somente dos cargos de Tenente e Capitão. A partir das congratulações e invejas envolvendo este personagem podemos ter em mente importância de ser membro dessa instituição no período. Para os oficiais superiores é mais difícil ainda mergulharmos na real importância de sua função, contudo podemos pensar que o Coronel tinha sob seu controle homens e armamentos e contava com o respaldo do governo central para suas atitudes. Em suma, controlava uma milícia particular da qual podia dispor para diversos trabalhos: dentre eles o trabalho de guarnição, abertura de obras públicas, auxílio a polícia, realizando principalmente vigilância durante as eleições, e combate dos indígenas.

No entanto, para manter seu prestígio e influência o comandante tinha que manter a salvo seus soldados, coisa difícil após a eclosão do conflito, e a principalmente após a convocação dos Guardas para guarnecer as fronteiras do Império.

A partir do decreto 3.383 de 21 de janeiro de 1865, no qual foram convocados 14.796 guardas nacionais de todo o território para a guerra, os comandantes teriam que enviar para a árdua frente de batalha aqueles que estavam sob sua responsabilidade. O envio de guardas nacionais gerou uma forte resistência por parte dos comandantes. No Rio de

¹⁸³ ASSIS, Machado de. *O Espelho*, Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 11.

Janeiro alguns deles entraram em choque com o Presidente Bernardo de Souza Franco.¹⁸⁴

À província do Paraná cabia o fornecimento de 416 deles. O Presidente Fleury dividiu essa demanda de acordo com o contingente que cada comando precisaria encaminhar, apresentada na tabela a seguir.

Tabela 4 - Guardas Nacionais designados na Província do Paraná

Comando	Número de Guardas designados
Paranaguá	120
Capital	116
Castro	65
Príncipe	55
Guarapuava	40
Total	396

Fonte: Relatório do Presidente da Província de 1865.

Logo após este decreto o que seguiu-se foi uma corrida contra a designação. Este número inicial de 416 guardas apesar de pequeno não foi rapidamente preenchido. Paralelo a este primeiro chamado ao longo do conflito esta força foi convocada nacionalmente mais duas vezes. Na província do Paraná o total de Guardas designados ao longo deste conflito foi de 776 homens.¹⁸⁵ Em todo território nacional a dificuldade de recrutamento de guardas nacionais foi imensa. Aline Goldoni observou na província fluminense, uma das mais importantes do Império, pois estava ligada diretamente ao poder central, a forte resistência dos comandantes superiores em enviar guardas para a Guerra. Tais resistências esbarravam nas demandas do presidente da província, responsável pela manutenção da ordem local que deveria negociar com estes comandantes para que seus “protegidos” fossem pagar o seu tributo de sangue.¹⁸⁶

¹⁸⁴ IZECKSOHN, Vitor ; Castro, Celso ; KRAAY, H. .” Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: Vitor Izecksohn, Celso Castro, Hendrik Kraay. (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV/Bom texto, 2004, v. 1, p. 179-208.

¹⁸⁵ *Relatório do Ministério da Justiça de 1871*, pp. 26.

¹⁸⁶ GOLDONI, Aline. “Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai”. Dissertação de Mestrado em História – UFRJ, 2010, pp. 107-124.

Para melhorar esta participação o governo imperial, em agosto de 1865 equiparou as vantagens oferecidas aos Guardas Nacionais àquelas já prometidas aos Voluntários da Pátria:

Os corpos da Guarda Nacional, que com sua organização actual, com os seus Officiaes e praças voluntariamente se prestarem para o serviço de guerra, serão equiparados aos corpos de Voluntários da Pátria e gozarão de todas as vantagens que a estes são concedidas.¹⁸⁷

Tal medida, além de estimular o alistamento por meio da obtenção de vantagens financeiras, também deixava um aviso implícito: melhor seria apresentar-se como voluntário do que ser designado e não obter as vantagens oferecidas. Junto com esta vantagem houve no mesmo dia a promulgação de outra lei, esta bem mais agressiva. Nela previa-se que em caso de omissão dos conselhos de qualificação, a responsabilidade pelo recrutamento caberia exclusivamente ao comandante de armas e ao próprio Presidente da Província, com o objetivo de conter ao menos em parte as relações clientelistas envolvendo os comandantes e os designados. Autorizava-se ainda o Presidente a suspender o comandante que não cumprisse a designação no prazo marcado. E reafirmava o poder que o dirigente máximo da província, nomeado pelo governo central, possuía para suspender os oficiais superiores por prazo indeterminado de acordo com o artigo 100 da lei n.602 de 1850. Em última instância também se previa que no caso de recusa ao serviço de guerra o comando poderia ser dissolvido.¹⁸⁸

Mesmo com a colaboração de alguns comandantes, obrigar os guardas a prestar seu oneroso tributo de sangue significou uma tarefa difícil no final do ano de 1864. O commando superior de Paranaguá deixou de enviar para o serviço de guarnição dez guardas solicitados pelo Presidente da Província, que os solicitara para a capital no final do ano de 1864. Tal atitude causou um mal-estar entre o Presidente da província e o comandante, pois o primeiro teve que cobrar de forma mais efusiva o segundo, “recomendo que V. Ex espeça suas ordens afim

¹⁸⁷ Decreto n. 3505 de 04 de agosto de 1865. Equipara os corpos de voluntários da Guarda Nacional aos corpos de Voluntários da Pátria. *CLIP de 1865*, parte II. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, p.329.

¹⁸⁸ Decreto n.3506 de 04 de agosto de 1865. Dá algumas providências ao serviço da Guarda Nacional em tempos de Guerra. *CLIP de 1865*, parte II. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, p. 330.

de ser quanto antes completado o número que lhe ordenei na portaria supracitada.”¹⁸⁹

No comando da capital os guardas que não tinham como provar isenção não se apresentaram para a revista semanal, realizada todos os domingos. O *Dezenove de Dezembro*, na quarta-feira subsequente veiculou uma notícia procurando tranquilizar os os faltosos dizendo que as medidas referentes ao recrutamento ativo foram relaxadas, e que tal ordem havia partido de um oficial superior.¹⁹⁰

Isso demonstra o medo causado pelo momento. Aos guardas designados cabia o aquartelamento. Tratava-se de uma espécie de prisão onde esperavam o destino, provavelmente uma incorporação em algum batalhão ou corpo que estava se formando com destino ao campo de batalha.

Até então integrantes de uma tropa privilegiada, com status diferenciado dos demais homens, os guardas passaram a sofrer do mesmo mal de toda população que não estava sob os auspícios de um componente da elite local. Guardas designados eram presos no mesmo corpo em que serviam, na sede dos seus comandos superiores, enquanto os familiares corriam rumo as paróquias mais próximas em busca de registros de batismo dos filhos, e testemunhos que pudessem livrá-los de um futuro incerto e perigoso.

Em setembro de 1865, a deliberação em torno destes guardas teve um novo capítulo, desta vez de forma mais flexível que as leis anteriores. Uma prática comum na instituição foi regulamentada: o oferecimento de substitutos. Para livrar-se do serviço na guerra os guardas designados poderiam oferecer uma pessoa de “*idoneidade regulada pelas leis militares*” para servir por um período de nove anos, se novatos e de seis, para aqueles que já haviam servido anteriormente. Apesar de não mencionar o quesito cor, podemos supor que essa lei transformou-se em uma possibilidade legal de inserção de libertos ou até mesmo de escravos nos quadros da instituição.¹⁹¹

Pouco mais de um mês após a promulgação do decreto, um exemplo vindo da Comarca de Castro assevera nossa intuição. O guarda designado Francisco Neves de Macedo Rosas contratou um escravo de

¹⁸⁹ BPPR, *O Dezenove de Dezembro*, 18 de janeiro de 1865, p. 04.

¹⁹⁰ BPPR, *O Dezenove de Dezembro*, 08 de fevereiro de 1865, p.02.

¹⁹¹ Decreto de 12 de setembro de 1865. Isenta do recrutamento e do serviço da Guarda Nacional ao Guarda Nacional que der por si para servir no Exército uma pessoa idônea. *CLIP de 1865, parte II*. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, pp. 335-336.

nome Lúcio, pertencente a Elias Almeida Bueno para servir em seu lugar. No contrato, Lúcio serviria por seis anos e tão logo terminasse o prazo seria libertado. Há indícios de que tal contrato firmou-se com a aquiescência de Lúcio, pois o proprietário menciona o quanto ele era prestativo e que já havia combinado com ele, Lúcio sua liberdade: “Protesto a minha parte cumprir essa promessa de liberdade ao dito meu escravo cumprindo o dito escravo com toda a liberdade o seu serviço ao dito senhor Elias de Almeida Boema o dito tempo dos ditos seis anos, do trato acima mencionado.”¹⁹² Como evidência ainda mais forte de que o contrato se processou somente com a anuência de Lúcio, temos a menção de que ele recebeu 50 mil réis de adiantamento. Em relação aos livres, a substituição era mais difícil de ser contabilizada, já que seus dados não entravam na soma de maneira mais sistemática como dos libertos ou escravos.

No comando de Guarapuava temos um quadro melhor elaborado a respeito deste momento de recrutamento de guardas nacionais. O primeiro conselho de qualificação reuniu-se com a presença de dois cidadãos, além do Presidente da Câmara e do Juiz Municipal. Foram selecionados 25 guardas da comarca de Guarapuava, ficando os outros 15 a cargo da companhia existente em Palmas.¹⁹³

Os recrutados, ou para utilizarmos a terminologia da época, os “designados” foram saudados pelo brigadeiro Francisco da Rocha Loures dias antes da partida para a capital, cobertos de glórias. Passado algum tempo a comarca passou a viver períodos de tensão, pois o comando deixou de fornecer homens e a cobrança do governo central recaía sobre os presidentes da província que por sua vez encaminhavam-na aos comandantes. Para piorar a situação, testemunhos da época afirmam que na localidade a junta de qualificação agiu de forma equivocada e tendenciosa, favorecendo aqueles que estavam dentro de seus respectivos círculos de relacionamento.

Ninguém menos que o comandante superior, após o retorno do período de licença, narra estes fatos, comentando sobre a lista de designações que tinha em mãos:

¹⁹² A caligrafia do texto foi atualizada. Cf. Contrato entre Francisco Neves de Almeida Rosas e Elias Almeida Bueno. Castro, 20/10/1865 AP 0227, pp 106-107.

¹⁹³ DEAP-PR. Ofício enviado pela Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província. AP0324, p. 77.

Nessa lista figuram guardas que servem de amparos as suas mães viúvas, pobres e afamiliadas, outros que socorrem a seus velhos pais, e outros reconhecidamente doentes, que não podem fazer o serviço que lhes está destinado e finalmente outros reconhecidos ter mais de 40 anos. A solução seria chamar outros indivíduos ao quartel, em condições mais adequadas.¹⁹⁴

Isso demonstra o quanto as relações interpessoais se sobrepujam aos interesses do governo central, criando assim dentro do Paraná uma dinâmica própria. Sem dúvida, o momento mais tenso na vida destes guardas era o da qualificação, quando problemas do passado, posições políticas e até mesmo qualquer tipo de dívidas certamente seriam cobradas. Aqueles que detinham um bom prestígio frente ao comandante ou algum membro da junta poderiam escapar, aos restantes cabia torcer para não serem escolhidos.

Aos parentes sobrava o apelo às autoridades para salvar filhos, irmãos e esposos das agruras da Guerra. Iniciada a Guerra, iniciaram-se os processos neste sentido, entre 1865 e 1867 encontramos dezenas deles referentes a guardas designados.

Joaquim Araújo Guarda Nacional de Palmeira pediu dispensa alegando estar amparado pelo artigo 15 da lei de n.602 de 1850, que isentava arrimos de família, sendo prontamente atendido.¹⁹⁵

Uma moradora da vila de Príncipe, Márcia Marques enviou uma carta ao Presidente dizendo que após perder o esposo passou a depender de seus dois filhos para obter o sustento. O problema era que apenas um morava com ela e o outro residia no Rio Grande do Sul, e justamente o primeiro acabou designado. Ao terminar seu requerimento afirmou em tom emocional que “*sem seu filho não pode viver.*”¹⁹⁶ Mesmo com esse forte apelo o pedido foi indeferido. Lucia Maria Garcia de sessenta anos

¹⁹⁴ O livro de expediente referente do comando superior da Guarda Nacional de Guarapuava infelizmente ainda não foi consultado. Estas fontes encontram-se depositadas no Arquivo Histórico Municipal daquela cidade. Para a elaboração destas páginas citamos o trabalho de SANTOS, Zelo Martins dos. *Visconde de Guarapuava: um personagem na história do Paraná*. Tese de Doutorado em História, UFPR, 2005, pp. 128-137.

¹⁹⁵ Carta de João dos Santos, Guarda Nacional, ao presidente da província. Palmeira, 18/10/1865. AP0227, vol 01, p. 01.DEAP-PR.

¹⁹⁶ Carta de Márcia Marques ao Presidente da Província. Príncipe 18/10/1865. AP 022. DEAP-PR, p.134.

também pediu a dispensa de seu filho, o designado de Morretes Pedro Dias da Silva, mas diferentemente de Márcia seu pedido foi atendido. No caso de Rufino, filho de Márcia o comandante afirmou que ele possuía péssimos hábitos. O que observamos em relação ao relacionamento do Presidente com os comandantes foi que na maioria das vezes o Presidente em exercício acompanhava a decisão do comandante, geralmente rabiscada no corpo do ofício.

Em novembro de 1867, Francisco João solicitou ao chefe de polícia a soltura de seu filho; no entanto a autoridade respondeu que ele não havia indicado a documentação que provaria a isenção.¹⁹⁷ Outro pedido indeferido pelo comandante e com concordância do Presidente diz respeito a um oficial subalterno. Miguel Theodoro Meires, sargento do corpo da Guarda Nacional da capital alegou graves doenças e pediu dispensa; o comandante declarou que ele não havia anexado os comprovantes médicos e por isso o pedido de dispensa acabou indeferido.¹⁹⁸ João José da Cunha depois de designado disse que era responsável pela saúde do seu pai. O major de seu comando, Joaquim Caetano de Souza informou que ele há muito não morava com seu pai.¹⁹⁹ Notamos nesse exemplo uma consulta explícita feita pelo Presidente aos responsáveis pelo oficial superior de seu batalhão. A dinâmica de tal pedido funcionava da seguinte maneira: o guarda designado pedia isenção ao Presidente da Província, que consultava o oficial superior do batalhão, e após a resposta deste era emitida a resposta do representante do governo central.

Talvez por essa prática alguns requerimentos deste mesmo teor foram diretamente encaminhados ao dirigente máximo da nação, o Imperador Pedro II. Soldados rasos da marinha, por exemplo, reclamaram em 1866 a respeito do aumento do período de serviço prestado, elevado para o impressionante tempo de 20 anos.²⁰⁰

Pessoas de alta posição nobiliárquica também valiam-se destas medidas, assim como alguns representantes do Exército; valia tudo para a salvação dos seus, em tempos de guerra. Consta nas memórias de

¹⁹⁷ Carta de Francisco João ao chefe de polícia da capital. Curitiba, 18/11/1867. APO266, p.47

¹⁹⁸ Correspondências do Comando Superior de Castro. AP 173, p. 194. DEAP-PR.

¹⁹⁹ *Idem*, p.195.

²⁰⁰ ARIAS NETO, José M. Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos Imperiais Marinheiros pela conquista de direitos. *História, Questões e Debates*, Curitiba, v. 1, n. 35, p. 81-115, 2001.

Benjamin Constant que Maria Joaquina, sua esposa, teria reivindicado junto ao Imperador a suspensão de sua ida para a Guerra por ser ele arrimo da família, formada por mãe viúva, irmã solteira e irmão menor. Ao tomar conhecimento do fato Constant teria pedido uma audiência com o Imperador e solicitado sua partida imediata para o teatro das operações.²⁰¹ Na família real, o espírito de medo causado pelos tempos de belicosidade não deixou de florescer. A princesa Isabel rogou a seu pai, o imperador, para que seu esposo, o Conde D'eu não fosse mandado ao conflito.²⁰²

Para além destas formas de fuga, o recrutamento de guardas nacionais também teve outra forma de dispensa importante, o pagamento pela dispensa. Aqueles que possuíam mais recursos podiam ser autorizados pelo Presidente a depositar uma quantia nos cofres provinciais para gozar de sua liberdade:

O Comando Superior da Guarda Nacional comunica o deferimento do requerimento do Guarda Nacional Joaquim Claro da Luz, pedindo dispensa dos corpos destacados, conquanto que entre para os cofres gerais com a quantia de 600\$000.²⁰³

Encontramos ao todo cinco exemplos deste tipo na documentação analisada. Suspeitamos que o número de pedidos desse teor não fosse alto, principalmente porque ao guarda designado não apenas caberia angariar a quantia, como também contar com a concordância do Presidente da província para efetuar esse pagamento. Era coisa muito difícil no período em que o Exército estava sedento por soldados, principalmente após a derrota em Curupaiti, no mês de setembro de 1866. Após este revés a Guerra ficou paralisada por cerca de um ano, quando o exército se reorganizou sob o comando do Marquês de Caxias.²⁰⁴

Vimos até aqui como se dava a dinâmica do recrutamento de guardas nacionais nos vários comandos e como alguns deles se valeram

²⁰¹ LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999, p.14.

²⁰² SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador*, *op.cit.*, p. 475.

²⁰³ BPPR. *O Dezenove de Dezembro*, 06 de janeiro de 1866, p. 04.

²⁰⁴ Para uma análise deste período, ver: IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

de apelações de parentes para evadirem-se deste processo. No entanto, em alguns casos e principalmente nesse período as formas de evasão foram cruéis e por vezes dramáticas. Por isso passamos agora a discutir o recrutamento dos indígenas do Paraná e sua participação na Guerra do Paraguai.

2.5 RECRUTANDO INDÍGENAS

A província do Paraná no século XIX possuía vários aldeamentos indígenas. Estes aldeamentos estavam diretamente ligados a uma importante figura política da região e também do Império Brasileiro: João da Silva Machado, o Barão de Antonina. Nascido no Rio Grande do Sul em 1782, iniciou sua carreira como feitor nos Campos Gerais, tornando-se depois tropeiro e comerciante de animais. Após adentrar a política conseguiu o monopólio da manutenção de um trecho da estrada que ligava o comércio do Viamão entre Rio Grande do Sul e São Paulo, acumulando grande prestígio e riqueza, passou a investir na exploração do sertão paranaense, apresentando inclusive parte de seus resultados no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Investiu também na imigração européia para o Brasil. Na vida pública elegeu-se como primeiro Senador da Província paranaense, em 1853, ocupando o cargo até sua morte em 1875.²⁰⁵

O interesse do Barão pelos aldeamentos indígenas estava relacionado à estrada de circulação que estava sendo criada sob sua responsabilidade entre o sul do Mato Grosso e o Paraná, por isso a necessidade de liberação desse território, pertencente na época aos índios Kayngang e Kayoá.²⁰⁶ Por conta de seu bom relacionamento com as autoridades centrais do Império, após agir nos bastidores da política, conseguiu rapidamente a regulamentação de um decreto criando oito colônias indígenas na região, quatro no sul do Mato Grosso e quatro no

²⁰⁵ NEGRÃO, Francisco. *Genealogias Paranaenses*, v. 05. pp. 94-100. Para conhecer mais sobre a atuação do Barão como sertanista, ver: WISENBACH, Maria Cristina C. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.

²⁰⁶ MOTA, Lúcio T. *Os Aldeamentos indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000, p.04.

Paraná.²⁰⁷ O Barão passou a manipular a política dos novos aldeamentos, juntamente com outros em São Paulo. Apesar de seu controle respaldado pela corte existia uma triangulação no repasse das verbas, como destacou o estudioso do tema Lúcio Mota:

Havia uma triangulação entre o Barão, que criava e dirigia os aldeamentos indígenas no norte da província do Paraná; e esta, que mandava executar as obras requeridas pelo Barão. Ele era o maior interessado nessa questão, e nessa época abria o caminho do Mato Grosso via norte do Paraná. Dessa forma, ficando esses aldeamentos sob a administração do Paraná, o Barão teria controle sobre eles, como tinha em São João Batista, em São Paulo, e sobre o de São Pedro de Alcântara, que estava sendo implantado no Paraná.²⁰⁸

Após a criação destas colônias ocorreram algumas disputas de poder envolvendo o Barão e os fazendeiros da região dos Campos Gerais, área esta em constante atrito com os indígenas da região, especialmente os Kayngang, chamados na época de Coroados. No entanto, o Barão conseguiu vencer a disputa, passando a tutelar os aldeamentos em toda província, mesmo com a diretoria geral dos índios sendo exercida por algum representante da elite agrária local.

Durante a Guerra do Paraguai, na província do Paraná o recrutamento indígena ocorreu principalmente na região dos Campos Gerais, próxima ao aldeamento de São Pedro de Alcântara, o maior da província. Formado inicialmente por índios Kayoa, vindos em 1854 e depois pelos Kayngang, na região a partir de 1859, a direção desta colônia estava a cargo de religiosos capuchinhos.²⁰⁹

O recrutamento de indígenas na província do Paraná para a Guerra do Paraguai pode ser associado diretamente à figura de um personagem, o intérprete dos índios Coroados do aldeamento de São Pedro de Alcântara: Frutuoso Antônio de Moraes Dutra. Aparentemente o cargo de intérprete existia apenas no aldeamento de São Pedro, pois somente nesta região observamos menção a ele. Ao que tudo indica,

²⁰⁷ Regulamento das colônias indígenas no ano de 1857 – Províncias do Paraná e Mato Grosso. 25 de abril de 1857. In: CUNHA, Manuela C. da (Org.) Legislação indigenista no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992, pp. 241-242.

²⁰⁸ MOTA, Lúcio T. *op. cit.*, p. 09.

²⁰⁹ Idem, *ibidem.*, pp. 69-114.

Frutuoso havia aprendido aspectos relativos a cultura Kayngang com seu pai: Joaquim Antônio de Moraes Dutra. Nascido na província de São Paulo Joaquim vivia há muitos anos na fronteira do Paraná com Santa Catarina. Nesta região ele havia entrado em contato com os indígenas coroados aldeando alguns deles, formando uma “originalíssima semicultura de uns quinhentos selvagens”. O viajante Ave-Lallemant que esteve com Joaquim Dutra, descreve mesmo que não nominalmente as características do filho de Dutra: “o filho fala perfeitamente a língua dos coroados.”²¹⁰ Portanto, trabalhando com a hipótese de Frutuoso ser filho de Joaquim, este desde a infância aprendeu a língua e os costumes kayngangs, podendo assim tirar proveito deste longo aprendizado para galgar uma posição mais vantajosa na sociedade.

A importância deste personagem se liga a sua conduta durante o período de Guerra. Usando de todos os artifícios disponíveis aproveitou-se largamente da situação da província para conseguir obter as mais diversas vantagens e cooptar o maior número possível de indígenas para o conflito. Vejamos, a partir de agora se, ou como obteve sucesso.

Em janeiro de 1865, portanto menos de um mês após o começo da Guerra o intérprete Frutuoso Dutra apresentou uma carta ao Presidente Fleury, relatando o seguinte:

Passando a entender-me com os índios da tribo Coroados, ao qual achão-se [sic] sob minha direção de intérprete como sou acerca de meus serviços na questão atual do Paraguai, convenci sem o menor fingimento a entusiasmo que apresentam a cumprir qualquer ordem que lhes seja ordenada a bem de coadjuvarem nossas tropas repelindo assim ao Paraguai.

E nessa convicção ofereço a V. Ex. uma turma de índios de 70 mais ou menos, e suponho marchar a frente deles fazer com prudência todo e qualquer serviço concernente a guerra, procurando ajudar a defender o insulto da Nação que sou humilde súdito.

No caso de ser aceito o oferecimento que passo com todo o respeito levar ao conhecimento de V. Ex. julgo de meu dever pedir a V. Ex. o armamento necessário para esses voluntários

²¹⁰ LALLEMANT, Robert. *Op. Cit.*; pp. 302-304.

soldados, e bem assim o fardamento que V. Ex. julgar apropriado, e afianço que farei tudo com o melhor acordo e prudência a bem de meu País.²¹¹

Não sabemos exatamente a resposta do Presidente, neste caso sua determinação não estava no corpo do documento. O interessante, porém é notar a forma como Frutuoso Dutra fez seguir ao conhecimento de Fleury a correspondência. Inicialmente afirmou tratar-se de uma oferta sem enganação aos indígenas, depois colocou seu nome à disposição para seguir liderando tais indígenas na campanha, o que poderia lhe proporcionar algum tipo de rendimento extra. Este agenciamento por parte do intrépido intérprete parece ter sido constante de acordo com a documentação analisada. Um mês depois, Frei Timótheo de Castuenolvo, diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara comunicou ao Presidente Fleury “que o intérprete Frutuoso Antônio de Moraes Dutra levou os índios Coroados e Kaiowa para trabalharem na desobstrução da estrada entre os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e do Paranapanema”. Aproveitou a oportunidade também para solicitar gratificação em dinheiro “para os africanos livres que também estão trabalhando na estrada e tecidos para gratificar os índios”.²¹² Dado o breve intervalo acreditamos ser grande a possibilidade de tratar-se dos mesmos indígenas, um indício deste fato pode ser a continuidade do intérprete no aldeamento, pois desde o início sua intenção claramente era de marchar para a Guerra. Também é possível que os “recrutados” estivessem aguardando a vinda de armamentos para partida rumo ao sul, enquanto trabalhavam em outras atividades, como esta nas estradas, por exemplo. Em maio temos informações de que o trabalho de abertura destas estradas até o Rio Vermelho havia sido concluído, com a ajuda dos índios Coroados.²¹³

Ainda que tenha se esforçado neste primeiro momento no agenciamento de indígenas aquilo com que nosso intérprete menos contava aconteceu: ao invés de conseguir uma remuneração maior por

²¹¹ Carta do intérprete do Aldeamento de São Pedro de Alcântara ao presidente da província. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 17 de janeiro de 1865. AP0196, p. 141. DEAP-PR.

²¹² Carta do diretor do Aldeamento de São Pedro de Alcântara ao Presidente da Província. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 06 de fevereiro de 1865. AP201.5 p.337. DEAP-PR.

²¹³ Carta do diretor do Aldeamento de São Pedro de Alcântara ao Presidente da Província. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 10 de maio de 1865. AP207.11. p. 208. DEAP-PR.

conta de seu trabalho com os indígenas, deu-se justamente o inverso. Por ordem do Ministério da Agricultura, órgão responsável por tratar de assuntos referentes ao que se denominava na época de catequese e civilização dos indígenas, a partir de 1866 seu vencimento foi reduzido. De acordo com o tesoureiro da província, somente o Ministério poderia aumentar os vencimentos de Frutuoso novamente.²¹⁴ Nosso personagem rapidamente recorreu ao Ministério da Agricultura para restaurar seu salário. Talvez a chance de um simples intérprete recorrer a um Ministério e receber uma resposta do próprio Ministro, como foi o caso tenha se realizado pelo cargo estar sendo ocupado na época por Jesuíno Marcondes, natural do Paraná. Este, informando o Presidente a respeito da não aceitação do pedido de Frutuoso Dutra nos mostra o quanto ele perdeu com essa medida: nada menos que metade de seu soldo. Seu vencimento que outrora era de 60 mil réis, caiu para 30 mil.²¹⁵ Depois de mais esta derrota cabia agora negociar em seu território. Frutuoso pediu ao então Vice-presidente, o bacharel Agostinho Ermelino de Leão uma gratificação no mesmo valor de sua perda salarial para trabalhar como intérprete dos indígenas na exploração do rio Iguaçu, e para sua alegria conseguiu reaver a parte perdida de seu soldo.²¹⁶

Em novembro lá estava Frutuoso Dutra novamente. Desta vez escrevia para pedir um adiantamento no valor de 150 mil réis, para levar todo o seu talento de “mediador cultural” para recrutar indígenas em outros aldeamentos. Agora se oferecia para realizar o mesmo trabalho já feito em São Pedro, nos aldeamentos de Paranapanema, Jataí e São Jerônimo. O Presidente no período Polidoro César Burlamarque, no próprio corpo do documento autorizou o pagamento, e posteriormente informou a tesouraria da província sua decisão.²¹⁷ No ano seguinte em março de 1867 chegava ao fim, ao menos por ora, a saga de nosso personagem no agenciamento de indígenas. Alegando receber muito

²¹⁴ Carta do tesoureiro da província do Paraná ao vice-presidente da Província do Paraná. Curitiba, 12 de abril de 1866. AP0235.7, p. 35. DEAP-PR.

²¹⁵ Carta do Ministro de Agricultura e Obras Públicas ao vice-presidente da Província do Paraná. Rio de Janeiro: 29 de maio de 1866. C268, p.47. DEAP-PR.

²¹⁶ Carta do intérprete Frutuoso Rivera ao vice-presidente da província do Paraná. Curitiba, 21 de junho de 1866. AP0237. 9, p. 120. DEAP-PR.

²¹⁷ Carta do intérprete Frutuoso Rivera ao presidente da província do Paraná, Curitiba, 23 de novembro de 1866. AP250.4, p.12. DEAP-PR.

pouco pelo trabalho que realizava encaminhou uma carta ao Presidente da província solicitando sua demissão.²¹⁸

Após deixar o cargo rapidamente aflorou seu patriotismo, concomitante à vontade de aumentar seus rendimentos. Menos de 15 dias depois de pedir demissão, encaminhou novamente uma correspondência ao Presidente da província:

Frutuoso Antônio de Moraes Dutra, intérprete dos índios Coroados serve a 7 anos e 10 meses no dito emprego, é casado tem dois filhos, mas como brasileiro dedicado a sua Pátria desejava marchar para o Teatro da guerra em auxílio de sua nação contra o Déspota do Paraguai.

Por isso vem respeitosamente perante V. Ex. oferecer-se como voluntário e juntamente em remuneração ao seu serviço compre a benevolência de V. Ex. aspirando a patente de Alferes, ainda mesmo em comissão para deixar metade do seu soldo auxiliando as necessidades de sua família durante sua ausência. Junto tem a honra de passar as mãos de V. Ex. os atestados que provam seus serviços na catequese desta Província.²¹⁹

Frutuoso buscava uma colocação de comando nos corpos de voluntários, o que reforça nosso argumento citado há pouco de politização destes corpos; talvez ele estivesse também em busca de um “lugar social” tendo em vista seu hábito de comandar indígenas. Sua alegação baseava-se no fato de ter sido intérprete na província por um longo período; assim pela sua folha de serviços prestados pleiteava o posto de Alferes. Todavia seus objetivos não se lograram. O Presidente Burlamarque indicou ter recebido a documentação em anexo, mas de forma rápida escreveu no corpo do próprio documento: “*não tem lugar*”. Depois deste despacho não encontramos novamente o ambicioso intérprete na documentação consultada.

Mas os indígenas na província não eram agenciados no período única e exclusivamente pelo intérprete. Em alguns casos houve o

²¹⁸ Carta do intérprete Frutuoso Rivera ao presidente da província do Paraná, Curitiba, 21 de março de 1867. AP257.7, p.240. DEAP-PR.

²¹⁹ Carta do intérprete Frutuoso Rivera ao presidente da província do Paraná, Curitiba, 05 de abril de 1867. AP2707, p.54. DEAP-PR.

recrutamento forçado. O delegado de Guarapuava recebeu um protesto veemente do diretor geral dos índios por ter recrutado um indígena de nome Felizardo em 1867. Nesse documento o delegado questionava o Presidente da Província sobre a possibilidade de recrutar “índios mansos”, o Presidente respondeu que tal medida era bem-vinda no período em que o país se encontrava.²²⁰ No Espírito Santo o recrutamento de indígenas perpassou todo o século XIX. Vania Losada identificou o recrutamento naquela província como uma tentativa de integrar os chamados “selvagens” à sociedade. Paralelo a esta integração havia também a necessidade de controlar socialmente a população indígena, por isso a falta de um trabalho formal e regulamentado entre os indígenas era chamado de caboclisto. Esta forma de viver, por sua vez, transformou os indígenas em alvos privilegiados do recrutamento.²²¹

A atuação indígena durante a Guerra do Paraguai não se restringiu somente à marcha para o conflito. Enquanto guardas nacionais eram designados para a Guerra alguns deles realizavam o trabalho de guarnição, ou seja, zelavam pela segurança da população. O diretor geral do aldeamento indígena solicitou o pagamento de 23 indígenas, que se encontravam realizando o trabalho de guarnição na Comarca de Guarapuava no ano de 1865.²²² Em março do mesmo ano o sargento da Guarda Nacional de Guarapuava, Francisco de Assim Almeida já havia se oferecido para “*instruí-los na tática militar*”.²²³ Tal instrução era realizada com o intuito de fornecer indígenas para o trabalho de guarnição da região, muitas vezes com a intenção real de fazer estes índios entrarem em conflitos com aqueles não aldeados, chamados na época de selvagens. Em 1863, o diretor geral dos aldeamentos indígenas havia enviado uma carta ao vice-presidente da província do Paraná

²²⁰ Carta do delegado de polícia de Guarapuava ao presidente da província. Guarapuava, 07 de maio de 1867. AP260, p. 366-367. DEAP-PR

²²¹ MOREIRA, Vânia Maria Losada . “Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875).” *Dialogos Latinoamericanos*, Aarhus - Dinamarca, v. 11, p. 94-120, 2005.

²²² Carta do diretor geral dos índios na Província do Paraná ao presidente da província do Paraná. Guarapuava, 26 de abril de 1865. AP204.8, p.142. DEAP-PR.

²²³ Carta do diretor-geral dos índios ao presidente da província do Paraná, Guarapuava, 14 de março de 1865. AP202.6, p.160. DEAP-PR.

expondo as vantagens de compor um batalhão com “índios mansos.”²²⁴ No ano seguinte, observou-se que a ideia de alistar indígenas estava sendo posta em prática. O diretor da Colônia de Santa Tereza que também acumulava o cargo de subdelegado solicitou junto ao presidente da Província “Devido aos freqüentes assaltos dos índios Coroados requisita, junto ao diretor-geral interino dos índios em Guarapuava, índios mansos e praças do comando superior da Guarda Nacional de Ponta Grossa.”²²⁵

Notamos que o alistamento na guarda nacional tornou-se freqüente entre os grupos indígenas durante a Guerra. Contudo, ele também existia em outros contextos, como na primeira metade do século XIX. Entre 1822 à 1836 em uma vila do Rio de Janeiro dezenas de indígenas foram promovidos a qualidade de guardas nacionais, o que não contavam era que ao ter este reconhecimento iriam perder o direito às suas terras.²²⁶ Tal concessão de cidadania não aconteceu na província do Paraná, pois os exemplos de indígenas alistados referem-se somente àqueles aldeados.

Se ficarmos somente nestes exemplos, corre-se o risco de passar a imagem de que os indígenas na Província do Paraná foram apenas manobrados maquiavelicamente pelas autoridades locais. Na realidade, durante todo o século XIX a província paranaense, especialmente a região dos Campos Gerais estava em constante atrito com várias etnias. Em momento algum os indígenas, principalmente da tribo Kayngang deixaram de reivindicar a posse de seu território perdido, entrando mesmo em conflito aberto várias vezes. Em 1864, nas proximidades da Vila de Príncipe um grupo de Botocudos “surpreendeu Francisco Vaz Lanhoso e sua família que dormiam, deitaram fogo as habitações e paióis, causando a destruição de 1400 mãos de milho, 40 alqueires de feijão e 10 de amendoim”.²²⁷ Em Palmas, região próxima da Vila de

²²⁴ Carta do diretor geral dos índios da Província do Paraná ao Vice-presidente da Província do Paraná. Guarapuava, 06 de dezembro de 1863. AP171. 20. pp. 63-64. DEAP-PR.

²²⁵ Carta do director da colônia de Santa Tereza ao president da Província do Paraná. Curitiba, 28 de maio de 1864. AP184.9,p. 131. DEAP-PR

²²⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada . A serviço do Império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 13-54, 2010.

²²⁷ *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta província ao Sr. Dr. André Augusto de Pádua Fleury no dia 18 de novembro de 1864.* Curitiba: Typhografia Cândido Martins Lopes, p. 04.

Príncipe os índios chamados selvagens estavam “*levando o terror*” por isso os guardas nacionais ali designados deveriam continuar na freguesia já que os índios mansos estavam servindo na Guerra do Paraguai.²²⁸

Os ataques dos chamados índios selvagens também motivou uma longa correspondência conjunta do Comandante Superior de Guarapuava, o vigário da Comarca e o diretor-geral dos índios, ao Presidente da província. Nesta correspondência o comandante se esforçava para convencer o representante do poder central sobre a necessidade de permanência das tropas da Guarda Nacional na Comarca:

(...) ninguém melhor que V.Ex. deverá conhecer a posição topográfica desta Comarca e de sua importância, que achando-se há mais de cinquenta léguas desta capital, através de um grande sertão, com uma ainda diminuta população de pouco mais de seis mil habitantes, e essa mesma disseminada por lugares remotos da povoação, e cada dia ser mais perseguido pelo gentio selvagem, resultando disso muitas famílias terem deixado suas casas e criações em completo abandono não podem por isso os guarapuavanos, ainda mesmo possuidores dos melhores desejos, concorrer com igualdade com seus concidadãos, que mais próximos aos povoados e com melhores recursos têm se prestado a causa da pátria ultrajada.²²⁹

De acordo com estas autoridades a situação na localidade era lamentável, por isso mesmo, a Comarca não poderia contribuir como as outras. Provavelmente esta medida estava ligada ao grande número de guardas designados na região, mas as hostilidades envolvendo os indígenas certamente existiram. Nas proximidades da Comarca o perigo também era constante. O major Miguel José Correia, comandante do 5º Esquadrão da Vila de Príncipe comunicou ao vice-presidente Agostinho Leão o impedimento dos guardas de marcharem até a Guerra por conta dos constantes ataques indígenas na região.

²²⁸ Carta do subdelegado de Palmas ao presidente da província. Palmas, 18 de março de 1865. AP203, p.24. DEAP-PR.

²²⁹ Carta de diversas autoridades ao presidente da província. Guarapuava, 05 de janeiro de 1866. AP0231.2, p. 02. DEAP-PR.

Portanto na Província do Paraná a participação de indígenas no conflito esteve imbricada com diversos fatores, como o recrutamento direto para a guerra e o agenciamento por parte do intérprete coroadado. Em suma, as evidências esparsas nos revelam uma faceta da peculiaridade do recrutamento na Província, onde estes indígenas realizavam o trabalho de guarnição em alguns casos, contribuindo mesmo desta forma indireta para o esforço da Guerra.

2.6 RESISTÊNCIAS ARMADAS FRENTE AO RECRUTAMENTO

Retirada de presos da cadeia, enfrentamento armado de tropas e outras formas de resistências físicas foram uma constante durante o período Imperial, no tocante ao recrutamento militar. Em uma sociedade em que proprietários muitas vezes se julgavam acima da lei era difícil saber quem controlava quem. O próprio corpo policial era visto como responsável apenas por coibir crimes de menor porte cometidos por escravos, enquanto a justiça (promotores e juízes) se responsabilizava pelos crimes cometidos pelos senhores, e por vezes também para sanar divergências entre os próprios escravos e seus proprietários.

Desta forma, o processo de recrutamento militar feria diretamente a liberdade e mobilidade espacial dos cidadãos. Lembramos que antes da Guerra do Paraguai o recrutamento para o Exército e Armada servia como punição. Estender aos cidadãos “honrados” o serviço militar era como uma quebra neste costume. Tal quebra nos remete ao conceito formulado pelo historiador Edward Palmer Thompson reapropriado posteriormente por Fábio Faria Mendes ao estudar o recrutamento militar no Brasil do século XIX. O recrutamento recaía sobre uma população pobre e considerada indesejável pela maioria da população, coisa já corriqueira para a maioria dos habitantes do Brasil oitocentista, contudo, diante do período belicoso houve uma quebra desta economia moral, com o recrutamento recaindo cada vez mais sobre as pessoas pobres, porém “honradas”, daí os protestos e fortes resistências armadas.²³⁰

Na maior parte das províncias do Império tivemos casos de resistência da população diante das violências causadas pelos agentes

²³⁰ Sobre a noção de costume empregada nesse trabalho, ver THOMPSON, E. P. “Costume, lei e direito comum”. In. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; MENDES, Fábio. F. A Economia Moral do Recrutamento Militar No Brasil Imperial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 81-96, 1998.

recrutadores. Em 1865 no termo de Imperatriz na província de Alagoas um grupo de homens armados sob a liderança de um inspetor de quartelão atacou uma escolta composta por alguns recrutados. Na vizinha Sergipe um grupo de Guardas Nacionais designados travou uma luta com a escolta que iria prendê-los; entre os mortos encontrava-se uma mulher que estava ajudando os desertores.²³¹ Cabia inclusive utilizar-se de boatos para fugir do recrutamento ou designação no caso dos membros da Guarda Nacional. Na cidade de Campinas, na província de São Paulo “várias notícias foram espalhadas dando conta do planejamento de uma insurreição escrava, mas depois de apurados os dados ficou provado que alguns recrutados e guardas designados eram os responsáveis por tais boatos.”²³²

Estes exemplos ilustram bem a falta de limites entre o público e privado, e a defesa da população dos direitos considerados costumeiros. Os envolvidos nos dois primeiros casos eram representantes do Estado, guardas nacionais e inspetores de quartelão. Isso demonstra o quanto ao período de Guerra a população pobre precisava criar algum tipo de estratégia para fugir dessa peleja, independente da função desempenhada na sociedade.

Estes relatórios eram de certa forma acompanhados pelos habitantes da província do Paraná. As notícias da campanha chegavam por meio do retorno de soldados da frente de batalha e principalmente pelos jornais. O principal periódico da Província o *Dezenove de Dezembro*, noticiava em suas páginas notícias da Guerra obtidos do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. As derrotas e o sofrimento dos soldados apareciam de forma escamoteada, mas mesmo assim tinha-se notícia dos horrores que um eventual recrutamento poderia causar. Junto com tais notícias, o periódico da capital, com edições na quarta e no sábado procurava a todo custo mostrar a bravura dos soldados paranaenses diante da adversidade. Desta forma, além do comentário geral, a população informava-se do cotidiano do conflito. Com o acirramento da Guerra é bem provável que o medo do recrutamento tenha aumentado, contudo na documentação consultada tão logo houve o início do recrutamento para o conflito percebemos os vários focos de resistência na província paranaense.

No ano de 1865, por exemplo, no distrito de Rio Negro um oficial de justiça foi assassinado quando tentava prender o recrutado José

²³¹ *Relatório do Ministério da Justiça* (doravante RMJ) de 1865. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, p.03.

²³² *Idem*, p. 08.

Henrique de Freitas. A partir do ano de 1866 as resistências sofrem um aumento substancial, isso pela paralisação dos trabalhos, e da derrota brasileira em Curuipati, como já citei anteriormente. No dia 17 de setembro no distrito de Palmeira, Baldino José Gonçalves agrediu o Guarda Nacional Bento José Vicente, que compunha uma escolta para recrutá-lo a mando do subdelegado. Baldino acabou detido e depois foi processado e condenado pelo artigo 205 do código criminal. As estatísticas criminais referentes a este ano apontam a prisão de 32 criminosos, além de 13 desertores, um quarto do total de presos, sendo os outros acusados de crime. O próprio Presidente da província, mesmo exagerando as tintas sobre a índole dos habitantes demonstra o terror causado pelo recrutamento:

“(...) analisando os crimes aqui praticados note-se que não são revestidos de circunstancias tais que não demonstram corrupção de malvezes da parte de seus autores; e nem o estado em que vive grande parte dos habitantes desta província, por parte do recrutamento e das designações, tem dado a lamentar fatos desagradáveis.”²³³

Interessante notar que tal relato a respeito do impacto do recrutamento foi elaborado por um político local que ocupava a cadeira de vice-presidente, o bacharel em Direito e membro do partido conservador Agostinho Ermelino de Leão. Logo depois o relatório aponta mais um crime envolvendo o recrutamento para a Guerra do Paraguai: no mesmo distrito de Rio Negro, um desertor do Exército figurava como principal suspeito no assassinato de um homem.²³⁴ Não sabemos os motivos da suspeita, mas isso vai ao encontro da historiografia sobre o recrutamento militar que aponta aqueles considerados desclassificados socialmente como vítimas preferenciais do processo de recrutamento forçado.

O medo, por sua vez, viria a forjar solidariedades, entre as pessoas consideradas marginalizadas. Em seu relatório relativo ao ano de 1866 o presidente da Província tece um comentário que reforça os indícios acerca destas alianças envolvendo o recrutamento:

²³³ *Relatório do estado da Província do Paraná apresentado ao presidente o ilustríssimo e excelentíssimo senhor doutor Polidoro César Burlamaque pelo Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 05 de novembro de 1866.* Curitiba: Typographia Cândido Mendes, 1867, p. 02.

²³⁴ *Idem*, p.10.

O terror das designações e do recrutamento afastam dos centros populosos a massa da população em condições de marchar para o Paraguai, - e, longe das vistas das autoridades, os instintos perversos desenvolvem-se, a idéia do crime surge medonha nas cabeças exaltadas, e as vítimas aparecem. Há lugares onde jazem aglomeradas dezenas e talvez centenas de indivíduos que o espantallo da guerra atira para longe dos próprios parentes e amigos;- e nessas paragens inviais, eles armam-se, coligam-se e permanecem dispostos a resistirem a mão armada as diligencias policiaes. De quando em vez saem fora de seus redutos e vão fazer excursões perigosas nas estradas, a cata de vidas, que lhes encham o vazio da ociosidade, e de bens, que lhes matem a fome.²³⁵

Mesmo carregando nas tintas, fica visível a existência de um grupo amplo de pessoas, temerosas do medo do recrutamento, unidas com um único objetivo, resistir ao pesado fardo do serviço na Guerra, mesmo que isto significasse a morte. Trabalhadores rurais, libertos, escravos, guardas nacionais e criminosos provavelmente estiveram juntos para somar forças contra as temidas patrulhas de recrutamento. Solidariedade e revolta foram sentimentos constantes na maioria dos casos de resistência envolvendo membros da sociedade paranaense. Isso fica bem demonstrado no relato ora apresentado. Neste sentido, cabe agora apresentar mais casos de resistência na região.

No distrito de Campo Largo, Francisco de Paula Xavier e João Pinto de Azevedo Portugal Sobrinho retiraram do poder de uma escolta um recruta. Em Palmas, Pedro Prestes da Silva e três capangas atacaram uma escolta soltando um indivíduo preso para servir no Exército. Na Capital, Joaquim Machado de Sousa tirou o recruta Laurindo Machado do poder de uma escolta. Novamente no distrito de Campo Largo, Venâncio José Fernandes com a ajuda de dois de seus filhos ofereceu resistência à prisão de um recruta. Em Votuverava o subdelegado informou o ato de resistência de um Guarda Nacional designado.

²³⁵ *Relatório apresentado a assembléia legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Ex. Sr. Presidente da Província Polidoro Cezar Burlamaque.* Curitiba: Typhografia Candido Mendes, data publicação. p.08.

Eusébio de Camargo recebeu a escolta responsável por efetuar sua prisão armado com uma pistola de dois canos e uma grande faca, fazendo assim a escolta evadir-se do local sem prendê-lo.²³⁶ Todos estes casos referem-se ao ano de 1867, e foram apresentados pelo Presidente da Província, em relatório de 1868. Observa-se neste caso, o aumento substancial destes relatos, mesmo se comparado ao ano de 1865, e principalmente o envolvimento de diversos segmentos da sociedade. Primeiro, um cidadão com capangas, o que demonstra sua capacidade financeira, de dispor de uma determinada quantia para libertar seu protegido, protetor e/ou amigo, depois um guarda nacional designado, que preferiu resistir “a bala”, do que enfrentar seu destino. Neste momento percebe-se que a rede de clientelismo na qual o guarda estava inserido não foi suficiente para retirar-lhe do raio de ação da patrulha de recrutamento. Neste momento os laços de compadrio, solidariedades e clientelismos não surtiam tanto efeito.

Um caso interessante envolvendo laços de solidariedade e suborno ocorreu em 1867. Informado por Joaquim Belém sobre um grupo de desertores fugidos o inspetor de quartirão Ermegildo dos Santos Veiga partiu com uma escolta para capturá-los. No caminho encontrou três homens e os “prende para recruta”. Como tinha outro destino a seguir o inspetor deixou os indivíduos trancados na casa do juiz de paz Francisco de Miranda, encarregando o praça da companhia de polícia Geraldino José Gonçalves de vigiá-los. Quando a escolta retornou, os três indivíduos não estavam mais no local. Várias testemunhas deram conta de que Geraldino recebeu dinheiro do pai de um dos recrutados para que fossem soltos. Tal fato foi levado ao conhecimento do Chefe de Polícia da província.²³⁷

No mesmo ano, em 23 de dezembro, no distrito de Morretes, os designados Joaquim Cardoso e Pedro Caetano enfrentaram uma escolta de Guardas Nacionais encarregada de prendê-los. Armados apenas com facas e cacetes, os dois foram facilmente detidos, depois presos e processados.²³⁸ No entanto, não era sempre que a autoridade responsável pelo recrutamento conseguia êxito. Em março de 1868 o subdelegado de Morretes Antonio Lourenço Bueno foi assassinado por Caetano José

²³⁶ *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná na abertura da 1. Sessão da 8. Legislatura pelo presidente bacharel José Horta de Araújo no dia 15 de fevereiro de 1868.* Curitiba: Typographia Cândido Lopes, 1868, pp. 04-05.

²³⁷ Carta do subdelegado ao chefe de polícia. AP0260, p. 45. DEAP-PR.

²³⁸ *Relatório do presidente da província do Paraná de 1868*, p. 04.

Pereira por ter ordenado seu recrutamento.²³⁹ Percebemos assim o alto grau de resistência nesse processo: independente das instituições que representavam, os agentes recrutadores sempre encontraram as maiores dificuldades para realizar sua tarefa. Os próprios recrutados, e a população não permaneceu inerte vendo a guerra tentar levar vários homens de sua localidade.

Mesmo aqueles que foram capturados não desistiam em momento algum de lutar pela liberdade. As pessoas alistadas como voluntários, designados ou recrutados para a guerra na província do Paraná seguiam por dois caminhos. O primeiro era o embarque no porto de Paranaguá rumo à Corte, o segundo o deslocamento terrestre para a província de Santa Catarina. Nesses casos a possibilidade de fugas e mortes era alta. Segundo a média do período apenas 30% dos indivíduos remetidos chegavam ao campo de batalha. Para a província do Paraná observamos na documentação consultada a “morte casual” de um recrutado que fazia o caminho de Curitiba rumo a Paranaguá no ano de 1868.²⁴⁰ Em relação aos enviados para Santa Catarina temos um exemplo de resistência de guardas nacionais que estavam nesta província aguardando a ida para a guerra, provavelmente aquartelados na fortaleza de São José da Ponta Grossa, ou na de Santa Cruz de Anhatomirim, no norte da Ilha:

A noite passada dez ou doze praças do batalhão da província do Paraná desertaram do quartel em bote que acharam na Praia do Forte para atravessarem para o outro lado do estreito, infelizmente eles só puderam obter um remo e uma ripa, o que lhes demorou o trajeto. O Ilm Sr. Alferes Venceslao Borges dos Santos com mais alguns praças para capturar os presos foi a casa do Sr. Boaventura da Silva pegar uma lancha. O intrépido alferes Santos com sua coragem reprimiu a resistência que fizeram os fugitivos, no entanto dois lançaram-se ao mar. Um desapareceu, o outro foi preso ao chegar na praia, cujo leme se tinha agarrado.²⁴¹

Publicado originalmente em Desterro, esta notícia foi reproduzida no *Dezenove de Dezembro* algum tempo depois sob o título de “tentativa

²³⁹ *Idem*, p. 03.

²⁴⁰ *Idem*, *ibidem* p. 10.

²⁴¹ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 27 de janeiro de 1866, p. 03.

frustrada”. Apesar do malogro da ação essa tentativa demonstra a constante resistência, e o desespero dos soldados paranaenses prestes a partir rumo ao desconhecido, chegando suas famílias e conhecidos na província. Neste momento tentativas de fuga improváveis como essa representavam uma última tentativa.

Em 1869 chegou às páginas do relatório anual do Ministério da Justiça um caso referente ao Paraná, ocorrido no ano anterior. Tratava-se do incidente ocorrido na rocinha, distrito da freguesia de Votuverava, em que diversas pessoas, incluindo criminosos e recrutas, fortemente armados resistiram a uma escolta comandada por um subdelegado.²⁴²

No relatório do Presidente da Província o fato é mais detalhado. Afirma que o subdelegado foi prender não apenas criminosos e recrutas, mas também desertores e que o crime foi praticado na casa de Maria do Terço. Devido à gravidade da situação se instaurou o inquérito com o acompanhamento do promotor.²⁴³ O processo, com mais de 100 folhas, encontra-se no Arquivo Público do Paraná. Veremos agora os dados com mais proximidade, aumentando assim nossa lente de análise.²⁴⁴

O primeiro passo após a abertura do processo foi a convocação dos membros da escolta para o depoimento diante do juiz. O primeiro a falar foi um ajudante do subdelegado. Declarou ter recebido “uma convocação para prender Lauro que se dizia santo” e havia “pregado contra a moral e os bons costumes”. Depois seguiu para a casa de Maria do terço onde Lauro se encontrava. Ao chegar ao local foi atacado pelos filhos de Candido Machado de Oliveira, Miguel Félix da Costa e Salvador Christo Leite.

Depois de apurado o depoimento deste que era uma espécie de auxiliar do subdelegado, talvez um inspetor de quartelão, o Juiz por diversas vezes solicitou uma relação nominal dos componentes da escolta ao Chefe de Polícia. Não recebendo a informação notificou Rafael de Lara e João Simões, mencionados no depoimento do referido auxiliar. Aproximadamente onze dias depois o próprio auxiliar, pressionado pelo Chefe de Polícia respondeu ao Juiz dizendo que a responsabilidade de enviar a lista era do inspetor de quartelão que havia

²⁴² *RMJ de 1869*, p.11.

²⁴³ *Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor Vice-Presidente Agostinho Ermelino de Leão pelo excelentíssimo ex-presidente Antônio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná*. Curitiba: Typographia Cândido Lopes, p. 05.

²⁴⁴ As informações descritas e analisadas nas páginas que seguem foram extraídas de IjPRX/68 – DEAP-PR.

organizado a patrulha. Finalmente, depois de várias insistências a lista foi entregue ao magistrado, em dezembro de 1868. O promotor na ocasião escreveu ao Chefe de Polícia alegando que o Juiz possuía vínculos de amizade com algumas testemunhas, o primeiro respondeu que “*em tempo*” o pedido seria analisado. Um ponto estranho nesse processo trata da forma como ele se desenvolve. Aparentemente para o leitor a impressão que surge é de que havia um consenso a respeito da atuação suspeita da patrulha, tendo em vista todo o esforço formal para identificar seus componentes.

Depois de realizada a identificação, a próxima fase do processo passou a ser o interrogatório dos membros envolvidos na diligência. A maioria deles ao declarar a profissão se auto-intitularam lavradores. No total foram interrogados 10 homens, com idades variando entre 14 a 40 anos. Esse trecho nos fornece uma oportunidade única de percebermos quem estava do lado de dentro nas patrulhas de recrutamento. Neste caso concluímos que a composição era muito parecida com os que encontravam-se no lado de fora, homens passíveis de recrutamento forçado.

As fontes indicam tratar-se de moradores da própria localidade, cooptados pelo subdelegado Paulino para prender Lauro e alguns desertores e recrutas. Possivelmente muitos deles amedrontados com a situação política da época resolveram aliar-se à autoridade para se proteger do recrutamento. Outros mal sabiam o que estava acontecendo, ou queriam passar essa idéia. Prudêncio José da Costa, por exemplo, lavrador de mais ou menos 30 anos e natural de Curitiba, disse em seu depoimento que foi à casa de Maria do Terço a mando do delegado Paulino e, nas palavras dele: “tomou chumbo”.

Findo todos os interrogatórios foram eles encaminhados pelo Promotor ao Juiz Municipal. Após dezenas de tentativas frustradas de convocações e seguidas tentativas para localizar os acusados uma importante testemunha resolveu dar sua visão do caso: o subdelegado responsável pela patrulha, Paulino de Oliveira Francisco.

Em seu longo depoimento, já em 1869, o subdelegado nos apresenta vários detalhes sobre a ocasião, por isso resolvemos transcrevê-lo abaixo para compartilhar com o leitor:

Ilm. Sr. Comunico a V. Ex. que, segundo as ordens que me foram dadas fui ao lugar e dali dirigir-me aos quilombos afim de cumprir as ordens de V.Ex. prendendo os recrutas que encontrasse e os criminosos que armados

acompanham a um indivíduo de nome Lauro, que se diz Santo, apregando doutrinas subversivas da moral, religião e bons costumes. Chegando eu, acompanhado por 14 homens a casa de uma mulher conhecida por Maria do terço onde se achavam recrutas e indivíduos, que me foram indicados por V.Ex. fiz cercar a casa as 03 horas da madrugada do dia de ontem, afim de esperar que o dia clareasse e então tivesse lugar a diligência. Nesse ínterim abriu-se repentinamente uma porta e por ela saindo segundo me disseram 05 indivíduos armados de revólver que foram conhecidos ser um filho de Cândido Machado de Oliveira, três filhos de Miguel Félix e de Salvador de C. Leite avançaram contra o guarda que cedendo deu lugar a que por essa mesma porta saíssem mais de 60 homens armados, contra os quais a escolta teve de recuar defendendo-se dos golpes de espada que lhes eram dirigidos. Os cidadãos Rafael de Lara e José Simões, que me acompanharam estiveram em risco de vida, porque procuraram resistir até que seus amigos pudessem contra uma cerca melhor defender-se. Chegando nessa ocasião, os criminosos depois de estarem em distância, puseram-se em falar palavras insultuosas acompanhando-as com tiros para o lugar em que me achava. A escolta pretendendo novamente avançar ordenei que se retirasse e em caminho a dissolvi receando as conseqüências funestas que podiam resultar na insistência em capturar aqueles criminosos. Comunico mais a V.S. que os quatro policiais que me acompanharam não quiseram ir ao lugar do conflito, ficando em Butiatuba sob o pretexto de estarem cansados. Oportunamente levarei a conhecimento de V.Ex. os nomes das pessoas que me acompanharam, além dos dois já mencionados.

Ora, um primeiro ponto que observamos na fala do subdelegado foi que os recrutas estariam naquela casa. Logo, existia uma encomenda de nomes. Outro ponto importante diz respeito à ordem que o Chefe de Polícia havia dado, para que se recrutasse alguns nomes específicos sem ao menos deixar claro os motivos.

Tanto recrutas quanto criminosos, de acordo com a versão do subdelegado estavam no mesmo lugar: a casa de Maria do Terço. A partir daí o que podemos fazer são várias indagações sobre seu depoimento. A primeira pergunta seria: uma autoridade policial estaria montando tocaia às três da manhã esperando o quê? Este empenho talvez tenha sido um tanto dispendioso para capturar apenas alguns recrutas. Por que exatamente ele cita os filhos destes três homens como os primeiros a atacar a escolta? Por fim, não sabemos exatamente o tamanho correto da casa de Maria do Terço.

Estas questões não foram sanadas pela leitura dos processos. Ao que tudo indica o subdelegado acabou exagerando na sua descrição, além de vangloriar seus amigos e delatar os praças da companhia de política que não puderam ou quiseram acompanhá-lo. Somente esse processo ilustra bem o amálgama envolvendo os indivíduos recrutáveis, criminosos e a população em geral. O sentimento de repúdio e resistência elevou-se de tal modo que não existiam mais bandidos, criminosos, lideranças religiosas ou similares. Todos estavam envolvidos lutando contra um inimigo comum, o terrível recrutamento militar. Mesmo não sendo de suma importância para a nossa análise, cabe informar o leitor a respeito do final do processo. Como já mencionei, foi encerrado em 1871, um ano após o final da Guerra do Paraguai.

Segundo a decisão do juiz, após coletar os depoimentos de Salvador C. Leite (infelizmente deteriorada), concluiu-se que a patrulha contra ele teve cunho eleitoral e que tinha como objetivo prender inimigos políticos.²⁴⁵ Mesmo não estando clara a relação da patrulha com o recrutamento, exceto pelos recrutas que se escondiam na casa de Maria do Terço. Este caso serve como exemplo do violento processo de resistência, e de quem compunha as patrulhas de recrutamento.

Observamos dessa forma os vários processos envolvendo o recrutamento e a resistência armada e física na província do Paraná e mesmo em outras regiões. Desta forma inserindo a Província em um contexto maior percebemos que o drama sofrido em outras regiões não diferencia-se da realidade desta província.

²⁴⁵ Na eleição de eleitores de 1867 Salvador Christo Leite aparece com 304 votos, liderando a lista na freguesia de Votuverava. BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 09 de fevereiro de 1867, p. 04.

CAPÍTULO 03 – O RECRUTAMENTO DE LIBERTOS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

O presente capítulo tem por objetivo analisar o recrutamento de libertos na Província do Paraná para a participação na Guerra do Paraguai. Para sua realização utilizamos como fontes principais a correspondência recebida pelo Presidente da Província de proprietários de escravos informando sobre estas libertações. Também buscamos situar nossa análise nos debates historiográficos envolvendo esta questão e reconstituir as visões de liberdade destes libertos. Analisamos também quem eram os proprietários na província que libertavam seus cativos para este fim, a partir do cruzamento de nomes com os dados referentes à genealogia destes homens e mulheres. Ademais busco apresentar aspectos relativos à participação de libertos em Exércitos e como esta inserção esteve ligada a um questionamento a respeito da cidadania no Brasil monárquico.

3.1 GENOCÍDIO OU OPORTUNIDADE: OS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS

A libertação de escravos com destino à Guerra do Paraguai tem sido alvo de interesse e debate na historiografia brasileira há décadas. A memória popular sobre o conflito por vezes aponta a Guerra como ponto crucial no processo de abolição da escravidão no Brasil. Outro ponto ainda marcante na memória popular trata da participação de ex-escravos no conflito. Segundo versão fartamente difundida – inclusive em livros didáticos – o Exército brasileiro durante a Guerra contava em sua maioria com soldados negros, no caso escravos e ex-escravos libertados para este fim.

Em grande parte tal memória pode ser atribuída à grande aceitação do argumento veiculado no livro *Genocídio Americano* de autoria do jornalista Júlio Chiavenatto. Autor de diversos livros de história destinados ao grande público, sem dúvida *Genocídio Americano* foi seu principal trabalho, e o mais vendido. A obra em questão busca descrever as motivações econômicas em torno da Guerra do Paraguai. Tenciona também reabilitar a história do Paraguai e dos paraguaios, juntamente com a dos seus principais líderes no decorrer do século XIX. De acordo com o autor, o Paraguai no período passava por um empolgante crescimento econômico, sendo desta maneira um obstáculo aos interesses comerciais ingleses na região. Para conter a expansão guarani coube aos britânicos apelar para uma “classe social privilegiada

e dissociada da nação, usufruindo do capital inglês como seu representante ou mesmo diretamente subordinada”.²⁴⁶ Portanto, segundo a interpretação de Chiavenatto a origem da Guerra estaria associada principalmente a problemas externos; ele deixa assim de destacar a própria dinâmica dos países da região. Chiavenatto também destaca a dizimação da população masculina do Paraguai, durante a Guerra. Outra tese de grande repercussão no livro diz respeito à participação de ex-escravos na Guerra. Para o autor a participação de ex-escravos teria dizimado milhares de homens que foram lutar em uma guerra estranha no lugar de seus proprietários, vendidos ao Estado Imperial, ou recrutados a força. Neste sentido, para o autor o conflito proporcionou uma forma das elites efetuarem uma espécie de embranquecimento do país, enviando para a Guerra a maioria da população negra existente:

A Guerra do Paraguai foi uma espécie de arianização do Brasil: em 1850 havia uma população de cinco milhões e meio de habitantes livres brancos contra dois milhões e meio de negros escravos; essa proporção não mudou significativamente até a guerra – portanto, se fossemos seguir a proporção, nosso exército deveria ser formado por dois terços de brancos e um terço de negros, mesmo admitindo-se o absurdo de negros escravos terem que defender o regime que os oprimia. Mas a proporção segundo cálculos dos europeus era de um branco para cada quarenta e cinco negros: é fácil prever-se a desproporção nas baixas. Assim, em 1872, o Império do Brasil já não terá sequer dezoito por cento de negros na sua população: enquanto a população de brancos cresceu sessenta e quatro por cento, a de negros baixou sessenta por cento.²⁴⁷

Desta maneira o autor refere-se à morte de milhares de negros no conflito e atribui a essa mortalidade a diminuição da proporção de negros na população deixando de lado questões de suma importância, como por exemplo, o fechamento do tráfico transatlântico de escravos em 1850, o número de alforrias e a entrada maciça de imigrantes no

²⁴⁶ CHIAVENATTO, José J. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 11.

²⁴⁷ *Idem*, p.117.

país. Uma outra imperfeição na análise do autor refere-se à questão da cor: na passagem citada acima Chiavenatto ignora que boa parte da população livre era negra. Assim a partir de dados confusos e sem referência temos a informação sobre o envio e a posterior morte de mais de um milhão de ex-escravos para a Guerra do Paraguai.

A interpretação contida em *Genocídio Americano* gerou grande crítica nos meios acadêmicos, contudo é necessário comentar alguns pontos, em nosso entender, positivos do trabalho. Em primeiro lugar, o momento em que o autor escreveu: em 1979, o Brasil vivia em plena ditadura militar. Desse modo podemos ver o livro como uma denúncia dos feitos militares brasileiros, em suma uma crítica ao Brasil que lhe era contemporâneo. Além disso, Chiavenatto ressuscita o interesse na temática militar, esquecida evidentemente por causa do regime vivido pelo país. Por último, e mais interessante: a partir da publicação de seu texto o autor trouxe ao centro das discussões o tema da Guerra do Paraguai. Logo, para além de todas as críticas sofridas, *Genocídio Americano* constitui-se uma importante obra, ao menos para acender o debate a respeito da relação complexa entre o Exército e a escravidão no Brasil.

Paralelo ao lançamento de *Genocídio Americano*, ocorre a tradução para o português de um importante livro do historiador estadunidense Robert Conrad, chamado aqui: *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. O texto de Conrad, apesar de não trabalhar diretamente com a participação de libertos na Guerra do Paraguai, insere essa discussão no contexto das transformações da escravidão entre 1850 e 1888. Conrad de certa maneira vai ao encontro da proposta de Chiavenatto, ao deixar de lado as perspectivas dos escravos quanto ao processo de libertação. O autor em momento nenhum busca trabalhar a libertação a partir da perspectiva dos escravos, tratando-a somente do ponto de vista do Estado Imperial:

Tanto o esforço de guerra quanto a emancipação dos escravos foram alvo de um benefício por um decreto de novembro de 1866 concedendo a liberdade aos escravos de propriedade do governo que quisessem servir no exército. Os proprietários particulares e as ordens religiosas, especialmente as carmelitas e os beneditinos, que se calculava possuírem, em conjunto e em diversas províncias, um total de cerca de quatro mil escravos, foram fortemente pressionados para seguirem o exemplo

do governo e o próprio Imperador libertou 190 de seus escravos para serviço no Paraguai.²⁴⁸

Trazendo estes dados oficiais o autor deixa de explorar a importância da Guerra para os escravos.

Pouco depois, a historiadora Emília Viotti da Costa publicou um pequeno ensaio, narrando o processo de abolição da escravatura no país. Para Costa, o intenso alistamento de escravos para lutar na Guerra do Paraguai gerou novas demandas, novas formas de reivindicação para os emancipacionistas. Até mesmo dentro do governo, de acordo com a autora existia uma regra moral de que um indivíduo que havia lutado na Guerra não poderia voltar a ser escravo: “os senhores que tentaram recapturar seus escravos, quando voltaram dos campos de batalha, viram-se às voltas com as autoridades que procuravam garantir a liberdade dos escravos e com a opinião pública que condenava a atitude dos senhores”.²⁴⁹ Novamente uma interpretação tratando apenas das perspectivas dos senhores de escravos após a Guerra, deixando de lado o que poderia esta medida significar para os próprios escravos envolvidos.

A partir da década de 1990, o campo de estudos na área passa a ser mais fecundo. Buscando articular a Guerra do Paraguai e seu impacto na crise da sociedade escravista brasileira, além de esmiuçar o relacionamento do Exército com as classes subalternas é lançado um importante livro sobre o tema, de autoria do historiador Ricardo Salles. Mesmo de forma sucinta, já que sua preocupação central no tocante à escravidão refere-se ao impacto da guerra na instituição escravista, o autor narra o provável efeito da Guerra para os próprios escravos, “paradoxalmente, ser apresentado ou apresentar-se como voluntário era uma forma de garantir – e até mesmo, quando o conflito terminou e ocorreu a volta ao Brasil, legitimar – o abandono da condição servil”.²⁵⁰

O primeiro estudo tratando exclusivamente da participação de libertos no conflito do Paraguai surge em 1996. Em *Escravidão ou Morte*, Jorge Prata de Souza se debruça em uma longa lista de cartas de alforrias no município do Rio de Janeiro, para compreender a dinâmica do processo de alistamento na região. O livro de Souza busca também

²⁴⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Trad. Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978, p. 118.

²⁴⁹ COSTA, Emília V. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982, p. 43.

²⁵⁰ SALLES, Ricardo H. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.78.

contextualizar as discussões envolvendo o recrutamento de escravos para a Guerra. Além do trabalho exaustivo envolvendo fontes primárias, o autor busca compreender a partir dos dados existentes, questões como idade, profissão e a região originária dos escravos recrutados.²⁵¹

Em 1997, o historiador Eduardo Silva reconstrói a trajetória de um homem livre de cor, Cândido da Fonseca Galvão, também conhecido como D. Obá II. Galvão tornou-se uma figura influente dentro do mundo negro na cidade do Rio de Janeiro, durante as últimas décadas do Império, chegando inclusive a participar de audiências com o próprio Imperador Pedro II. Ao dirigir-se para tais audiências caminhava garboso com suas medalhas adquiridas na Guerra do Paraguai. Seu alistamento nesta campanha ocorreu por sua vontade, já que seguiu como voluntário. Em combate conquistou as maiores honrarias, sendo nomeado alferes do Batalhão dos Zuavos, uma tropa especial formada por negros, em sua maioria da província baiana.²⁵² Mesmo não tratando especificamente sobre o alistamento de escravos, Eduardo Silva em seu texto busca narrar as expectativas que estes criaram com a eclosão da Guerra, na Bahia:

(...) a guerra representava a possibilidade de deixar de ser propriedade de outrem, ou mão de obra barata, para ser homem de respeito, soldado defensor da pátria. Sentar praça às escondidas, sob nome falso, foi um recurso utilizado por escravos, desde os tempos coloniais, na luta pela liberdade, ou, pelo menos, por uma vida melhor. Apesar das durezas da caserna e das dificuldades de promoção, o alistamento militar foi um recurso muito utilizado, tanto para legitimar fugas como para garantir casa e comida.²⁵³

Esta afirmação dá suporte a uma série de estudos que vêm buscando elucidar o significado da Guerra para os escravos. Uma nova leva de pesquisadores tem buscando analisar o conflito, tendo como enfoque a experiência dos cativos e libertos no trabalho de Guerra, não

²⁵¹ SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os negros brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: MAUAD/ADESA, 1996, pp. 101-109.

²⁵² SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 54.

²⁵³ *Idem*, p. 42.

apenas como manobrados, mas também agentes de sua própria liberdade.

Hendrik Kraay, por exemplo, apresenta algumas destas novas interpretações. O historiador canadense, estudioso das forças militares no Brasil, especialmente na Bahia, tem publicado livros e artigos sobre o cotidiano de soldados e praças durante o século XIX. Utilizando-se fartamente de documentos primários o autor encontrou vários relatos de escravos fugidos durante o período da Guerra do Paraguai, seguindo ao encontro de suas respectivas liberdades, naquilo que o próprio autor denominou “abrigo da farda”. Para Kraay, “além de distanciarem de seus senhores e de estabelecerem novas identidades – estratégias comuns para virtualmente todos os fugitivos, os escravos que se alistavam no Exército se aproveitavam desta instituição e a recrutava como aliado insuspeito em suas lutas contra senhores”.²⁵⁴

Paulo Moreira observou estes mesmos fenômenos ao analisar o processo de recrutamento de escravos na Província do Rio Grande do Sul, área fronteiriça, logo propensa a fugas e deserções. Segundo o autor, no momento do conflito, algumas solidariedades foram compartilhadas e a fuga para a fronteira representou uma visão de liberdade para os escravos.

Desse modo, ao traçar um perfil acerca da historiografia envolvendo os escravos e a Guerra do Paraguai, pode-se concluir que houve um desdobramento dos temas e perspectivas nos últimos anos, aumentando, e muito, as problemáticas para pesquisadores que venha a se interessar pelo tema.

3.2 OS DEBATES NA CÂMARA

Durante a Guerra do Paraguai, a Câmara dos Deputados discutiu vários pontos importantes relacionados ao conflito, entre eles o tratado da Tríplice Aliança, e o engajamento de escravos libertos como soldados.²⁵⁵

A incorporação de escravos e libertos no Exército e na Armada, prática comumente adotada desde o período colonial não era regulamentada, por isso durante o conflito a necessidade de se debater a questão tornou-se urgente. Mesmo não aparecendo de forma direta, tal

²⁵⁴ KRAAY, Hendrik. *O abrigo da farda: o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888*, *Afro-Asia*, vol. 17, 1996, p. 46.

²⁵⁵ CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Distrito Federal: 1981, p.106.

discussão esteve atrelada a outro tema de profundo interesse para os deputados, isto é a reforma do recrutamento militar no país.

A reforma do recrutamento começou a aparecer entre os temas urgentes no início da década de 1860. Após o início da Guerra contra o Paraguai, quando o recrutamento se expandiu, os parlamentares perceberam a precariedade da situação. Uma das questões centrais a esta reforma girava em torno da aceitação dos libertos nas fileiras do exército. De acordo com a constituição vigente na época o liberto possuía as prerrogativas de cidadão brasileiro, portanto estava completamente apto a servir e alistar-se nos quadros do Exército e da Armada. Fato este nada incomum, tendo em vista alguns casos em que o alistamento constituía uma excepcional oportunidade de libertação desses homens do sistema escravista.

Em 1864 o deputado Silveira Franco apresentou junto à Câmara dos Deputados um projeto de lei propondo a reforma do recrutamento militar.²⁵⁶ Apesar da emergência da situação, ao menos na fala dos parlamentares, a discussão esteve emperrada durante todo o período da Guerra. O paradoxo era impressionante: exatamente no momento em que o país precisava de braços e mais braços para aumentar seu contingente e o governo era forçado a adotar medidas impopulares de recrutamento, os deputados discutiam uma maneira de tornar o recrutamento mais imparcial, universal e justo. Talvez por isso, no biênio 1865/1866 os componentes da casa limitaram-se a nomear uma comissão com o fim de melhorar o projeto do deputado Silveira Franco, vale lembrar que para os parlamentares existiam dificuldades em tomar medidas impopulares, isso poderia comprometer eleições futuras, e desagradar autoridades do partido, travando futuras promoções.

Decorridos mais de um ano após a primeira apresentação do projeto, em 1867, mais especificamente na sessão de 18 de setembro de 1867, o tema do recrutamento apareceu novamente. Desta vez, apenas para seguir o roteiro a proposição dos deputados caminhava para mais um adiamento. Todavia o deputado Ottoni se opôs radicalmente a mais essa protelação, cobrando o voto imediato do projeto. Diante de várias recusas por parte de seus companheiros em determinado momento o deputado critica a morosidade do processo:

²⁵⁶ As referências das sessões de votação sobre o recrutamento militar foram extraídas de SOUZA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, pp. 41-50.

O programa do ministério proposto em junho de 1865, e simuladamente aceito, prometera ao país a reforma do sistema de recrutamento. Este programa foi segredo até 26 de abril de 1866, data em que nos foi revelado. Entretanto em março de 1866 o Sr. Conselheiro Saraiva dizia: “sobre a reforma do recrutamento o ministério não tem idéia”. Portanto o ministério de 12 de maio de 1865, tendo mistificado aquele que lhe ia dar uma certa aparência parlamentar, porque foi o nexo entre ele e a maioria, o ministério de 12 de maio nada fez, nada queria fazer, porque não tinha idéia sobre a reforma do recrutamento. Do ministério passado disse tudo quanto pretendia dizer, não pretendia alongar-me mais, porque mesmo não me é necessário. Vou ao atual. Nomeou em dezembro do ano passado uma comissão.²⁵⁷

Depois de narrar o claudicante processo de votação da reforma do recrutamento Ottoni continuou apontando a urgência do projeto e a necessidade de efetuar suas principais reformas. Entre elas estava o recrutamento por meio do sorteio universal, a abolição da Guarda Nacional no formato que existia e a criação de uma comissão responsável por efetuar o recrutamento nas províncias.²⁵⁸ Mesmo com a forte argumentação do deputado, o tema voltou a ser arquivado, para somente voltar à mesa de votação ano seguinte. Era a velha arte de bordejar dando novamente o ar da graça.

Pelo clima das discussões em 1868 notamos que o objetivo dos parlamentares era realmente resolver a questão, a maioria era favorável a votação naquele momento. A comissão responsável pela revisão do projeto havia se reunido para melhorar o texto. Enfim, o projeto do recrutamento estava pronto. Durante a reunião, os membros da comissão esquivaram-se inclusive de apresentá-lo integralmente aos colegas, justamente pelo seu tamanho, passando a dedicar-se somente aos pontos que poderiam gerar discordância. Um deles girava em torno do alistamento de libertos. De acordo com o projeto apresentado, estavam eles automaticamente excluídos do alistamento, podendo entrar no exército somente para substituir soldados e praças. A explicação para tal artigo nas palavras do relator dava-se pelo seguinte motivo:

²⁵⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de setembro de 1867, p.167.

²⁵⁸ Escravidão ou morte..., *op. cit.*, p.45.

Além das exclusões provenientes de incapacidade física ou moral, a comissão inseriu em seu projeto a dos libertos, e a dos galés como voluntários e substitutos, únicos casos em que se poderão apresentar.

Seu fim foi nobilitar o exército; e para isto não hesitou em fazer uma exceção, que embora acarrete um maior ônus para os que servem, evita o repugnante contato do homem livre com aquele que na véspera foi seu servo, e do cidadão honrado com a calceta de ontem.

Uma semelhante distinção era necessária desde que o alistamento militar se estendia a todas as classes da nossa sociedade.²⁵⁹

Observamos a consideração dos libertos como homens de segunda categoria. Embora aptos a exercer a cidadania, esta medida os excluía do trabalho militar. Mas esse projeto acabou não sendo votado. O imbróglio envolvendo o projeto da comissão de reforma do recrutamento continuou na sessão seguinte. Opondo-se a vários pontos, o deputado José Bonifácio chamou atenção para a questão dos libertos. Para ele, a exclusão desses homens aptos a votar do alistamento como da Guarda Nacional feria a Constituição do Império. Neste sentido, Bonifácio fazia coro com outro parlamentar que criticava peremptoriamente as barreiras raciais ao alistamento e ao acesso à postos de oficiais da Guarda Nacional, o deputado baiano Antonio Rebouças.²⁶⁰

Os relatores depois de longa justificativa e intenso debate, disseram tratar-se de um projeto, portanto haveria espaço para mudanças e certamente pontos passíveis de revisão. Depois da intervenção do respeitado deputado novamente criou-se uma comissão com o fim de melhorar ainda mais a proposta e a votação mais uma vez acabou postergada.²⁶¹

Em 1869 o projeto finalmente seria votado. Durante a sessão de votação, o Deputado Pereira da Silva, depois de discorrer sobre a

²⁵⁹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de maio de 1868, p. 79.

²⁶⁰ Grinberg, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²⁶¹ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 01 de junho de 1868.

urgente necessidade da reforma do recrutamento, apontou a forma medonha como era feito no país, e mais uma vez sugeriu a criação de uma nova comissão para encerrar de vez o processo.²⁶² Tal necessidade, segundo o deputado tornou-se aconselhável pela renovação da Câmara, nesse período. A conciliação havia sido extinta e o controle político estava nas mãos do partido conservador, tendo como presidente do conselho de ministros o Visconde de Itaboraí.

Em junho, o projeto reapareceu em sua versão quase final. Vários itens foram revogados, inclusive a parte que excluía os libertos do processo de alistamento. Em seu lugar constava a ampliação do alistamento a todos os cidadãos brasileiros de 18 a 30 anos de idade, independentes da condição civil e da cor. Portanto, ao menos no papel estava assegurado aos libertos o direito de alistamento no Exército e na Armada.²⁶³

Depois de tantas idas e vindas, criação de várias comissões, finalmente em agosto de 1869 estava promulgada a reforma do recrutamento. Foram quatro longos anos de discussões na casa, e finalmente o país possuía uma legislação responsável ao menos para tentar coibir a violência cometida em nome recrutamento militar no país. Contudo, o momento enfrentado com a Guerra, mesmo estando em sua fase final não possibilitou a rápida aplicação dessa lei, sendo esta discutida novamente somente em 1874.²⁶⁴ Em relação aos libertos, mesmo que o projeto inicial sugerisse a racialização do serviço nas forças armadas, ao menos no papel os parlamentares abstiveram-se de fazê-lo; era um período em que libertos estavam sendo engajados em várias províncias para a Guerra.

3.3 OS DEBATES NO CONSELHO DE ESTADO E SEUS REFLEXOS

Recriado em 1841, o Conselho de Estado reunia a fina flor da política imperial. Os conselheiros eram indicados diretamente pelo imperador, depois de um longo período probatório que incluía o exercício de cargos em ministérios, presidência de províncias além de postos relacionados à magistratura. O órgão funcionava em caráter consultivo e além de eventualmente reunir-se no pleno, possuía varias seções especializadas, que respondiam a dúvidas enviadas pelas

²⁶² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de maio de 1869.

²⁶³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de junho de 1869.

²⁶⁴ BEATTIE, Peter. *O tributo de sangue, op.cit.*, pp. 133-140.

províncias e ministérios. Estas seções dividiam-se da seguinte maneira: Império, Justiça e Estrangeiros, Guerra e Marinha, Negócios Eclesiásticos.

No caso do Conselho Pleno, este funcionava como uma espécie de instância máxima do Conselho de Estado; quando o assunto era extremamente polêmico, ou não possuía uma jurisprudência o monarca convocava todos os conselheiros para discutir o tema e chegar a uma conclusão. Por meio de suas atas temos uma oportunidade excelente de estudar a mentalidade da elite política no período. As reuniões desse conselho não eram freqüentes e em geral as questões resolviam-se nas seções especializadas do órgão. Ao contrário das discussões na Câmara e no Senado, as sessões do Conselho de Estado eram fechadas e os votos não eram expostos ao grande público, tampouco publicado em jornais. Mesmo a redação das atas era de responsabilidade dos conselheiros. Dois anos depois da eclosão da Guerra do Paraguai, o Conselho Pleno passou a discutir com fervor pontos referentes à abolição da escravidão, sob a rubrica da época de “reforma do elemento do trabalho servil”, incluso pontos referentes ao que viria a ser a lei de 1871.²⁶⁵

Inevitavelmente temas relacionados à Guerra passaram a ser discutidos com maior freqüência. Um deles, talvez o mais polêmico do período entrou em pauta no final de 1866, especificamente no dia 05 de novembro.²⁶⁶

A reunião começou por volta das 18 horas no paço imperial da Quinta da Boa Vista e contou com a presença dos seguintes conselheiros: Viscondes do Abaeté, Sapucaí, Jequitinhonha, Itaboraí, e José Antônio Pimenta Bueno, Fernando de Sousa Franco, José Thomas Nabuco de Araújo, José Maria da Silva Paranhos e Francisco Salles Torres Homem. Também compareceu o presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góes e Vasconcelos e os ministros da guerra, justiça, império, marinha, obras públicas, estrangeiros e negócios da fazenda. Registraram-se também alguns ausentes, como Eusébio de

²⁶⁵ Para uma visão geral sobre o Conselho de Estado durante o Império, ver CARVALHO, José, M. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, cap. 04. Sobre as discussões envolvendo a reforma do elemento servil no órgão, ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 164-182.

²⁶⁶ As informações que passa a analisar a seguir sobre a reunião de 05 de novembro de 1866 foram retiradas de RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas da Sessão do Conselho de Estado Pleno*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, pp. 71-90. Vol. 01. ?

Queiróz, o Marquês de Uruguaiana e o Marques de Olinda, que enviou seu voto por escrito. A reunião contava com a presença do imperador d. Pedro II.

As questões referentes aquela sessão foram enviadas aos conselheiros no dia 28 de outubro pelo presidente do conselho de ministros. As formulações questionavam os políticos acerca dos seguintes itens: a) Continuando a guerra será conveniente lançar mão da alforria de escravos para aumentar o número de soldados no exército? b) Que escravos serão preferíveis para o fim de que trata o primeiro quesito: os da Nação, os das ordens religiosas, ou de particulares? c) Como realizar essa medida?

A discussão começou com o voto do Visconde do Abaeté. A respeito da libertação votou favoravelmente, defendendo uma política radical. Segundo o Visconde, o governo deveria desapropriar os escravos de particulares por necessidade pública, visto que os escravos da nação, segundo suas informações compunham-se de apenas 704 homens aptos para lutar na guerra. O segundo a votar, outro Visconde, dessa vez o de Jequitinhonha, já abriu seu voto negando veementemente a medida. Dessa forma todas as outras respostas estavam comprometidas. Segundo ele, tal atitude poderia ser classificada como “*ineficaz, onerosa e indecorosa*”. O próximo voto cabia ao Visconde de Itaboraí, que apresentou um longo discurso, trazendo pontos importantes para o debate. Seguindo o voto de Jequitinhonha, votou também contra, mas justificou seu voto alegando que o emprego de estrangeiros era algo bem mais aceitável, pois além da utilização na guerra poderiam servir como colonos depois de seu fim. Chamou atenção também para o processo de armar escravos, discorrendo sobre seus perigos; para ele a libertação poderia ser confundida com abolição, e não era o momento, visto que ela deveria ocorrer de forma lenta e gradual. Outro ponto relativo à libertação de escravos o preocupava imensamente: de acordo Itaboraí, a medida iria comprometer a visibilidade internacional do Império:

Chamar os escravos a defender com os homens livres a integridade do Império, e a vingar os ultrajes recebidos de uma pequena República é confessarmos de modo mais autêntico e solene perante o mundo civilizado que somos impotentes para, sem auxílio dos nossos escravos, defendermo-nos como nação; e desde então lhe parece impossível acharem-se razões que possam

justificar o fato de continuarmos a conservá-los deserdados de seus direitos de homens, e desvantagens da vida civil: seria em sua humilde opinião o passo mais adiantado e mais decisivo para a próxima e rápida emancipação.

Observamos aqui, sua preocupação com a escravidão, que se desintegraria com extrema rapidez, deixando o processo de emancipação escapar do controle da classe senhorial. Após essa apresentação, ainda não satisfeito, argumentou ainda o quanto essa medida viria a ser perigosa, pois levaria os escravos a uma atitude contínua de insubordinação, acarretando um enorme medo por parte dos proprietários.

Em seguida votou Pimenta Bueno. Ao contrário do antecessor, votou favoravelmente à medida. Bueno acreditava ser melhor para o país a falta de braços para a lavoura, ao invés de faltar braços de filhos de agricultores. Em suma, era melhor que morressem negros, escravos que brancos livres. Trouxe também o exemplo, segundo ele bem sucedido, de processos de alistamento de escravos em outras regiões e períodos distintos como Esparta e Atenas, além do exemplo recente envolvendo a guerra nos Estados Unidos. O Visconde de Jequitinhonha votou brevemente a favor e depois pediu licença para ler o voto do Marquês de Olinda. Político histórico, ligado aos interesses escravocratas, na época o mais antigo membro do Conselho de Estado, e muito provavelmente um dos mais influentes, votou contra a libertação de escravos para a guerra. Disse que substitutos no exército e na marinha eram freqüentes, existindo inclusive anúncios nos jornais da época oferecendo substitutos escravos e aproveitou para reclamar que nenhuma medida era tomada contra esse tipo de postura. Afirmou também ser inconcebível a libertação, pois as autoridades responsáveis pelo processo poderiam ser contaminadas com a medida, deixando mais próxima a abolição. Entre suas principais justificativas estava a de que uma vez concedida essa alternativa, apenas aqueles enfermos e incapazes é que não iriam ao encontro da liberdade no exército. Seu sucessor na ordem de votação, Souza Franco, não concordou com seu colega. Votando favoravelmente à medida alegou apenas tratar-se de “*engrossar as fileiras do exército*” e que vários escravos estavam se apresentando naquele momento como oferecimento “patriótico” de seus senhores.

Posteriormente tivemos o voto mais extenso e mais informativo da sessão, concebido pelo conselheiro Nabuco de Araújo. Depois de

comentar a precariedade da situação, asseverou a necessidade da nação brasileira apelar para medidas semelhantes às utilizadas pelas nações modernas, sendo uma delas a contratação de estrangeiros e a outra a alforria de escravos. Para ele, os escravos preferenciais seriam os da cidade, onde seriam mais facilmente substituídos, mas para Araújo uma precaução deveria ser empregada: estes homens jamais poderiam voltar a viver após o conflito sob o jugo da escravidão. Ao contrário de Olinda, acreditava que o emprego de escravos não desabonava o país aos olhos do estrangeiro, e citou o exemplo dos Estados Unidos, que havia empregado esta medida recentemente obtendo um sucesso satisfatório. Contrapondo-se de forma ainda mais direta ao voto de Olinda, segue afirmando sobre a recepção que tal atitude teria no exterior:

Entretanto as nações civilizadas hão de aplaudir este ato que passando a guerra, interessa também à emancipação. Que a compra dos escravos para a guerra importa numa grande despesa, reconheço eu, o reconhecem todos, mas qualquer que seja a despesa, dez, vinte mil contos, esta despesa é menor do que aquela que há de custar-nos a guerra durando muito. Não há que escolher quando se obra por necessidade; se não é possível por outro modo reforçar já o Exército, não se pode hesitar qualquer que seja a despesa.

O voto seguinte pertencia a Silva Paranhos, especialista em relações exteriores e futuro Barão do Rio Branco. Suas previsões para o país em caso de continuidade da guerra eram terríveis. A respeito da primeira pergunta, respondeu positivamente. Paranhos afirmou que o emprego de libertos era constante, sendo este regulamentado por lei no caso de substituição. Trouxe também o exemplo da Guarda Nacional, onde libertos também eram empregados fartamente, portanto tal medida de forma alguma seria uma excepcionalidade. Por outro lado, Paranhos conhecia muito bem a legislação e a história envolvendo libertos no exército e mesmo votando favoravelmente não deixou de apontar os perigos da libertação. Segundo ele:

As manumissões em maior escala por ordem e conta do Governo aumentarão sem dúvida os aludidos inconvenientes, que a meu ver têm alguma gravidade, e se resumem nestes efeitos. 1º Ferir os preconceitos sociais, de que não estarão

inteiramente isentos os Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais, em sua grande maioria, vendo-se obrigado a hombrar com indivíduos que ainda ontem eram cativos, e que obtiveram a liberdade, não porque seu caráter e costumes os tornassem dignos dela, mas unicamente pela necessidade de reforçar o Exército, ou de escusar os que podem pagar o preço do serviço militar, e não querem prestá-lo. 2º Excitar entre a população escrava, já não pouco despertada nestes últimos tempos pela propaganda das idéias de abolição mais ou menos próxima, o desejo, aliás, bem natural, de sacudir o jugo da escravidão. Há, portanto nessa medida algum perigo de ordem pública, digno de séria atenção, quando a Força de Linha acha-se quase toda empregada na guerra externa; e além do perigo que acabo de assinalar, há uma causa provável ou pelo mesmo possível de descontentamento para a grande massa de Voluntários que existe no Exército, e para os que ainda se possam prestar a tão patrióticos sacrifícios. Não são meras conjecturas.

Paranhos continuou apontando outros problemas em relação à libertação, como o aumento do preço dos escravos, por exemplo, contudo ao encerrar sua brilhante exposição afirmou que pelo estado lamentável no qual se encontrava o país não conseguia enxergar um meio mais eficaz. Encerrada a exposição de Paranhos, o conselheiro Torres Homem, último a votar, tomou a palavra. Para ele as vantagens advindas da libertação de escravos seriam bem inferiores a eventuais ganhos, por isso votou contra. Sua argumentação baseava-se na idéia de que a medida era uma precipitação do processo de abolição. No seu entender os motivos não importavam: “em ambos os casos origina esperanças, desperta aspirações, e provoca sentimentos incompatíveis com a segurança dos proprietários e com a ordem pública no regime monstruoso da escravidão”. Seguiu defendendo a idéia de gradualidade na abolição da escravatura e ao responder o segundo item, disse preferir a libertação os escravos da nação em detrimento dos pertencentes a particulares e das ordens religiosas.

Após o voto de Paranhos a reunião encerrou-se. A argumentação dos conselheiros contrários e favoráveis ao voto indica uma preocupação comum: a manutenção da ordem. Era uma obsessão dos políticos mais afinados com a política conservadora, depois difundida

para todos os conselheiros. Nesse sentido, a libertação de escravos para a guerra poderia sim ser feita, mas desde que não afetasse o direito de propriedade da classe senhorial, tampouco fosse confundida com abolição.

No dia seguinte foi outorgado um decreto de apenas um parágrafo:

Hei por bem Ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exército se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e sendo casados, estenda-se o mesmo benefício as suas mulheres.²⁶⁷

Libertando seus escravos o governo dava o exemplo aos proprietários para realizar a mesma atitude. Tal atitude também deixava explícita a propensão do governo, representado na figura do Imperador em realizar a “reforma do elemento servil”, ou seja, promover abolição da escravidão.

Em relação aos escravos da nação não sabemos ao certo se apenas 704 deles, como sugeriu Abaeté foram libertados com o fim de servir ao exército. A historiografia da escravidão brasileira pouco produziu sobre esses homens e mulheres de propriedade do Estado.²⁶⁸ Assim como descrito pelos conselheiros, provavelmente a libertação de escravos da nação pode ter causado esperanças nos demais cativos.

O conselheiro Nabuco de Araújo, ao votar favoravelmente à medida de libertação sabia muito bem disso. No ano anterior, quando ocupava o cargo de Ministro da Justiça comentou em seu relatório uma sedição levada a cabo pelos escravos em uma fazenda de religiosos, pertencentes à ordem do Carmo, localizada na província do Pará.²⁶⁹

²⁶⁷ Decreto 3.725 de 06 de novembro de 1866. Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do Exército. *CLIP de 1866*, tomo XXIX, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 313.

²⁶⁸ Entre os raros estudos ver: ENGERMAN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real fazenda de Santa Cruz, RJ. (1791-1821)*. Dissertação de Mestrado em História Social, UFRJ, 2002; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Clamores da escravidão: requerimentos dos escravos da nação ao Imperador. História Social*, Campinas, v. 4-5, p. 223-229, 1998.

²⁶⁹ Sobre a ordem do Carmo e suas relações escravistas, ver MOLINA, Sandra, R. *A morte da tradição: a ordem do Carmo e os escravos da santa contra o*

Segundo o responsável pela fazenda Pernambuco, o “estado da escravatura é péssimo na província, visto que com a guerra dos Estados Unidos está nella arraigada a crença de que vão ser todos libertados”.²⁷⁰ Este ofício mostra que mesmo as notícias internacionais não passavam despercebidas aos ouvidos dos escravos. Provavelmente de alguma forma a reunião do Conselho de Estado Pleno e a subsequente libertação de todos os escravos da nação tiveram alguma repercussão nas senzalas e demais moradias escravas.

O decreto libertando os escravos da nação após alistarem-se na guerra transformou-se no primeiro passo oficial para o uso intensivo e legalizado de ex-escravos na Guerra do Paraguai, além da difundida prática de substituição.

Seguindo o mesmo caminho, em março de 1867 o Ministério do Exército endereçou um aviso a todas as províncias com objetivo de alistar o maior número possível de escravos, seja por doação ou mediante indenização paga pelo governo.²⁷¹

Na província do Paraná, por sua vez, houve divulgação em todas as Câmaras Municipais do aviso com esse teor encaminhado pelo presidente da província. No dia 10 de abril a Câmara de Antonina confirmou o recebimento, informando também haver designado uma comissão para tratar exclusivamente desse assunto.²⁷² No mesmo dia os vereadores da vila de Príncipe acusaram o recebimento²⁷³ e no dia seguinte comunicava o recebimento a Câmara de Castro.²⁷⁴ Depois de

império do Brasil (1850-1889). Tese de Doutorado em História Social, USP, 2006.

²⁷⁰ *Relatório do Ministério da Justiça de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia da Corte,, p.08.

²⁷¹ O referido aviso provavelmente deve haver sido encaminhado em caráter confidencial, pois não o encontramos reproduzido em nenhum órgão oficial do governo imperial. Consultamos o Relatório do Ministério da Marinha na parte relativa à legislação, juntamente com a Coleção das Leis do Império, Relatório do Ministério da Justiça e da Guerra, por último procuramos também alguma pista na sessão de Guerra do Conselho de Estado, porém nada encontramos. As informações sobre este aviso foram encontradas na documentação manuscrita e provincial.

²⁷² Câmara de Antonina ao presidente da província. Antonina, 10 de abril de 1867. AP 0258, vol. 08, p. 211. DEAP-PR.

²⁷³ Câmara de Príncipe ao presidente da província. Príncipe, 10 de abril de 1867. AP0259. Vol. 09, p. 09. DEAP-PR.

²⁷⁴ Câmara de Castro ao presidente da província. Castro, 11 de abril de 1867. AP0258, vol. 08, p. 80. DEAP-PR.

alguns dias era a vez da Câmara de Guarapuava informar o recebimento.²⁷⁵ A última a receber ou a responder ao presidente acusando o recebimento foi a Câmara de Guaratuba.²⁷⁶

Não foram apenas os vereadores informados do aviso, o Juiz de Direito de Guarapuava, João Pedro dos Santos Pacheco também estava ciente da portaria.²⁷⁷ Em Castro o também Juiz de Direito estava a par da medida. Ao dar conta do aviso aproveitou a oportunidade para questionar o presidente sobre algumas de suas dúvidas:

De posse do ofício confidencial que em data de 23 de março último. V. Ex. endereçou a este juízo, fico ciente de seu conteúdo. Mas para seu pleno cumprimento me é indispensável saber o quanto que devo chegar [sic]por cada escravo cuja compra se verifica, visto como ignoro a quantia que pelo Ministério da Fazenda foi designado.²⁷⁸

Ainda no mesmo ano de 1867, em novembro uma portaria tratando do alistamento de libertos chegou ao conhecimento das autoridades na província do Paraná. Aparentemente também de cunho privado, enviada agora pelo Ministério da Marinha, essa portaria, se comparada com a anterior recebeu ainda maior divulgação. Para tentarmos mostrar ao leitor o tamanho dessa divulgação cabe mencionar que ela foi publicada integralmente no periódico de maior circulação da Província, em sua primeira página, na edição de sábado.²⁷⁹

Esta portaria, ao contrário do aviso enviado pelo Exército, tratava especificamente da indenização a ser paga aos senhores pelos escravos. No caso da anterior havia a recomendação de que os proprietários doassem seus escravos, no caso desta não. Ela tratava exclusivamente das formas de alistamento e da forma de pagamento. Observamos assim que esta portaria possibilitou o serviço da maioria dos escravos que

²⁷⁵ Câmara de Guarapuava ao presidente da província. Guarapuava, 08 de julho de 1867. AP0259, vol 09, p.47. DEAP-PR.

²⁷⁶ Câmara de Guaratuba ao presidente da província. Guaratuba, 21 de maio de 1867. AP0260, vol 09, p.32. DEAP-PR.

²⁷⁷ Carta do Juiz de Direito João Pedro dos Santos Pacheco ao presidente da província. AP0259, p.59. DEAP-PR.

²⁷⁸ Carta do Juiz de Direito ao presidente da província. Castro, 08 de abril de 1867. AP0257, p. 148, DEAP-PR.

²⁷⁹ BPPR, *Dezenove de Dezembro*, 06 de novembro de 1867, pp. 01-02.

foram alforriados condicionados ao serviço na guerra, e mediante indenização paga a seus senhores.

O presidente da província na época passou a cobrar das autoridades que conseguissem o maior número possível de libertos para a Armada. Uma correspondência enviada pelo capitão do Porto de Paranaguá tratando do assunto e buscando sanar algumas dúvidas mostra-se extremamente reveladora nesse quesito. Apesar de tratar-se de uma longa correspondência irei transcrevê-la integralmente para melhor informar o leitor:

Tenho a honra de acusar a recepção da portaria confidencial de V. Ex de 11 do corrente a que acompanhou por copia o aviso do Ministério da Marinha de 22 de novembro último acerca da libertação de escravos para o serviço do corpo de imperiais marinheiros do batalhão naval.

O diminuto número de escravos que por aqui há empregados pela maior parte no serviço doméstico, a dificuldade da parte dos senhores em substituí-los os faz com que refuguem em libertá-los e o numero deles que aqui se poderá oferecer será diminuto. Contudo já consegui três de acordo com os respectivos senhores os libertando, porém surgem alistados que não me julgo autorizado a remover e por isso venho dar-lhes conhecimento a V. Ex, afim de resolver como for acertado. Tendo saúde os escravos, não sei se poderei mandar proceder à inspeção pelo médico da companhia de aprendizes marinheiros dessa província empregado do ministério da marinha ou se deverão ser remetidos para a capital para exame. No caso de não poder ser feito nesta cidade o exame médico não sei quem pagará as despesas de viagem ate ahi e as de volta no caso de não serem julgados aptos para o serviço. Devo levar ao conhecimento de V. Ex. que a terem de ir para esta capital remetidos será conseguir o empenho do governo imperial mais se os senhores tiverem que pagar as despesas de viagem.

Os recrutas voluntários, e engajados que tenho remetido daqui para a corte são inspecionados por qualquer médico e pelo da companhia de aprendizes marinheiros desde que aqui cheguem.

Se V. Ex. resolver que por ele também sejam inspecionados os escravos entra em dúvida se o pagamento deve ser feito pela alfândega desta cidade, se esta está autorizada, ou se os senhores devem receber os valores do escravo ahí.

Não há aqui outro lugar para ficarem depositados os escravos que forem libertando se não a fortaleza da barra, não me parece conveniente que os mesmos sejam recolhidos a cadeia quando oferecem para servir mediante sua libertação. Finalmente consulto v.ex. caso sejam aqui inspecionados e depois remetidos para a corte, a disposição de Sua Ex, o Sr. Ministro da Marinha, os escravos libertados dando depois conta a V. ex. conta da remessa. Para o bom desempenho do serviço que V. Ex. se digne confiar-me tenho negociados [sic] esclarecimentos que solicito a V. Ex. afim de resolver sobre os três que já consegui dos senhores libertá-los. Digne-se V. Ex. ordenar-me a que a tal respeito julgai melhor.²⁸⁰

Ao que tudo indica o capitão estava em um primeiro momento negociando com os proprietários sobre a libertação de seus cativos. Contudo, de acordo com o próprio documento outros escravos surgiram para alistar-se, isso gerou dúvidas no capitão quanto à inspeção. A resposta do presidente estava rabiscada no próprio corpo do próprio documento a respeito da inspeção. Suas ordens, nesse sentido foram enérgicas. Todos os escravos, antes de libertos deveriam passar pelo médico da capital, sendo as despesas pagas pelo proprietário. Ao contrário dos recrutas e engajados, os escravos deveriam ir até a capital para depois retornar, seguindo finalmente com destino ao Rio de Janeiro, para depois de lá seguirem para a Guerra. A ordem em questão infelizmente provocou um problema metodológico. Todas as cartas remetidas ao presidente dando conta da libertação dos cativos para o trabalho no Exército que foram encontradas eram endereçadas a partir da capital, isso ocorria porque a inspeção médica era realizada naquela localidade. Logo foram poucos os casos em que encontramos a comarca de origem dos escravos, salvo algumas oportunidades nas quais conseguimos identificar o local de residência do cativo pelo nome de seu proprietário. Outra faceta importante revelada no documento refere-

²⁸⁰ Carta do capitão do Porto de Paranaguá ao Presidente da Província. Paranaguá. AP0268, pp.04-05. DEAP-PR

se ao trabalho exercido pelo capitão Raposo de negociar com proprietários para libertar seus cativos. Por outro lado, não foram apenas Raposo e os proprietários os protagonistas dessa relação, como diz o capitão ao tratar de outros alistamentos. Em uma carta com a rubrica confidencial e com o nome do remetente ilegível enviada ao presidente da província José Feliciano Horta de Araújo em janeiro de 1868 encontramos um forte indício de participação dos próprios escravos e pessoas livres de cor na aplicação dessa medida:

Em seguimento ao que tive a honra de responder a V. Ex. relativamente a agenciar escravos para serem libertos e aplicados para a Marinha; é de meu dever levar ao conhecimento de V. Ex. que tenho dois pardos contratados e outro escravo em vista de consegui-los, pretendo mandá-los a 08 do corrente por Morretes e pô-los a disposição de V. Ex. para quando julgados aptos serem passados os documentos como V.Ex. destinar. Prossigo na diligência de conseguir mais alguns, dando assim andamento às ordens de V.Ex. a quem desejo próspera saúde.²⁸¹

O agenciador em questão, se seguirmos a interpretação do documento, trabalhava com o objetivo de contratar libertos. Em momento algum se refere aos senhores destes escravos. Interessante também notar as palavra contratar e agenciar, isso gera uma impressão de que a negociação se dava exclusivamente entre o agenciador e o escravo. Outro ponto a ser destacado nesse caso nos remete à linguagem usada pelo remetente. Nesse período, via de regra, na região sudeste quando alguém se referia a um escravo geralmente a denominação utilizada era de preto e não de pardo. Esta segund opção era utilizada para negros livres.²⁸² Isso nos conduz à seguinte indagação: no Paraná havia por parte do governo uma política de contratação de homens livres de cor, e escravos. Todavia não sabemos qual a forma de remuneração dada ao governo para esses homens, talvez uma parte na sua indenização, ou o prêmio total, enfim as fontes calam nesse aspecto.

²⁸¹ Carta confidencial ao presidente da província. Paranaguá, 07 de janeiro de 1868. AP0277, p.172. DEAP-PR.

²⁸² MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Após a inspeção e alforria os libertos seguiam para o serviço da Marinha, remetidos juntamente com guardas nacionais designados, voluntários da pátria, recrutados e desertores. O capitão do porto de Paranaguá, no mesmo ano de 1868, enviou uma carta ao presidente da província, informando ter enviado libertos junto com o desertor Francisco José, para a Corte.²⁸³ Em momento anterior o inverso também ocorreu. Uma escolta comandada pelo Alferes Eulapio Rodrigues de Oliveira recebeu para encaminhar a Corte um grupo composto por três guardas nacionais designados, três voluntários, juntamente com um liberto, apresentado pelo Coronel Antônio de Sá Camargo.²⁸⁴ Destacamos assim os momentos e espaços em que se forjavam experiências compartilhadas entre escravos e pobres livres, lado a lado, mourejando e enfrentando as agruras e angústias do trabalho em tempos de Guerra, isso naquela considerada a pior força pra servir: a Armada Imperial.²⁸⁵

A ausência de registros não nos impede de especular a respeito de sociabilidades envolvendo escravos de outrora, com pobres livres que tiveram o mesmo destino. Mas vamos agora aos libertos.

3.4 SOBRE OS LIBERTOS

A libertação de escravos destinada ao serviço da Guerra nos remete ao menos ao mundo Antigo, na sociedade grega. Em relação à escravidão moderna, tal prática aparece frequentemente. No século XVII, por exemplo, durante a Guerra de expulsão dos holandeses de Pernambuco foram recrutados vários indivíduos de origem africana, culminando com a formação do terço dos Henriques, depois difundido em toda América portuguesa.²⁸⁶ Durante o processo de independência

²⁸³ Carta do capitão do porto de Paranaguá ao presidente da província. Paranaguá, 20 de fevereiro de 1868. AP0277, p. 165. DEAP-PR.

²⁸⁴ Carta do Delegado de polícia de Paranaguá João Antônio Benjamin ao presidente da Província. Paranaguá, 22 de dezembro de 1867. AP0268, p. 17. DEAP-PR.

²⁸⁵ Sobre as condições dos imperais marinheiros durante o século XIX, ver: GREEHNHALGH, Juvenal. *Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 1998; NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

²⁸⁶ Sobre esse tem ver especialmente, ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, pp 70-76; MATTOS, Hebe. *Black Troops and Hierarchies of Color in the*

do Brasil em várias partes do norte tropas de homens pretos e pardos ajudaram a expulsar portugueses fiéis à metrópole das cidades.²⁸⁷ Avançando um pouco no tempo, durante a Guerra da Cisplatina também encontramos libertos atuando tanto do lado brasileiro, quanto do lado do Uruguai, nas tropas do general Artigas.²⁸⁸

A partir da segunda metade do século XIX, primeiro nos Estados Unidos e depois em Cuba vários conflitos tiveram a participação decisiva de escravos e homens livres de cor nas fileiras do Exército.²⁸⁹ Em relação aos Estados Unidos, a libertação de escravos com destino à Guerra serviu como parâmetro para os membros da elite política imperial, servindo também como inspiração nos lares escravos, criando dessa maneira novas *visões de liberdade*.

O conflito nos Estados Unidos, conhecido como Guerra civil, ou Guerra de Secessão causou um forte impacto no Brasil, entre outros fatores sem dúvidas o que mais pesou nesse impacto relaciona-se com a proximidade temporal com a Guerra do Paraguai. Nos Estados Unidos o conflito eclodiu em 1861, terminando em 1865. Inicialmente seu objetivo era a luta pela manutenção ou não da união do país, opondo radicalmente de um lado os Estados do Norte, contra os Estados do Sul.²⁹⁰

No entanto, durante seu desenrolar a escravidão ocupou um lugar de destaque. Principalmente nas regiões do Norte, onde o número de escravos era menor, e boa parte deles conseguiu a liberdade servindo no Exército. Segundo o historiador Ira Berlin, essa geração de escravos, por ele denominada revolucionária aproveitou, desde o momento da

Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment. *Luso-Brazilian Review* v. 45, p. 06-30, 2008.

²⁸⁷ SILVA, Luiz Geraldo . Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830). In: István Jancsó. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, v. 1, p. 497-520.

²⁸⁸ ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). *Estudos Históricos* v. 22, p. 439-458, 2009.

²⁸⁹ Para o caso cubano, ver SCOTT, Rebeca. *A emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1889*. Trad. Maria Lúcia Lamounier. São Paulo: Paz e Terra, 1991, pp.63-79. Graus de liberdade.

²⁹⁰ Para contexto geral da Guerra consultamos alguns poucos textos disponíveis em língua portuguesa de EISENBERG, Peter, L. *A guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982; IZECKSOHN, Vitor. *Deportação ou integração: os dilemas negros de Lincoln*. *Topoi*, v. 11, p. 55-74, 2010.

independência, para lutar pela liberdade e reivindicar por melhorias nas condições de vida, e conseguir a tão sonhada liberdade. Contudo a resposta dos proprietários dava-se por meio do aumento de atos violentos.²⁹¹ Todavia ao se desenvolver o conflito surgiram afinidades por meio de experiências compartilhadas, acarretando a união entre negros livres com aqueles negros ainda escravizados:

Altamente politizados, firmemente organizados, esses membros fundamentais do movimento antiescravista viam a guerra como uma ocasião para exigir cidadania plena e igualdade universal. Os sulistas negros, particularmente as pessoas de cor livres nas cidades portuárias, inicialmente hesitaram em se juntar aos escravos. Ciosos de seu status especial e temerosos de serem despojados de sua propriedade, deportados ou escravizados, alguns aderiram à Confederação. Mas à medida que os acontecimentos do período de guerra vincularam sua própria dignidade à liberdade dos escravos, os negros livres trocaram o cinza da Confederação pelo azul da União. A Guarda Nativa se tornou o Corps Afrique.²⁹²

Observamos a resistência e a posterior adesão de livres de cor no conflito, caminhando em um mesmo sentido: a reivindicação do direito à cidadania e à igualdade plena entre todos os cidadãos.

Os exemplos estadunidenses poderiam ser aplicados na província do Paraná, com algumas ressalvas evidentemente. Durante o período de Guerra vários escravos aproveitaram essa oportunidade para reivindicar, questionar, lutar, e porque não, negociar suas possibilidades de libertação. Outros por sua vez, viram-se separados do seu círculo de sociabilidades, sem o direito de escolha, seguindo para um caminho desconhecido, lutando em uma guerra que não lhes pertencia. Neste momento belicoso solidariedades forjaram-se, e esta base de experiência militar criaria tanto num, quanto noutro país uma certa ideologia republicana.

O recrutamento de escravos na província do Paraná começou de forma sistemática em janeiro de 1867; durante aquele ano apenas como

²⁹¹ BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Trad. Julio Castañón. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.291.

²⁹² *Idem*, p.292.

substitutos foram enviados 09 homens. No mesmo período, outros foram libertados pelos seus proprietários, provavelmente influenciados pela atitude do imperador em alforriar todos os escravos da nação. A partir do aviso de 1868, o pagamento de indenização aos escravos recrutados para a Armada aumentou bruscamente o número de recrutados. Somente nesse ano tivemos a libertação de 23 escravos. Todos com a liberdade paga pelo Ministério da Fazenda, a título de indenização. A idade dos cativos não aparece nas cartas, o que ficava implícito e por vezes explícito era o condicionamento da alforria, tal como em uma das primeiras cartas com esse fim, em 1868:

Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex a carta de liberdade do escravo Candido, que para o serviço da guerra, foi julgado apto, desde já entra no gozo de sua liberdade mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagas pelo estado.²⁹³

Poucas linhas e um único objetivo: obter a indenização do Estado. Desta forma eram apresentados a maioria dos cativos para a Guerra na Província. A libertação de Cândido foi uma das poucas correspondências em que o remetente escreveu de sua comarca, nesse caso a de Castro. As outras, sem exceção, vieram endereçadas da região de Curitiba, onde ocorria a inspeção.

Ao todo, entre substituições e alistamentos encontramos 32 homens, alforriados com a condição de servir na guerra. Mas sabemos que esse número era muito maior, por conta da política de agenciamento levada a cabo pelo governo da província durante esse mesmo período, que deixou apenas registros indiretos acerca de seus resultados. Um exemplo destes alistamentos encontramos em correspondências indiretas, não endereçadas aos proprietários, como esta de Paranaguá, emitida pela secretaria do porto:

Relação dos escravos remetidos pelos encarregados da libertação dos mesmos para a Armada: 1. Iroco – escravo de Manoel Leocádio de Oliveira, remetido pelo capitão do Porto de Paranaguá, capitão Raposo; 2. Antero – escravo do Tenente Cel. Manoel Miró, remetido pelo

²⁹³ Carta de Manoel Elias de Souza Athaides ao Presidente da Província do Paraná. Castro, 06 de janeiro de 1868. AP0268, p.220. DEAP-PR.

mesmo; 3. Zeferino – escravo de Manoel Liberato, remetido pelo comendador Guimarães ; 4. Silvestre – escravo de João de Paula, remetido pelo comendador Guimarães; 5. Bernardo – escravo do Comendador Guimarães, remetido pelo mesmo.²⁹⁴

Novamente aqui surgem referências a um certo encarregado pela libertação dos escravos. As questões que nos vêm à mente são de que este responsável estaria simplesmente negociando com proprietários ou contratando escravos diretamente. Ao que parece esta segunda assertiva pode ser verdadeira.)

Em relação aos escravos o período de Guerra também representou uma mudança significativa, uma oportunidade de libertação. Como no caso já citado do ex-escravo Lúcio, libertado para substituir um guarda nacional designado, recebendo parte do valor do contrato firmado entre seu proprietário e o guarda designado.

Neste momento existia ainda a possibilidade de fuga por parte do escravo. Como noticiou o periódico da capital Curitiba em março de 1867:

No dia 27 do corrente fugiu do lugar denominado Campo Largo na freguesia de São José dos Pinhais, o escravo Benedicto, mulato de 25 anos de idade, mais ou menos, é baixo tem sinal de corte no beijo superior e fala bem: consta que andou pretendendo assentar praça como voluntário. Quem o prender e o entregar a seu Senhor Antônio Manoel Marques, residente naquele lugar, ou a Francisco Alves Pereira Araújo, na Villa receberá a gratificação de 50\$000.²⁹⁵

Benedicto aproveitou a circunstância favorável para buscar sua liberdade, mesmo que isso significasse a sua morte. Infelizmente não

²⁹⁴ Secretaria da capitania do Porto de Paranaguá. Paranaguá, 11 de janeiro de 1868. AP0277, PP. 171-172. DEAP-PR.

²⁹⁵ BPPR. *Dezenove de Dezembro*, 30 de março de 1867, p.04. Para uma análise sobre anúncios de fuga de escravos no final da escravidão na Província de São Paulo, ver: SCHWARCZ, Lilia..K. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 137-140.

sabemos se o escravo conseguiu se alistar, ou se foi preso, mas o indicativo de que seu desejo era servir como voluntário aponta o conhecimento da guerra e das vantagens – naquele contexto – que um escravo teria ao assentar praça.²⁹⁶ Hendrik Kraay lembra-nos que geralmente existia uma certa convivência de membros do Exército com os libertos. Para reaver sua “propriedade” o senhor deveria provar a posse do escravo, anexando documentos dos mais diversos possíveis e caso esta comprovação fosse aceita ele ainda deveria ressarcir os cofres públicos das despesas efetuadas pelo escravo durante seu período de recruta.²⁹⁷ Outrossim, provar a posse de um escravo não era das tarefas mais fáceis. Segundo Sidney Chalhoub, o interesse senhorial em descumprir a lei de 1831 tornou “muito frouxos os requisitos de prova da legalidade de uma propriedade escrava qualquer”. Isso ocorria porque até a primeira metade do século XIX a responsabilidade de provar a liberdade era dos próprios negros, segundo sua pesquisa sobre a Corte.²⁹⁸

Assim, ao imbricar vários pontos podemos perceber como o “abrigo da farda” por vezes constitui-se uma alternativa de fuga interessante para os cativos. Vale lembrar, porém, que a fuga poderia ser por vezes um protesto contra alguma atitude senhorial, não representando necessariamente a vontade de trocar de senhor. No caso de Benedicto é bem provável que o exemplo não caiba. Isso porque o senhor não hesitou em colocar um anúncio no jornal, com várias características do escravo, contendo inclusive seu desejo de servir a pátria.²⁹⁹

Na província do Paraná, majoritariamente mestiça desde o início do século XIX, como demonstramos anteriormente a presença negra em trabalhos de manutenção da ordem não era nenhuma novidade para a população. O viajante francês Avé-Lallemant, em viagem pela província no ano de 1858 encontrou como único representante policial de uma

²⁹⁶ De acordo com nossa documentação, um escravo de nome Benedicto serviu na Guerra como substituto, contudo não ousamos afirmar ser o mesmo, já que o proprietário era diferente, a data de alistamento deste homônimo ocorreu antes do anúncio no jornal.

²⁹⁷ Kraay, Hendrik. “O abrigo da farda: o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”. *Afro-Ásia*, vol. 17. 1999, pp. 29-56.

²⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista”. Campinas, *Revista de História Social*, n. 19, 2010, p. 49.

²⁹⁹ Sobre as fugas de escravos no Império, ver: GOMES, Flávio Santos. “Jogando as redes: revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. Niterói: *Revista Tempo*, 1996, pp. 09-10.

localidade afastada da capital Curitiba um soldado negro.³⁰⁰ Talvez por isso também Benedicto tenha se arriscado em busca de um lugar na guerra. Isso vai ao encontro das interpretações dos conselheiros do Estado no debate de 06 de novembro, no qual muitos deles afirmaram que seria preferível aos escravos servir em uma Guerra a continuar na escravidão.

De Paranaguá temos outro exemplo acerca das estratégias cativas de liberdade em tempos de guerra. Em agosto de 1865 o “preto” Antônio Maximiano enviou uma petição ao Juiz de Direito de Paranaguá, alegando ser livre. A história de Antônio é impressionante:

Tendo sido interrogado sobre os fundamentos da sua liberdade, declarou que se considerava livre em consequência de haver servido no Exército General Lavachor por seis anos do qual sendo conseguido baixa havia algum tempo, mudou-se para Buenos Ayres onde vivia há um ano, quando foi amarrado por um desconhecido e forçado a embarcar no brigue Rufino propriedade da família do capitão Hippolito José Alves, sendo então conduzido para a cidade de Paranaguá e entregue ao comendador Joaquim Américo Guimarães.³⁰¹

O interrogatório em questão levanta algumas possibilidades de análise. As ligações entre o porto de Paranaguá e o Rio da Prata já a partir do final do século XVIII passaram a ser cada vez mais intensas. Com a Guerra do Paraguai, o Paraná transformou-se em um grande fornecedor de erva-mate, substituindo o Paraguai e algumas províncias da confederação argentina na distribuição do produto no mercado platino.³⁰² Diante dessas ligações, e do constante intercâmbio a possibilidade de reescravidão de Antônio seria completamente plausível, ainda mais se tratando de seu suposto proprietário, o comendador Guimarães. Este era um dos homens mais ricos e influentes da província, representante do partido conservador, proprietário de várias embarcações e engenhos de erva-mate, pessoa que esteve também

³⁰⁰ LALLEMANT, Robert Avé. *Op. cit.*; p. 261.

³⁰¹ Carta do Chefe de Polícia da Província do Paraná ao Presidente da Província. Curitiba, 24 de agosto de 1865. AP0212, pp. 28-30. DEAP-PR.

³⁰² WESTPHALEN, Cecília. *Porto de Paranaguá: um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: 1988.

ligada ao tráfico ilegal de africanos.³⁰³ Antônio provavelmente perdeu sua liberdade no retorno de uma destas embarcações, com carregamento de mate. Ressalte-se que nas correspondências sobre o caso em momento algum questionou-se o fato de ser ele argentino, provavelmente por conta de seu sotaque. Aliado a isso, acreditamos ser sua figura – um negro argentino em Paranaguá – relativamente comum na região. Em 1862, por exemplo, o vice- cônsul da Argentina no Paraná, Manoel Leocádio de Oliveira, outro ex-traficante, residente também em Paranaguá enviou uma correspondência ao Presidente da Província solicitando a nomeação de um curador para o “preto” Pedro Domingues, argentino livre, mas partilhado em um inventário.³⁰⁴ No caso de Pedro, além da escravização ilegal, podemos nos remeter a outro assunto, cada vez mais aparente na historiografia: a precarização da liberdade. Para os negros livres, grande maioria da população no período, existia o medo constante e contínuo de ser reduzido a escravidão novamente, tornando a liberdade algo, na maioria das vezes incerto e precário.³⁰⁵ De volta ao caso de Antônio, que como vimos não seria o único “preto” de origem argentina habitando a região, cabe perscrutar outros aspectos do processo no momento em que ele solicitou sua liberdade. Mesmo o documento não deixando claro sua condição de livre ou escravo antes de servir o exército, tampouco há quanto tempo ocupava o status de escravo do comendador, seu pedido ocorreu durante a Guerra e sua justificativa pela liberdade pautou-se pelo serviço prestado junto ao exército argentino.

Desse modo o serviço da pátria, ou o *abrigo da farda*, não se restringiria apenas ao caso brasileiro. Ademais também poderia o suplicante estar tentando se aproveitar de um período propício para a libertação, no caso a Guerra do Brasil contra o Paraguai. Por último, mas também plausível, existia a possibilidade de tratar-se apenas de uma

³⁰³ LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *Esboços*, v. 10, p. 99-117, 2003.

³⁰⁴ Carta do Vice Cônsul da Argentina ao Presidente da Província. Paranaguá, 30 de outubro de 1862. AP0145, pp. 259-264. DEAP-PR.

³⁰⁵ Esta questão sobre a precariedade dos libertos no século XIX vêm sendo recorrente na historiografia sobre a escravidão. Para uma análise sobre a primeira metade do século XIX, ver: CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império”. In: Azevedo, Elciene; Cano, Jefferson; Cunha, Maria Clementina Pereira; Chalhoub, Sidney. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, pp. 23-62.

questão relativa a sociabilidades políticas ou clientelares. Por que naquele momento Antônio encontrou uma autoridade disposta a ouvi-lo e muito provavelmente redigir o requerimento em seu nome? Poderia tratar-se de alguma rixa política envolvendo o antigo chefe de polícia e o comendador Guimarães, que era, como dissemos, um homem muito influente na sociedade, por isso mesmo, colecionador de inimigos. Durante o desenrolar do processo Antônio permaneceu sob a guarda do Tenente Cel. Manoel José da Cunha Bittencourt, enquanto o novo chefe de polícia aguardava notícias sobre Antônio, solicitadas junto ao cônsul da República Argentina. Como as informações não chegaram, o tempo passou, e Antônio simplesmente retornou à condição jurídica de escravo, voltando à posse do comendador. Os silêncios das informações também geram questionamentos. Fato é que Antônio buscou sua liberdade desafiando um dos maiores proprietários do período, sem dúvida um dos homens mais importantes de sua Comarca durante o período de Guerra. Infelizmente não conseguiu provar sua liberdade, em um contexto, como já destacado em que o ônus da prova ao contrário de ser de seu susposto senhor recaiu sobre ele. Contudo fica a marca e a tentativa de obtenção de liberdade em um período talvez propenso para tal atitude.

Casos de reescravidão foram uma constante durante o período imperial brasileiro. Inclusive existe um indicativo de que existiram grupos especializados em transformar negros dos países platinos em escravos. Em sua dissertação de Mestrado, Rafael Peter Lima localizou dezenas de processos de escravidões ilegais praticados por traficantes “ávidos pelos altos lucros que o negócio proporcionava”,³⁰⁶ atuando em solo uruguaio. Naquele país os cidadãos negros livres eram capturados e distribuídos como escravos no território brasileiro. Talvez os grupos que realizavam práticas de escravidões ilegais no uruguai poderiam também atuar na Argentina. Quem sabe o comendador Guimarães tivesse contato com uma destas quadrilhas, ou mesmo praticasse este delito sempre que enviava embarcações com mate para a região, estas são apenas algumas hipóteses que deveram ser sanadas em breve por pesquisas futuras.

Retomando o caso de escravos fugidos rumo ao Exército, temos outro caso, desta vez em Palmas, comarca de Guarapuava. Um escravo de nome Francelino foi comprado por um grupo de senhores com

³⁰⁶ LIMA, Rafael Peter. A nefanda pirataria de carne humana: escravidões ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2010, p. 29.

rompantes de patriotismo para ser oferecido ao Exército com o fim de servir na Guerra. Mas estes senhores iriam oferecer o cativo somente após o pagamento de uma indenização paga pelo Estado Imperial no valor de 1.500 mil réis. O que estes patriotas não contavam era com a fuga do cativo. O que se seguiu após esta fuga impressiona. Várias autoridades mobilizaram-se com o fim de encontrar o escravo.³⁰⁷ Ao final dessa intensa busca infelizmente ele acabou sendo encontrado na cidade de São Roque, localizada na Província de São Paulo. Se as informações prestadas pelo delegado estiverem corretas o escravo acabou preso quando tentava alistar-se no Exército. A situação de Francelino, nesse sentido soa um tanto paradoxal: fugir do Exército para entrar no Exército. Acreditamos que tal informação possa ser um indicativo de que ele não sabia nada a respeito de uma possível libertação e seu posterior alistamento. Também poderia ter aventado a possibilidade de servir para despistar seus algozes, vendo no alistamento uma oportunidade de fuga temporária. Depois destas desventuras retornou à província do Paraná e seguiu para onde queria em tese ir, a Guerra.³⁰⁸ O exemplo de Francelino e Benedicto relata alguns casos em que escravos fugiram com destino ao encontro do Exército, com o real objetivo de manter a liberdade, percebemos assim, que se comparado a outros contextos, na província as forças armadas representavam também uma oportunidade de liberdade.

Contudo, não era apenas no Exército que escravos buscavam abrigo, a Marinha também era um destino procurado pelos cativos. Álvaro Pereira do Nascimento encontrou exemplos significativos de cativos que se alisatavam na Armada, utilizando-se de ardilosas técnicas para conquistar a liberdade. Para o autor o “alistamento poderia servir como saída para que os cativos se livrassem da relação com seus senhores e – inclusive e mais importante – definissem e alcançassem seus próprios projetos de vida. Contudo eletambém mostra que essa liberdade não era assim tão segura.”³⁰⁹

Trouxemos dessa forma algumas experiências envolvendo os escravos nas terras das Araucárias em momentos de Guerra. Cabe agora

³⁰⁷ Carta de vários cidadãos da Comarca de Palmas ao presidente da província e ao Comandante da Guarda Nacional de Guarapuava. Guarapuava/São Roque. 05 de fevereiro a 13 de abril. AP0281, pp. 11-15. DEAP-PR

³⁰⁸ Carta de alguns cidadãos do Distrito de Palmas ao presidente da Província. Guarapuava, 06 de abril de 1868. AP0266, p.387. DEAP-PR.

³⁰⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra”. *Estudos afro-asiáticos*. 2000, n. 38.

desvelar o outro lado da questão, analisar quem eram e porque vários proprietários decidiram desfazer-se de seus “bens” em um momento de Guerra.

3.5 SOBRE OS PROPRIETÁRIOS

A elite política e econômica na província do Paraná durante o século XIX pode ser dividida em três grupos sociais. Em primeiro lugar, temos os ervateiros de Curitiba e litoral, ligados principalmente ao partido conservador. Em seguida, os produtores e pecuaristas dos Campos Gerais. Por último, os profissionais liberais que exerciam vários cargos na capital Curitiba, e na Comarca de Paranaguá, ademais haviam também vários religiosos ocupando posições de destaque na sociedade.

Com a eclosão da Guerra, como demonstramos no primeiro capítulo houve contribuições patriotas de todas as partes. Tanto na mobilização de voluntários, quanto na contribuição financeira para a campanha, ao menos por ora, as diferenças pessoais e rixas partidárias foram deixadas de lado. Como em um primeiro momento procurei identificar os grupos que fizeram doações financeiras e organizaram corpos de voluntários, tentarei doravante analisar quais grupos alforriavam seus escravos para servir na Guerra, mediante a indenização paga pelo Estado, traçando um perfil destes proprietários.

Em relação à libertação de escravos para a Guerra, tanto mediante a indenização paga pelo Estado, quanto para substituição, não podemos deixar de notar que tanto proprietários quanto escravos souberam aproveitar a situação. Demonstramos acima que os escravos souberam aproveitar o momento belicoso para alcançar sua liberdade, em busca do Exército. Cabe agora estudar o outro lado, ver o que este momento representou para os proprietários. Os representantes dos vários grupos existentes na província valeram-se dessa legislação para, em alguns casos, locupletarem-se com o erário público.

Jesuíno Gomes de Oliveira³¹⁰, chefe do partido liberal na província libertou seu escravo de nome Adão para servir no lugar de seu

³¹⁰ Jesuíno, segundo o genealogista Francisco Negrão foi o responsável por indicar Carneiro Campos ao cargo de presidente do Mato Grosso. Campos estava a bordo do navio Marquês de Olinda quando o exército paraguaio o capturou. Cf. NEGRÃO, Francisco. *Genealogias Paranaenses. .op. cit.*, pp. 374-377.

cunhado, Athanagildo do Valle.³¹¹ Jesuíno exerceu também o cargo de Ministro da Agricultura em 1867. No documento referente a libertação do escravo de Jesuíno não consta que ele tenha recebido indenização por seu escravo, em casos como este, de substituição o governo não pagava aos proprietários. Na verdade seria um caso atípico se um representante do governo imperial, desse seu escravo em troca de vantagens financeiras, tendo em vista que as vantagens para estes membros da elite local vinham em forma de prestígio. O que destoia no caso de Jesuíno Adão e Athanagildo refere-se à legislação. Isso porque não existia a possibilidade de um membro civil oferecer um substituto, esta prática era apenas regulamentada para membros da Guarda Nacional, e no documento consultado Athanagildo do Valle não aparecia citado em momento nenhum como membro desta instituição. O que podemos presumir então é que pela influência de Jesuíno, Adão pode servir no lugar de seu cunhado sem pertencer à Guarda, ou talvez ele tenha sido alistado de última hora nesta força para poder oferecer um substituto. Um outro ponto neste caso ainda merece destaque, o fato de alguém com ligações políticas acabar alistado no Exército, talvez tenha sido algum desafeto de Jesuíno, que o tenha recrutado, fazendo com que ele utilizasse de seu capital para afastar seu protegido do serviço da pátria.

Se trouxemos o caso de um membro do partido liberal inicialmente, cabe agora analisar um caso vindo de uma liderança do partido conservador. José Mathias Guimarães era patriarca da família Guimarães, bacharel em Direito, componente da primeira legislatura da província, casado com Delphina Guimarães, cunhado do Barão de Antonina, um expoente do partido conservador na província. José Guimarães libertou seu escravo Simão, para servir de substituto de Cândido Alves, do segundo corpo da cavalaria da capital.³¹² Aqui temos um exemplo claro de relações de dependência e clientelismo, Não sabemos qual foi o acerto de Cândido Alves com Guimarães, provavelmente o segundo possuía algum tipo de apadrinhamento do primeiro, visto ser este uma grande liderança local, mas podemos perceber desta forma como a Guerra tornou-se uma oportunidade para percebemos este tipo de dependência.

³¹¹ Carta de Jesuíno Gomes de Oliveira ao president da província do Paraná, informando que libertou seu escravo Adão para que sirva no Exército no lugar de seu cunhado, Athanagildo do Vale. DEAP-PR, AP0269, p. 73.

³¹² Carta de José Mathias Guimarães ao presidente da Província do Paraná. Curitiba, 13 de março de 1867. DEAP-PR, AP0257, vol. 07, pg. 137.

O tenente coronel da Guarda Nacional Tibúrcio Borges de Macedo, importante erivateiro de Morretes “convocou” seu escravo de nome Benedicto para servir no lugar de seu filho, Francisco José Lopes. Macedo era ligado à importante família Sá Ribas, tendo como patriarca Lourenço de Sá Ribas, natural de Portugal e importante político da então 5a. Comarca de São Paulo.³¹³

Antônio de Sá Camargo, libertou seu escravo de nome Felipe para servir no conflito. Camargo talvez tenha sido o membro da elite provincial que mais envolveu-se no esforço da Guerra. Sua atuação foi desde a designação de Guardas Nacionais, passando pela doação de recursos, culminando com a libertação de seu escravo sem pedir indenização ao Estado. Camargo, mudou-se para Guarapuava quando teve que administrar as fazendas deixadas pelo pai, um dos fundadores de Palmeira, lá tornou-se o homem mais poderoso e influente da região. Em 1880, foi condecorado com o título de Visconde de Guarapuava.³¹⁴ Percebemos aqui um outro aspecto da doação envolvendo as elites da província paranaense. Retorno aqui à interpretação da Guerra enquanto oportunidade. Neste momento, o comportamento de Camargo, ajudando no esforço imperial serviria mais tarde para que pudesse receber posteriormente as benesses do Estado, neste caso o título de Visconde, que por sua vez, elevava seu prestígio junto ao governo para ganhos futuros.

O bacharel em Direito Agostinho Ermelino de Leão, nascido em 1834 no Paraná, formou-se em ciências jurídicas pela faculdade do Recife, e era um típico burocrata do século XIX. Exerceu diversos cargos na província e fora dela, durante vários períodos curtos ocupou o posto de vice-presidente da província do Paraná. Já no final do Império, em 1888 conseguiu o posto de Desembargador. O que não deixou de fazer, o ilustre magistrado, foi vender seu escravo de nome Thomaz, para servir na Guerra do Paraguai, mediante a indenização de 1.500 contos de réis, pagas pelo Estado que ele tanto servia. O exemplo de Ermelino é contrário aos outros dois, o bacharel, mesmo pertencente à elite provincial aproveitou a chance para vender Thomaz, com destino a Guerra. Não sabemos se Leão conseguiu obter ônus extraordinário com esta venda, mas apenas o fato do político haver recebido a indenização é digno de nota.

³¹³ *Idem, Ibidem*, pg. 444.

³¹⁴ OLIVEIRA, Ricardo Costa. *O silêncio das genealogias*, op.cit., p. 331.

Depois de analisar o comportamento desses grandes senhores locais, irei agora analisar os casos em que outros proprietários escravistas receberam a indenização pelos seus respectivos cativos.

O tenente Candido Mendes de Sá, filho de Manoel Mendes de Sá, alforriou seu escravo de nome João, também mediante a indenização de 1.500 mil réis. Contudo Mendes de Sá não apresentou o escravo, essa tarefa esteve a cargo de Joaquim Lourenço de Sá Ribas, com o qual ele guardava ao menos no nome alguma relação. Sá Ribas era um importante fazendeiro da região, membro do partido liberal, a diferença de sua postura e a de outros políticos aparece claramente neste documento: o tenente, ao contrário do Visconde de Guarapuava e Guimarães não abriu mão de sua indenização. Aliás, para realizar esta indenização Ribas utilizou um recurso muito empregado neste momento, a utilização de um procurador para vender seu cativo.

Aliás, vários membros valeram-se de procuradores para libertar e alistar seus escravos, dentre a documentação coligida encontramos 17 procuradores diferentes atuando nestas em prol destas indenizações. O único procurador que atuou na libertação de mais de uma vez foi Pedro Afonso Ferreira de Abreu que libertou Ignácio e Marcos, ambos escravos de Alexandre da Paula Manço.³¹⁵ Tais procuradores eram comuns em outras regiões, como na Corte, por exemplo. Jorge Prata Souza, analisando as cartas de alforria desta região percebeu que os preços cobrados por este trabalho era de aproximadamente 100 mil réis, inclusive o autor encontrou um procurador que representou 138 proprietários.³¹⁶ O estudo do autor também pode nos ajudar a realizar uma indagação acerca do registro destes escravos. Analisando as cartas de alforria na Corte ele encontrou vários escravos de outras regiões do Império registrados na capital, o que pode explicar as lacunas encontradas em nossas fontes, já que não encontramos nenhuma carta alforria anexa à correspondência enviada ao presidente da província. Talvez os cativos do Paraná também estivessem sendo registrados no Rio de Janeiro, mas isso somente é uma hipótese, que afinal é um tanto quanto provável.

Sabemos, no entanto, que antes do alistamento os escravos deveriam ser aprovados em uma inspeção médica para servir e que a indenização do proprietário estava submetida ao resultado deste exame. Na província do Paraná o responsável pelo exame dos escravos era o médico de Paranaguá, Alexandre Bousquet. O ponto importante sobre a

³¹⁵ DEAP- PR, AP0280, Vol. 07, pp. 213-215.

³¹⁶ SOUZA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte* . . . op. cit; p. 100.

atuação deste profissional foi que em toda a documentação consultada, em nenhum momento a inspeção médica apareceu como empecilho.³¹⁷

Bousquet forneceu a certidão positiva a todos os proprietários que levaram seus escravos para a inspeção, talvez por conta de suas relações pessoais e familiares, afinal os membros da elite dificilmente não iriam se aproveitar desta oportunidade para vender seus escravos com ônus para o Estado, tema que será discutido mais a frente.

Dentre as 22 cartas na qual o proprietário recebeu indenização pelos seus escravos apenas 03 não tiveram como o valor o montante de um conto e quinhentos mil réis. A primeira delas com data de 06 de janeiro de 1868 foi enviada pelo procurador Francisco de Paula Guimarães, e o valor era de um conto e quatrocentos e cinquenta mil réis.³¹⁸ Os motivos desta variação não fica visível na documentação, quem sabe este valor era a comissão do médico, talvez o valor cobrado pelo procurador, enfim, estas são apenas algumas hipóteses possíveis, haja visto o valor ser incompatível com o praticado.

João Alves Carneiro, vigário na Comarca de Paranaguá enviou uma carta ao presidente da província do Paraná no dia 12 de janeiro, informando que seu escravo de nome José desejava servir como voluntário na Armada³¹⁹. Todavia, José serviria apenas caso Carneiro recebesse uma indenização de um conto e quatrocentos mil réis. Este caso suscita algumas questões importantes, fica evidente, por exemplo, o acordo entre o senhor e seu escravo. Existe a possibilidade de que José tenha negociado com Carneiro parte desta comissão para apresentar-se como voluntário e o senhor aproveitou esta oportunidade para vender seu cativo, talvez doente, arredio, idoso, obtendo desta forma uma boa quantia que jamais iria obter em tempos de paz. O pedido de indenização foi aceito pelo Presidente da Província e José foi servir a pátria, agora livre, e quem sabe com algum pecúlio.

O terceiro e último caso em que a indenização foi menor que o valor de um conto e quinhentos mil réis teve a intermediação de outro procurador. Idelfonso Marques dos Santos, ofereceu o escravo de nome

³¹⁷ DEAP-PR, Carta do Capitão do Porto de Paranaguá ao Presidente da Província constante os atestados emitidos pelo Dr. Alexandre Bousquet com as condições físicas do escravo. Paranaguá, 03 de janeiro de 1866 a 27 de janeiro de 1868. AP0230, Vol. 02, pp. 255-260.

³¹⁸ DEAP-PR. Carta de Francisco de Paula Guimarães ao Presidente da Província do Paraná. Curitiba, 07 de janeiro de 1868. AP0275, Vol. 02, p. 27.

³¹⁹ DEAP-PR. Carta de José Alves Carneiro ao Presidente da Província do Paraná. Paranaguá, 12 de janeiro de 1868. AP0275, Vol. 02. p. 158.

Marcos, pertencente a Francisco Pereira da Costa pelo valor de um conto e duzentos e cinqüenta mil réis.³²⁰

Estes três exemplos, que representam a exceção à regra, mesmo não tendo dados empíricos mais consistentes para a análise nos parecem válidos para mostrar que com a intermediação dos procuradores os preços, por vezes caíam dentro da média geral. O outro caso, envolvendo o vigário demonstra a participação ativa de um escravo neste processo, fazendo com que sua vontade fosse ouvida pela maior autoridade da província, o Presidente.

A questão de gênero também se fez presente neste momento de venda de cativos, pois três mulheres venderam seus cativos: Justina Teixeira, Ana Mascarenhas e Domingas Antunes, ambas mediante a mediação de um procurador. Não conseguimos localizar o nome destas mulheres na lista de esposas de membros da elite local, tampouco conseguimos pistas utilizando apenas seus sobrenomes; talvez estas mulheres fossem solteiras, ou viúvas, e aproveitaram a oportunidade da Guerra, para a obtenção de algum lucro. Daniela Sbravati ao estudar senhoras proprietárias de escravos na capital de Santa Catarina, Desterro, observou que muitas proprietárias optavam por adquirir cativas mulheres, pelo preço ser mais baixo que os homens, além destas realizarem o trabalho doméstico. Sbravati também chama a atenção para muitas mulheres solteiras e viúvas que não possuíam muita riqueza e utilizavam seus cativos como uma forma de renda, fazendo empréstimos para adqui-ri-los em algumas oportunidades.³²¹ Talvez o caso paranaense possa ter sido semelhante.

No tocante ao preço dos cativos, o valor que o Estado pagou a título de indenização aos proprietários era superior em todos os casos à média de preços praticadas na província.

Como citado anteriormente, num total de 22 indenizações encontradas na documentação, em 19 delas o valor pago foi de um conto e quinhentos mil réis. O valor total gasto pelo governo imperial na libertação de escravos nos remente a um montante de dois mil e setecentos e quarenta e seis contos e oitenta e cinco mil réis, pagos por 1.111 escravos.³²² Ainda assim, na Corte os valores praticados eram

³²⁰ DEAP-PR. Carta de Idelfonso Marques dos Santos ao Presidente da Província do Paraná. Curitiba, 21 de março de 1868. AP0280, Vol. 07, p. 25.

³²¹ SBRAVATI, Daniela. “Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX”. Dissertação de Mestrado em História: UFSC, 2008. pp. 49-50.

³²² SANTOS, Jorge Prata dos. *Escravidão ou morte* p. 98.

ainda mais altos: o valor menor valor pago por uma alforria para a Guerra aconteceu em 1865: um conto e duzentos e cinquenta mil réis, já o maior ocorreu em 1868, totalizando o altíssimo valor de dois contos e oitocentos mil réis.³²³ Valores portanto, bem superiores aos praticados na província do Paraná, onde no mesmo ano de 1868 o maior valor pago alcançou a cifra de um conto e quinhentos mil réis, as variações de preço provavelmente aconteciam por conta das especificidades do mercado local. Mas ainda assim, nas duas regiões o valor pago era acima do preço praticado rotineiramente.

Retomando os valores do caso específico do Paraná, Carlos Roberto Antunes ao estudar a média de preços de escravos na Província por meio das escrituras de compra e venda calculou diversas médias de preços de cativos, homens e mulheres em Castro, Curitiba, Lapa e no Litoral (Morretes, Antonia e Paranaguá). Tomando por base os estudos do autor, percebemos que o valor mais alto entre homens, a partir de tais escrituras ocorreu entre 1861 e 1867 no Litoral. A média do valor do escravo homem, com idade entre 25 e 34 anos trabalhador na lavoura era de um conto e cento e vinte e sete mil réis.³²⁴ Para os escravos homens que trabalhavam no serviço doméstico da mesma faixa etária a maior alta ocorreu no período de 1868 a 1872 e a média geral era de um conto e cento e cinquenta e quatro mil réis.³²⁵

Percebemos assim, o lucro alcançado por esta venda por parte de membros da elite, em momentos belicosos, alcançando quase 30% de lucro, de acordo com a média do período. Neste sentido, se a guerra tornou-se uma oportunidade de obtenção para os cativos, ela também significou uma oportunidade para proprietários venderem seus escravos ao Estado com lucro.

³²³ *Idem.*

³²⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes. “Preços de escravos na Província do Paraná: estudo sobre a escritura de compra e venda de escravos, 1861-1887”. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 1974, Quadro XXV.

³²⁵ *Idem*, op. cit. Quadro XXII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recrutamento militar, e o mundo militar de forma geral constituem um tema rico para a produção historiográfica. Arquivos estaduais guardam uma verdadeira riqueza documental sobre o tema. Em vários momentos da história brasileira o recrutamento foi utilizado para preencher as fileiras do Exército e da Armada. Quando o estado não era beligerante servia como arma política e forma de redistribuição dos indivíduos considerados desclassificados pela sociedade.

Tentei ao longo desse trabalho me debruçar sobre alguns aspectos deste tema, cada vez mais relevante dentro da historiografia brasileira. O caminho de pesquisa me encaminhou para questões praticamente desconsideradas no projeto inicial. Dentro do objetivo de contribuição deste texto alguns pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a escolha do tema. A historiografia paranaense envolvendo estudos sobre a escravidão e o século XIX tem crescido significativamente nos últimos anos.

Contudo, temas envolvendo o mundo militar ainda carecem de estudos sistemáticos. Neste sentido, o trabalho em questão buscou preencher um pouco dessa lacuna buscando expor um quadro mais amplo sobre as formas de arregimentação de homens, mulheres e crianças pelo estado imperial para servir na Guerra do Paraguai.

No entanto, não vimos apenas estes dados no presente trabalho. De uma forma sucinta busquei apontar o desenvolvimento da longa historiografia envolvendo a Guerra do Paraguai, pontuando as várias tendências relacionadas à memória e a leitura do conflito na sociedade brasileira. Busquei também fazer algo pouco afeito aos pesquisadores brasileiros. Utilizando um artigo de uma historiadora Argentina trouxe a discussão sobre o desenvolvimento da historiografia do Paraguai sobre o tema, se esta discussão pecou pelo tamanho, deve ser considerada, por trazer ao leitor, ao menos uma base sobre o que se produziu naquele país. Apontei também tendências sobre a historiografia envolvendo o recrutamento militar no Brasil do século XIX, realizando assim um exercício frutífero com o intuito de localizar os caminhos ladrilhados por outros pesquisadores, que possibilitaram que este trabalho fosse levado a cabo.

No tocante ao recrutamento, busquei analisar este processo de uma forma ampla. Analisei dados relativos a eles antes da eclosão da Guerra contra o Paraguai, procurei dentro da documentação por mim levantada trazer alguns que mostravam o quanto esta prática servia como punição aos considerados desclassificados. Já no contexto da

Guerra do Paraguai analisei minuciosamente a repercussão dos atos imperiais na Província. Desta forma, o decreto de criação de voluntários da pátria, o chamamento de guardas nacionais e a convocação de guardas do Paraná para a guarnição das fronteiras foram destacados. Os sujeitos recrutados e recrutáveis também se constituíram objeto de análise. Mesmo diante da dificuldade em se encontrar dados a respeito deles, por conta das fontes – afinal eles não deixaram escritos sobre si – o papel que indígenas, e membros qualificados da guarda nacional tiveram, e suas atitudes de resistência, principalmente as armadas perante a imposição do Estado foram amplamente destacados.

Desta forma, dentro de um campo mais amplo envolvendo a historiografia brasileira, esse trabalho serviu para demonstrar como o processo de recrutamento repercutiu em uma província recém-emancipada, além de tomar como foco privilegiado as pessoas comuns envolvidas neste processo. Outro ponto de destaque dentro do trabalho refere-se ao trabalho indígena, tendo em vista ser esse um tema ainda muito caro a historiografia, mas particularmente a inserção destes homens no mundo militar do século XIX.

Cabe finalmente reafirmar que esta pesquisa serve tão somente como um início de pesquisas relacionadas a história militar da província do Paraná, e mesmo o recrutamento ainda encontra-se longe de ser um tema esgotado.

FONTES

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Fundo Correspondências de Governo (1864-1870)

Relatórios de Presidentes da Província do Paraná

Relatório do presidente da província do Paraná o Doutor André Augusto de Pádua Fleury na abertura da 7 Legislatura em 21 de março de 1865. Curitiba, Typhografia de Cândido Martins Lopes, 1865.

Relatório com que o Ex. Sr. Presidente da Província André Augusto de Pádua Fleury passou a administração ao Ex. Sr. Vice- presidente Dr. Manoel Alves de Araújo no dia 04 de junho de 1865 . Curitiba: Typografia Cândido Mendes, 1865.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo ilustríssimo e Excellentíssimo Sr. Doutor Polidoro César Burlamarque. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1867.

Relatório com que o Exm, Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta província ao Sr. Dr. André Augusto de Pádua Fleury no dia 18 de novembro de 1864. Curitiba: Typhografia Cândido Martins Lopes, 1864.

Relatório do estado da Província do Paraná apresentado ao presidente o ilustríssimo e excelentíssimo senhor doutor Polidoro César Burlamaque pelo Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão em 05 de novembro de 1866. Curitiba: Typographia Cândido Mendes, 1867.

Relatório apresentado a assembléia legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Ex. Sr. Presidente da Província Polidoro Cezar Burlamaque. Curitiba: Typhografia Candido Mendes, 1867.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Paraná na abertura da 1. Sessão da 8. Legislatura pelo presidente bacharel José Horta de Araújo no dia 15 de fevereiro de 1868. Curitiba: Typographia Cândido Lopes, 1868.

Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor Vice-Presidente Agostinho Ermelino de Leão pelo excelentíssimo ex-presidente Antônio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná. Curitiba: Typographia Cândido Lopes, 1869.

CÍRCULO DE ESTUDO BANDEIRANTES

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. 05 vol. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

Atas da Câmara Municipal de Curitiba, vol. 13. 1860-1888.

ARQUIVO NACIONAL

Série Justiça

IJJ610.

IJ1-13.

IJ1- 13.

Relatórios do Ministério da Justiça 1865 – 1867.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Relatório da repartição dos negócios da Guerra de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL

Decreto 3371 de, 07 de janeiro de 1865. Cria o corpo de voluntários da pátria, estabelece as condições e fixa as vantagens. BRASIL, *Colleção das Leis do Império de 1865*. Rio de Janeiro: Thypographia Nacional, 1865, p.336.

Decreto n. 1591 de 14 de abril de 1855. Manda observar as Instruções por que deve ser feito o alistamento de voluntários e de recrutas para o serviço da Armada. *CLIP de 1865* tomo XVIII, parte II, seção 24. Rio de Janeiro: Typhografia Nacional, 1855, pp. 324-326.

Instrução de 10 de julho de 1822. Marca o modo porque se deve fazer o recrutamento. *BRASIL, Coleção das Decisões do governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, pp. 56- 58.

Decreto n.3506 de 04 de agosto de 1865. Dá algumas providências ao serviço da Guarda Nacional em tempos de Guerra. *CLIP de 1865*, parte II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, p. 330.

Decreto de 12 de setembro de 1865. Isenta do recrutamento e do serviço da Guarda Nacional ao Guarda Nacional que der por si para servir no Exército uma pessoa idônea. *CLIP de 1865, parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional , pp. 335-336.

Decreto 3.725 de 06 de novembro de 1866. Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do Exército. *CLIP de 1866*, tomo XXIX, parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 313.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessões referentes ao mês de setembro.

Recenseamento geral do Império do Brasil (IBGE).

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brazil

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Periódico O Dezenove de Dezembro (1864-1870).

REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). *Estudos Históricos* v. 22, p. 439-458, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: a formação do Brasil no atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras,
- ALMEIDA, Manuel Antonio de. [1854] *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Martin Claret, 1999.
- AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das Delícias. Um estudo da imigração ucraniana*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- ARAÚJO, Jhony Santana de. *Bravos do Piauí orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai, (1865-1866)*, UFF, 2009. (Tese de Doutorado).
- ARAÚJO, Jhony Santana de. *Um grande dever nos chama: a arregimentação de voluntários para a Guerra do Paraguai no Maranhão, 1865-1866*. UFPI, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- ARIAS NETO, José M. “Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos Imperiais Marinheiros pela conquista de direitos”. *História, Questões e Debates*, Curitiba, v. 1, n. 35, p. 81-115, 2001.
- ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ASSIS, Machado. “Virgínius (Narrativa de um advolgado)”. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.) *Contos de Machado de Assis: política e escravidão*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- BALHANA, Altina P, et. All. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BANDEIRA Moniz, Luiz Alberto. *O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da UnB, 1995.

BEATIE, Peter. *Tributo de Sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2009.

BEATTIE, Peter. “Conscription versus Penal servitude: Army Reform’s Influence on the Brazilian State’s Management of Social Control, 1870-1930”. *Journal of Social History*, 1999.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Trad. Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BOSCHILIA, Roseli. (Org.) *Reconstruindo memórias: os poloneses do Santo Inácio*. Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.

BREZZO, Liliana. “La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de mediterraneidad”. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 7. p. 157-175, 2003.

BURTON, Richard F. *Cartas dos campos de Batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

CARDOSO, Rafael. “Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado”. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 191-233, 1999.

CARNEIRO, David. *O Paraná na Guerra do Paraguai*. Curitiba: Farol do Saber, 1939.

CARVALHO, José, M. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar dos Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CASTRO, Jeanne, B. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Distrito Federal: 1981.

CHALHOUB, Sidney. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império”. In: Azevedo, Elciene; Cano, Jefferson; Cunha, Maria Clementina Pereira; Chalhoub, Sidney. (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*.

CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista”. Campinas, *Revista de História Social*, n. 19, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHIAVENATTO, José J. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Trad. Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

CORRADINO, Cirlene Moreno. *Os Guaikuru-kadiwéu no contexto da guerra do Paraguai: fronteiras, relações interétnicas e territorialidade* UEM, 2007. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Emilia V. *A abolição*. São Paulo: Global, 1982.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CUNHA, Manuela C. da. (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

DORATIOTO, Francisco M. *A Guerra do Paraguai: 2. Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DORATIOTO, Francisco M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. UFMS, 2003. (Dissertação de Mestrado).

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai*, tomo I, volume 02. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

EISENBERG, Peter, L. *A guerra civil americana*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ENGERMAN, Carlos. *Os servos de Santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real fazenda de Santa Cruz, RJ. (1791-1821)*. UFRJ, 2002. (Dissertação de Mestrado).

FERRER, Francisca. *O Recrutamento militar na Guerra do Paraguai: voluntariado e coerção*. PUC/RS, 2004. (Mestrado em História).

FERTIG, André, A. *Clientelismo político em tempos belicosos. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

FRAGOSO, Augusto de Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 05 vol. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARCIA, Divalte Ferreira Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

GIL, Tiago. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*, UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado).

GOLDONI, Aline Cordeiro. *Embate e negociação: o recrutamento da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai*. UFRJ, 2010. (Dissertação de Mestrado).

GOMES, Flávio Santos. “Jogando as redes: revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. Niterói: *Revista Tempo*, 1996.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes *A espuma das províncias. Um estudo sobre os Inválidos da Pátria*. USP, 2007. (Tese de Doutorado).

GRAF, Márcia. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

GRAFF, Márcia Elisa C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1981.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GREEHNHALGH, Juvenal. *Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Marinha, 1998.

Grinberg, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUTIÉRREZ, Horacio. “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 8 (16): 161-188, mar./ago. 1988.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1962.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida política, 1848-1868”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, t. II, v. 03, 1976.

IZECKSOHN, Vitor; Castro, Celso ; KRAAY, H. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: Vitor Izecksohn, Celso Castro, Hendrik Kraay. (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV/Bom texto, 2004.

_____. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

_____. “Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860”. *Estudos Históricos*, v. 27, 2001.

_____. “Deportação ou integração: os dilemas negros de Lincoln”. *Topoi*, v. 11, p. 55-74, 2010.

_____. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

_____. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante

a década de 1860. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) v. 27, 2001, 84-109.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda: o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”, *Afro-Asia*, vol. 17, 1996.

_____. “Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial”. *Diálogos*: Maringá, vol. 03, n. 03, 1998.

_____. *Race, State, And Armed Forces In Independence – Era Brazil. Bahia, 1790-1840*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

LALLEMANT, Robert Avé. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. São Paulo: Editora da USP, 1980.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.

LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. *Esboços*, v. 10, p. 99-117, 2003.

_____. *Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá, 1850-1888*. Tese de Doutorado em História, UFSC, 2003.

LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação e estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, vol. 03, 1963.

MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: Resposta ao Sr. George Thompson*. Brasília Ed. Universidade de Brasília, 1982.

MAESTRI, Mário. “A Guerra contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica: 1871-2002” [III Parte]. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 94, 2009.

MARQUES, Maria Eduarda C. (Org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MATTOS, Hebe. Black Troops and Hierarchies of Color in the Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment. *Luso-Brazilian Review* v. 45, p. 06-30, 2008.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar R. *Tempo Saquarema*. 5. Edição. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e a construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010.

MENDES, Fábio. Faria. “A Economia Moral do Recrutamento Militar No Brasil Imperial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 81-96, 1998.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai : como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

MEZNAR, Joan E. “The Ranks of the Poor: Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875”. *Hispanic American Historical Review*, n. 72, v. 3.ago. 1992.

MOLINA, Sandra, R. *A morte da tradição: a ordem do Carmo e os escravos da santa contra o império do Brasil (1850-1889)*. USP, 2006. (Tese de Doutorado).

MOREIRA, P. R. S. (Org.) *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira (1864/1865)*. Porto Alegre: EST / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995

MOREIRA, Vânia Maria Losada . “Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875)”. *Dialogos Latinoamericanos*, Aarhus - Dinamarca, v. 11, p. 94-120, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada . “A serviço do Império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860)”. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 13-54, 2010.

MOTA, Lúcio T. *As guerras dos Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida suas opiniões, sua época*. Tomo II. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1897.

NASCIMENTO, Álvaro P. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra". *Estudos afro-asiáticos*. 2000, n. 38.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. *O silêncio das genealogias: classes dominantes no Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verde, 2001.

ORTOLÁN, Fernando Lóris. *Dócil, elegante e caridosa. Representação das mulheres paraguaias na imprensa do pós-guerra (1869-1904)*. UFPR, 2010. (Tese de Doutorado).

PENNA, Eduardo S. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

PEREGALLI, Enrique. *O recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

POMER, Léon. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1981.

RAMOS, Xislei Araújo. *Por trás de toda fuga nem sempre há um crime: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875)*. UFC, 2003. (Dissertação de Mestrado).

REVEL, Jaques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jaques. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas da Sessão do Conselho de Estado Pleno*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1978,

RODRIGUES, Marcelo Santos. *(In)Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória e do esquecimento*. USP, 2009. (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai: a participação da Bahia no conflito*. UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Carlos Roberto A. *Vida material e vida econômica*. Curitiba: SEESC, 2001.

_____. *Preços de escravos na Província do Paraná: estudo sobre a escritura de compra e venda de escravos, 1861-1887*. UFPR, 1974. (Dissertação de Mestrado).

_____. *L'économie et la société esclavagistes au Parana (Brésil) de 1854 e 1887*. Université de Paris X. 1976. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Zelo M. *Visconde de Guarapuava: um personagem histórico*. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2007.

SBRAVATI, Daniela. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SCHNEIDER, Louis. *A guerra da tríplice aliança*, Vol.01. trad. Manoel Thomaz Alves Nogueira.. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875.

- SCHWARCZ, Lilia, K. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCOTT, Rebeca. *A emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1889*. Trad. Maria Lúcia Lamounier. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: História de uma idéia*. Trad. Sérgio Bath e Maria Higa. São Paulo: EDUSP; Brasília: EDUNB, 2008.
- SILVA, Eduardo. *D. Obá II D'África o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Luiz Carlos. *Representações em tempos de Guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate naval de Riachuelo de Victor Meirelles (1868-1872)*. UFPR, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Luiz Geraldo. “Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado nação (Pernambuco, 1770-1830)”. In: István Jancsó. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, v. 1, p. 497-520.
- SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- _____. *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Clamores da escravidão: requerimentos dos escravos da nação ao Imperador”. *História Social*, Campinas, v. 4-5, p. 223-229, 1998.
- SOARES, César Eugênio Martins. *A dinâmica do recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. UFJF, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os negros brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: MAUAD/ADESA, 1996.

SOUZA, Márcia Regina Santos de. *Impactos da Guerra do Paraguai na Província do Ceará, (1865-1870)*. UFC, 2007. (Dissertação de Mestrado).

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande: UCDB, 2002.

TAUNAY, Alfredo d'Esgragnolle. [1874] *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. trad. Sergio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

THOMPSON, Edward, Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Campo Grande: Editora Conquista, 1968.

TORAL, André A. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

URICOCHA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

VELLASCO, Ivan Andrade. "Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais". In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

WESTPHALEN, Cecília. *Porto de Paranaguá: um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura: 1988.

WISSENBACH, Maria Cristina C. "Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do barão de Antonina no Brasil Meridional". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.